

# REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro - Ano 19 - Nº 55  
Janeiro/Abril - 2013

**R454**

***Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 19, Nº 55, (jan./abr.2013) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 163 p.***

**Quadrimestral  
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.  
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

**CDU 801 (05)**

## EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

### Editora

**Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL)**

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

**[percira@filologia.org.br](mailto:percira@filologia.org.br) – (21) 2569-0276 e [www.filologia.org.br/revista](http://www.filologia.org.br/revista)**

<b>Diretor-Presidente:</b>	Prof. Dr. José Pereira da Silva
<b>Vice-Diretor-Presidente:</b>	Prof. Dr. José Mario Botelho
<b>Primeira Secretária:</b>	Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva
<b>Segunda Secretária:</b>	Profa. Me. Anne Caroline de Moraes Santos
<b>Diretor de Publicações</b>	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
<b>Vice-Diretor de Publicações</b>	Prof. Dr. Eduardo Tuffani Monteiro

### Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

**Redator-Chefe:** José Pereira da Silva

### Conselho Editorial

Adriano de Souza Dias	Afrânio da Silva Garcia
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Amós Coêlho da Silva
Antônio Elias Lima Freitas	Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha
Claudio Cezar Henriques	Darcília Marindir Pinto Simões
Delia Cambeiro Praça	Eduardo Tuffani Monteiro
José Mario Botelho	José Pereira da Silva
Maria Lúcia Mexias Simon	Nataniel dos Santos Gomes
Regina Céli Alves da Silva	Vito César de Oliveira Manzollilo

**Diagramação, editoração e edição** José Pereira da Silva  
**Projeto de capa:** Emmanuel Macedo Tavares

### Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

**REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL**

**[www.filologia.org.br/revista](http://www.filologia.org.br/revista)**

## SUMÁRIO

0. Editorial..... 05
1. Considerações sobre a nomenclatura oracional latina segundo a sintaxe antiga e moderna – *Fernando Adão de Sá Freitas* e *Luís Carlos Lima Carpinetti* ..... 07
2. Edição semidiplomática de uma “acção ordinaria de desquite” do início do século XX: considerações preliminares – *Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto* e *Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz* ..... 18
3. Flexão verbal em libras e em língua portuguesa: análise contrastiva – *Vanessa Gomes Teixeira* e *Catarina Modesto de Carvalho Leitão* ..... 31
4. Joaquim Maria Machado de Assis e José Maria Eça de Queirós sob os filtros da crítica textual – *Ceila Maria Ferreira* ..... 44
5. O ambiente ecolinguístico na fronteira Brasil/Venezuela – *Maria Ivone Alves da Silva* ..... 51
6. O index como porta de entrada para o códice 132 – *Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães* e *Alicia Duhá Lose* ..... 70
7. O mesmo foi registrado: para o estudo da realização de *mesmo* como pronome pessoal ou demonstrativo com valor anafórico na história do português brasileiro – *Rosicleide Rodrigues Garcia* ..... 86
8. O retrato da *Sajes e Booa* Princesa D. Isabel, Duquesa de Borgonha, e a corte portuguesa no século XV – *Ricardo Hiroyuki Shibata* ..... 98
9. Para ler textos latinos – *João Bortolanza* ..... 110
10. Subsídios para uma edição de um manuscrito inédito de frei Gaspar da Madre de Deus – *Renata Ferreira Costa* ..... 119
11. Uma análise discursiva de *O Vulgarizador*: jornal dos conhecimentos úteis – *Gustavo Alves Bezerra* ..... 128

## RESENHAS

1. Anthesis: a floração das letras e da educação no Campus Floresta – *José Pereira da Silva*..... 135
2. A filologia e a edição de textos – *José Pereira da Silva* ..... 142

## INSTRUMENTO DE PESQUISA

- Amostras do suplemento ao *Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1997-2006)*: Santo Agostinho (I) - *Eduardo Tuffani* ..... 144

## EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 55 da *Revista Philologus*, com onze artigos, duas resenhas e um “instrumento de pesquisa”, dos seguintes professores, filólogos e/ou linguistas: Alícia Duhá Lose, Catarina Modesto de Carvalho Leitão, Ceila Maria Ferreira, Eduardo Tuffani, Fernando Adão de Sá Freitas, Gustavo Alves Bezerra, João Bortolanza, José Pereira da Silva, Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, Luís Carlos Lima Carpinetti, Maria Ivone Alves da Silva, Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães, Renata Ferreira Costa, Ricardo Hiroyuki Shibata, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, Rosicleide Rodrigues Garcia, Vanessa Gomes Teixeira, deixando-se excelentes artigos para o próximo número da revista, visto que não puderam ser incluídos aqui por força da limitação de páginas do periódico.

No primeiro artigo, Fernando e Luís analisam uma obra de São Jerônimo e duas de Tertuliano para demonstrarem quais são os tipos tradicionais de ocorrência sintática que os manuais de sintaxe latina compilados até aquela época não apresentam.

No segundo artigo, Josenilce e Rita de Cássia tratam da edição de uma ação de desquite lavrada em Feira de Santana – Bahia (1919-1922), apresentando algumas peculiaridades constantes no documento, com o objetivo principal de restaurar, interpretar e estudar a língua contida nele.

No terceiro, Vanessa e Catarina apresentam uma análise contrastiva da língua brasileira de sinais (libras) e da língua portuguesa, abordando questões ligadas ao conteúdo gramatical de flexão verbal e considerando a diferença da modalidade dessas línguas.

No quarto artigo, a Profa. Ceila faz uma ponte entre a crítica textual e a crítica literária, como também entre Machado de Assis e Eça de Queirós, buscando dar ênfase à importância da crítica textual.

No quinto, fundamentando-se nos elementos da ecolinguística, Maria Ivone identifica os caracteres da situação de contato de povos no ecossistema linguístico Brasil/Venezuela, por meio do reconhecimento da natureza dos fatores que influenciam nos resultados desta situação.

No sexto, Rafael e Alícia apresentam a transcrição do *Índice do Códice 132* do Mosteiro de São Bento da Bahia, descrevendo as características do suporte, as características paleográficas já identificadas e os

critérios adotados para a sua edição do documento, que traz ricas informações sobre a vida do marquês de Pombal.

No sétimo artigo, Rosicleide estuda a realização de “mesmo” com valor anafórico, comprovando sua existência nos séculos passados e fazendo um levantamento do que se tem dito sobre o assunto.

No oitavo artigo, Ricardo examina e analisa o contexto da tradução do *Espelho de Cristina*, publicada em Lisboa (18), e identifica uma série importante e representativa de figuras femininas, ligadas à casa real.

No nono artigo, João propõe um novo procedimento para ler textos latinos, partindo da concepção de que estudar a língua latina tem por finalidade apossar-se do imenso acervo vazado nessa língua de cultura do Ocidente, nas mais variadas áreas.

No penúltimo, Renata reúne subsídios para uma edição semidiplomática da *Dissertação sobre as Capitânicas de Santo Amaro e São Vicente*, um manuscrito inédito do historiador frei Gaspar da Madre de Deus, pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal.

Por fim, Gustavo parte de uma leitura discursiva de “*O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis*” (revista científica publicada entre os anos de 1877 e 1880) para averiguar como o conhecimento sobre a ciência da linguagem circulava na sociedade brasileira oitocentista.

As duas resenhas apresentam e divulgam a revista *Anthesis* e o livro *Edição de textos e crítica filológica*, ambos de 2012.

Depois das resenhas, o Vice-Diretor de Publicações do CiFEFiL oferece um instrumento de pesquisa que é a primeira parte do suplemento a seu livro, *Repertório Brasileiro de Língua e Literatura Latina*, tratando especificamente sobre a obra de Santo Agostinho.

Por fim, o CiFEFiL agradece por qualquer crítica que nos puder enviar sobre esta publicação, visto ser o seu sonho produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para a maior interação entre os profissionais de linguística e letras e, muito especialmente, para os que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, abril de 2013.

*José Pereira da Silva*

**CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A NOMENCLATURA ORACIONAL LATINA  
SEGUNDO A SINTAXE ANTIGA E MODERNA**

*Fernando Adão de Sá Freitas* (UFJF)  
[fernandosafreitas@gmail.com](mailto:fernandosafreitas@gmail.com)  
*Luís Carlos Lima Carpinetti* (UFJF)  
[luicarpinetti@oi.com.br](mailto:luicarpinetti@oi.com.br)

**RESUMO**

Em nossa pesquisa de iniciação científica, intitulada “A construção da irrealidade na argumentação de arengas judiciárias da latinidade clássica”, em seu sétimo ano de atividades de pesquisa, temos pesquisado autores ditos canônicos e outros que não o são, e que não são descritos pelos gramáticos. No ano de 2010, terminando a etapa agosto de 2009 a julho de 2010, pesquisamos três obras de dois autores cristãos, a saber: *Contra João de Jerusalém (Contra Iohannem Hierosolymitanum)*, de São Jerônimo, *Contra Hermógenes (Aduersus Hermogenes)* e o *Contra os Judeus (Aduersus Iudaeos)*, ambos de Tertuliano. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar quais os tipos de ocorrência sintática alguns manuais de sintaxe latina compilados até então não apresentam.

**Palavras-chave:**

Sintaxe latina. Gramáticos latinos. Gramáticas modernas. Cânon literário.

**1. Introdução**

O estudo das orações latinas, ou melhor, da sintaxe, quanto a sua correspondência com a sintaxe das línguas modernas, apresenta-se como um desafio importante, mas antes de tudo minucioso e extenso. Para apontar ocorrências que algumas gramáticas modernas latinas não fazem sobre textos não consagrados, tanto pela tradição moderna, quanto pelo cânon literário antigo, um exame cuidadoso demonstra que as gramáticas latinas produzidas até então não apresentam a totalidade de autores e consequentemente a totalidade dos textos produzidos na Antiguidade.

Assim, alguns manuais importantes para o estudo da sintaxe latina foram analisados para demonstrar que há um “descritivismo” de determinados autores. E quando há uma organização de temas ou de épocas que possam amparar de maneira sistemática o estudo dos “textos latinos” apresentam-se dessa forma:

Os exemplos de costume citados nos capítulos seguintes foram tirados de uma série de autores desde Plauto até Tácito que são geralmente estudados

nos cursos de clássicas nas escolas e nas universidades. Isso é para dizer que foram considerados somente os três períodos no qual o desenvolvimento do latim é usualmente dividido. Menções ao posterior desenvolvimento no período de decadência são meramente acidentais<sup>1</sup> (WOODCOCK, 1985, p. xxiii).

Na citação acima, observa-se uma divisão por época, mas que ainda assim não aponta as variantes dos textos cristãos. Com isso, a obra de Eric Charles Woodcock privilegia autores como Cícero, César e Virgílio, mas que diante de uma postura crítica de análise dos textos latinos não são o único modelo de escrita produzido pela tradição literária da Roma antiga.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo demonstrar quais os tipos de ocorrência sintática alguns manuais de sintaxe latina compilados até então não apresentam, e de que forma a tradição gramatical antiga contribuiu para a consolidação de determinados textos e a “exclusão” de outros.

## **2. Os manuais latinos modernos**

A primeira e breve análise sobre esse problema consiste em apontar quais os manuais mais conhecidos e utilizados para o estudo e compreensão do *corpus* latino. Nesse sentido, começamos pelas gramáticas modernas, pois é delas que se origina a dúvida quanto à classificação oracional e sua “limitada” função de descrever as construções sintáticas presentes em alguns textos. Dessa forma, os critérios de escolha de tais manuais foram:

1º A capacidade de tais manuais solucionarem de forma satisfatória os problemas apresentados pelos autores que apresentam como referência, ou seja, aqui estão situados trabalhos como *Syntax of Plautus* de Wallace Martin Lindsay.

2º A importância filológica e linguística que assumiram os autores desses manuais no cenário internacional e nacional na área da filologia clássica e na linguística.

---

<sup>1</sup>The examples of usage quoted in following chapters are taken from the series of authors from Plautus to Tacitus who are usually studied in classical courses in schools and universities. That is to say, account is taken only three periods into which the development of Latin is usually divided. References to subsequent developments in the period of decadence are only incidental” (WOODCOCK, 1985, p. xxiii). As citações de autores em língua estrangeira foram traduzidas por nós no corpo do texto, excetuando-se as referências bibliográficas.

3º O conhecimento de fontes bibliográficas citadas em seus manuais, e, que os estudiosos e pesquisadores da língua latina obtêm dificuldades de encontrar ou até mesmo acessar certas referências e estudos.

Diante desse quadro, os manuais de sintaxe latina moderna<sup>2</sup> mais citadas tanto por um quanto por outro autor são:

1. *Syntaxe Latine*: Ernout e Thomas
2. *Syntax of Early Latin*: Charles Bennett
3. *A New Latin Syntax*: Woodcock
4. *Gramática Superior da língua latina*: Ernesto Faria<sup>3</sup>

Diante desse quadro, antes de elencar quais os autores latinos mais citados<sup>4</sup> pelos manuais de sintaxe acima, observa-se que nos estudos sobre a sintaxe latina apresentam uma espécie de citação cíclica entre os autores, ou seja, as informações contidas na *Syntaxe Latine* de Alfred Ernout e François Thomas são encontradas de forma similar na *Gramática Superior da Língua Latina* de Ernesto Faria. Como o exemplo da frase de Cícero:

Accidit perincommode quod eum nusquam uidisti (Cic., At. I, 17, 2)

il et très malheureux que tu ne l' aies vu nulle part (Trad.: Ernout e Thomas, 1962, p. 296).

Accidit perincommode quod eum nusquam uidisti (Cic., At. I, 17, 2)

acontece lamentavelmente que nunca o viste (Trad.: Faria, 1958, p. 423).

Com a citação acima, pode-se observar que os dois manuais utilizaram a sentença de Cícero para exemplificar o mesmo conteúdo sobre sintaxe, que é introdução de orações completivas e/ou substantivas com “*quod*”.

---

<sup>2</sup>Cf. Ernout & Thomas (1964); Woodcock (1985); Faria (1958) e Bennett (1914).

<sup>3</sup>A *Gramática Superior da Língua Latina*, do Ernesto Faria, é colocada como um manual de suma relevância, pois a maioria dos exemplos e das definições que mantém uma abordagem histórica e comparativa sobre a língua latina são oriundas desse grande trabalho, mas que pelas circunstâncias do tempo, e, também da evolução dos estudos em língua latina, começa a entrar em processo de retomada aos autores já trabalhados exaustivamente pela tradição literária à luz dos estudiosos em latim.

<sup>4</sup>Nosso trabalho não visa fazer uma pesquisa quantitativa, mas sim abordar qualitativamente quais construções sintáticas os manuais/gramáticas modernas não trataram e que são denotativamente encontrados nos textos latinos.

Outra forma de citação é a utilização do mesmo texto teórico sobre sintaxe de Wallace Martin Lindsay com sua obra *Syntax of Plautus* e do autor Carl Darling Buck com a obra *A Grammar of Oscan and Umbrian* que remonta a origem do idioma do Lácio através dos fragmentos restantes da língua osca e úmbria.

Esses fatos apresentam duas características importantes que se configuram, primeiramente, pelo conhecimento dos estudos produzidos na área de atuação desses autores, mas que, por outro lado, apresentam-se como déficit. Pois se observa que um pequeno número de estudiosos debruçou-se sobre o estudo das línguas antigas, mais especificamente sobre o latim, e que compilaram gramáticas ou manuais que tenham abordado de forma efetiva os elementos da sintaxe latina e não somente um compêndio escolar com exercícios e regras de conjugação ou declinação.

Sobre esse viés, começa a aparecer um dos motivos primários de valorização e de descrição de ocorrências sintáticas, apresentadas pelos manuais modernos na escolha determinados autores latinos. Contudo, ainda sim fica outra pergunta: por que então, não analisar as proposições feitas pelos próprios gramáticos latinos?

### **3. Cânon literário e tradição gramatical antiga**

A pergunta acima remonta duas características intrínsecas aos compêndios gramaticais produzidos na Antiguidade. A primeira se delimita pela função do *grammaticus* enquanto profissional da educação. E a segunda demonstra o papel do mesmo que era sobre tudo o “intérprete dos poetas” (*poetarum interpres*) (CANTÓ, 1997, p. 740-741). Nesse sentido, pode-se observar que as funções desempenhadas por esse estudioso se afasta das concepções modernas, assim como a função desempenhada pela própria gramática que, segundo Diomedes, “decompunha-se em quatro partes, segundo Varrão: leitura, exegese, correção, julgamento” (*apud* DESBORDES, 1995, p. 34).

Diante disso, Weedwood nos demonstra que havia também diferentes tipos de tratados gramaticais, os do tipo *regulae* que eram comuns para os contextos em que o Latim era a língua secundária e outro, de grande influência no contexto medieval, que foram as *shulgrammatike* como a *Ars Minor* de Donato do século IV d.C. que continham uma descrição dos termos gramaticais e era utilizada no contexto escolar (2002, p. 39).

Como a função do *grammaticus* também era definida como o “intérprete dos poetas”. Segundo Raija Vainio a *Institutio Oratoria* de Quintiliano apresenta que os três autores mais usados são Virgílio, Varrão e Cícero. Sendo que, 20 % dos exemplos derivam de Varrão, 14% de Cícero, 13 % de Virgílio e de Ênio por volta de 5% (VAINIO, 2000, p. 32-33). Esta descrição feita por Raija Vainio da obra de Quintiliano se faz de suma importância para demonstrar como os próprios latinos utilizavam os textos que circulavam através da tradição. Nessa mesma ótica, temos Prisciano gramático do século VI d.C, em seu tratado *Partitiones*, que analisou todas as palavras da primeira linha da *Eneida* de Virgílio (LUHTALA, 2005, p. 79) e Servius também fez comentários das obras de Virgílio.

Nesse sentido, se juntarmos a definição dada por Eric Charles Woodcock acima e também a dos gramáticos antigos sobre os autores latinos temos que os autores mais citados pelos manuais de sintaxe moderna são: Catão, Catulo, Cícero, César, Virgílio, Plauto, Terêncio, Horácio, Salústio, Tácito, Tito Lívio, Varrão, Ovídio, Petrônio e Sêneca, o filósofo.

Por outro lado, Sêneca, o velho, Juvenal, Pérsio, Marcial, Valério Máximo, entre outros tantos escritores romanos aparecem pouco ou sequer são mencionados em tais manuais. Dessa forma, a possibilidade de encontrar descrições e análises sobre a sintaxe feitas ou utilizadas por esses autores em cada período da literatura latina fica cada vez mais rara e sintética. Os próprios gramáticos na construção de seus textos utilizavam um cânon literário já consolidado pela tradição literária, ou seja, não se encontra nas gramáticas da Antiguidade a utilização de um cânon literário diferente do que os manuais modernos apresentam. Pois se adotarmos a ideia expressa por Sylvain Auroux, na sua obra *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, observaremos que os estudiosos das línguas vernáculas não eram monolíngues e necessitavam da instrumentação teórica oferecida pela gramática latina e, somente com a consolidação da língua nacional, das normas linguísticas e dos dicionários, é que essa presença desaparece (1992, p. 76).

Dessa forma, tanto para o entendimento quanto para o mapeamento das línguas recém-descobertas, que são as línguas vernáculas, o uso da tradição gramatical antiga, na compilação dos manuais de sintaxe para o estudo do próprio latim, deixa de apresentar determinados fenômenos da língua latina em seus vários momentos. Depois que a tradição gramatical opera um rompimento com a pluralidade de autores para eleger um pequeno número de autores contemplados pela análise gramatical, os gra-

máticos das línguas vernaculares se nutrem dessa tradição, marcada por tal rompimento, e a abandonam, assim que suas compilações estiverem terminadas.

#### **4. Exemplos de fatos gramaticais presentes nos textos e não previstos pelas gramáticas**

Segundo Françoise Desbordes, “Quando uma grafia latina se afasta da média estatisticamente atestada em um dado período, pode-se pensar que seu autor se entregou a uma análise pessoal da língua que o forçou a inovar ao invés de reproduzir o uso” (1995, p. 10).

Nesse sentido, os textos do período tardio da Antiguidade Romana apresentam peculiaridades, tanto nas questões filosóficas, quanto nas questões “linguísticas”. Dessa forma, o *Contra João de Jerusalém (Contra Iohannem Hierosolymitanum)*, de São Jerônimo, *Contra Hermógenes (Aduersus Hermogenes)* e o *Contra os Judeus (Aduersus Iudaeos)*, ambos de Tertuliano, são exemplos de textos latinos em que seus autores rearranjaram a sintaxe latina e que os manuais de sintaxe latina não abordam profundamente.

Uma característica comum a estes três libelos foi a questão da citação do texto bíblico. Extensa, na maior parte das vezes, a citação dos trechos da Escritura provocou uma modificação no modo de construção sintática do período composto. Quando a construção sintática clássica prescrevia o uso de orações completivas infinitivas, após o uso de *uerba dicendi*, o cumprimento de tal prescrição, a citação do texto bíblico o torna inviável, devido à extensão do complemento aos *uerba dicendi*, bem como a complexidade que resultaria, se o autor se pusesse a operar a transformação dos nominativos em acusativos e os verbos flexionados (normalmente em indicativo) em infinitivos.

Essa situação gerou a criação da citação sem flexões ou transformações sintáticas, e optou-se pela justaposição aos *uerba dicendi* do texto citado *ipsis litteris*, tal como se encontrava na Sagrada Escritura, talvez também porque temessem alterar o texto sagrado, uma vez que a própria Escritura condenava quem porventura o fizesse. Se os autores se aventurassem a fazer transformações sintáticas no texto bíblico, nossa impressão é que não teriam como resultado a fluência do texto, e não dariam conta da clareza do mesmo. Então foi por força das circunstâncias que o novo procedimento de escrita foi adotado e introduzido no uso da

língua escrita. Esse procedimento é muito similar à citação literária tal como é praticada até os dias de hoje pela literatura, mormente em prosa, que se coloca após dois pontos, ou após *uerba dicendi*. Tal fato a gramática latina não descreve, tanto quanto ignora os escritos cristãos. Assim, vemos Jerônimo reproduzir *ipsis litteris* o texto bíblico, na obra que mencionamos:

Sed dicis, epistolam meam probauit Alexandrinus episcopus.

Mas dizes: o bispo alexandrino aprovou a minha epístola. (CIH 5)<sup>5</sup>

É interessante observar, no exemplo citado que a oração que segue o *uerbum dicendi* não constitui, como seria de esperar, uma oração infinitiva, conforme tantas vezes observamos na oratória ciceroniana. O que temos aqui é a figura correspondente ao uso dos dois pontos após o verbo *dicendi*, que seria um recurso que adotaríamos modernamente, por exemplo, na tradução. Essa ocorrência registra um momento em que a língua literária modifica um padrão da construção da retórica clássica.

O exemplo a seguir é um caso de uso da oração infinitiva, mas a ocorrência apenas decalca a estrutura da oração infinitiva, de uso dos autores clássicos. A estrutura em questão traz um sujeito no acusativo, seguido de infinitivo ou participios + *esse* e aparece como complemento de um *uerba dicendi ou declarandi, uerba sentiendi e uerba uolontatis*. No exemplo em nota a seguir, o sujeito da oração infinitiva é “te”, o qual se depreende do sujeito “tu” que é o mesmo sujeito de “dicas” e que se acha oculto diante de “locutum”, nesse caso forma abreviada do infinitivo *locutum esse*, figurando apenas o participio no acusativo *locutum*, o que nos leva a entendê-lo em concordância com um possível sujeito no acusativo, nesse caso “te”.

Sed dicis, epistolam meam probauit Alexandrinus episcopus. Quid probauit? contra Arium, contra Photinum, contra Manichaeum bene locutum.

Mas dizes: o bispo alexandrino aprovou minha epístola. O que aprovou? Que tenhas falado bem contra Ario, contra Fotino, contra o Maniqueu. (CIH, 5)

Nas orações a seguir, observamos a ocorrência da conjunção *quod* como integrante, fato que passou a suceder no latim tardio com mais frequência. Quando no latim clássico, a conjunção integrante *quod* ocorria após verbos como *dico, credo, scio* e semelhantes, e também em escritos de cunho mais popular, como Plauto, Tertuliano, Macróbio (citados

---

<sup>5</sup>*Contra Iohannem Hierosolymitanum (Contra João de Jerusalém).*

por Theodoro Henrique Maurer Júnior (1959) como representantes de fala de latim vulgar ou tardio, quando esta fonte ganhou foros de oficialidade literária) no texto de São Jerônimo torna-se proverbial e famoso o uso de *quod* depois de *dico*, quando o uso literário tendia a construir complementos com orações infinitivas e não utilizar construções de orações integrantes introduzidas por *quod*:

Et primum de libro ubi loquitur: sicut enim incongruum est dicere, quod possit Filius uidere Patrem: ita inconueniens est opinari, quod Spiritus sanctus possit uidere Filium.

E primeiramente acerca do livro em que diz: como é, pois inconveniente dizer que o Filho possa ver o Pai: assim inconveniente sustentar que o Espírito Santo possa ver o Filho (CIH., 7).

A oração interrogativa *Generationem eius quis enarrabit?* Representa, no exemplo em nota a seguir, o complemento oracional como uma interrogativa, mas não uma interrogativa indireta (como era comum nos textos ciceronianos ou outros da época clássica), complemento do *uerbum dicendi* “ait”. A oração interrogativa, configurada como interrogativa direta, com o verbo no modo indicativo, nos dá a dimensão do uso novo da citação literária praticada na época de São Jerônimo. A frase citada no início desse parágrafo constitui uma citação da *Bíblia* (Isaías, 53,8).

Em textos anteriores, estudados como *corpus* de pesquisa, verificamos muito amiúde o uso da oração interrogativa indireta, como complementos de *uerba dicendi*, para reportar perguntas de personagens destes textos, como costuma se dar em textos de retórica judiciária. Mas, neste tratado polêmico de São Jerônimo, observamos que a técnica de citação literária utilizada por este autor, neste tratado, é utilizada até hoje, em termos de parâmetros sintáticos, e nos parece ter nascido com os Padres da Igreja, em suas relações com os textos bíblicos, pois se observa a mesma situação em relação ao texto de Tertuliano, por exemplo, no tratado *Aduersus Iudaeos*, que estudamos. A oração que é a citação de um trecho da Bíblia parece inalterada em sua sintaxe, diferentemente do que acontecia no período clássico, quando ocorria a transformação do indicativo em subjuntivo. O texto em que se insere a pergunta, como citação bíblica é:

Ubi Isaias Virginis demonstrator, qui in una quaestione succumbens ait: *Generationem eius quis enarrabit?*

Quando Isaías, descritor da Virgem, que, sucumbindo em única questão, disse: a sua geração quem defenderá? (CIH., 10).

Se transformássemos ao modo clássico a oração, como uma oração completiva interrogativa indireta, o texto de São Jerônimo teria a seguinte formulação:

Ubi Isaias Virginis demonstrator, qui in una quaestione succumbens ait generationem eius quis enarraturus sit.

Em Tertuliano, na obra *Aduersus Iudaeos*, detectamos uma introdução da oralidade ou de dialogismo, característicos da língua falada, e pouco ou nada comum em textos escritos, e isto se observa nas orações adverbiais soltas e um afrouxamento da coesão textual, ou seja, uma quebra da estrutura estritamente hierarquizada de orações encadeadas por orações principais e suas subordinadas devidamente encaixadas. Este tipo de ocorrência dificilmente aconteceria em uma arena judiciária de Cícero.

A qua fide Israel excidit secundum Hieremiam prophetam dicentem: Mit-tite, interrogate nimis, si facta sunt talia, si mutabunt gentes deos suos et isti non sunt dii; populus autem meus mutauit gloriam suam, ex-quo nihil proderit eis; expauit caelum super isto. Et quando expauit? Indubitate quando passus est Christus.<sup>6</sup>

E nós recobramos a vida por esta mesma fé que Israel repudiou, seguindo esta mesma palavra de Jeremias: Enviai ao longe e interrogai com cuidado: houve alguma vez algo semelhante? As nações mudaram seus deuses, vão simulacros? E meu povo mudou sua glória por um ídolo! O céu estremeceu de espanto. Quando o céu pôde estremeecer de espanto? Incontestavelmente quando Jesus sofreu (AI, XIII, 13)<sup>7</sup>.

## 5. Conclusão

Assim, procuramos exemplificar com os autores cristãos, exatamente os aspectos que a gramática latina não descreve, talvez porque a tradição os relegou a um plano inferior ou que sua língua adote os padrões antes pertencentes ao latim da conversação ou o latim vulgar e que, por essa razão, carreguem o estigma de língua inculta.

---

<sup>6</sup>A oração adverbial "Indubitate quando passus est Christus" não se encontra acoplada a uma oração principal. O grifo serve para marcar a interferência do dialogismo no trecho selecionado do discurso.

<sup>7</sup>*Aduersus Iudaeos (Contra os Judeus)*, obra de Tertuliano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

BENNETT, Charles Edwin. *Syntax of Early Latin*. Vol. 1: The Verb. Vol. 2: The Case. Boston: 1914.

CANTÓ LLORCA, Josefa. Los grammatici: críticos literarios, eruditos y comentaristas. In: CODÓNER, Carmen. *Historia de la Literatura Latina*. Catedra, 1997.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. Trad.: Fúlvia Maria Luíza Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1964.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FREMANTLE, W. H; LEWIS, G.; MARTLEY, W. G. *To Pammachius against John of Jerusalem*. Disponível em:  
<http://www.newadvent.org/fathers/3004.htm>

GENOUDE, Eugene-Antoine de. *Contre les juifs*. Disponível em:  
[http://www.tertullian.org/french/g3\\_02\\_adversus\\_judaeos.htm](http://www.tertullian.org/french/g3_02_adversus_judaeos.htm)

LUHTALA, Anneli. *Grammar and Philosophy in Late Antiquity: A study of Priscian's sources*. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005.

MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MIGNE, Jacques-Paul. *Patrologiae: cursus completus*. Tomo 23: Contra Joannem Hierosolymitanum. Series graeca. Paris: Petit Montrouge, 1883.

SÃO JERÔNIMO. *Contra Iohannem Hierosolymitanum*. Disponível em:  
<http://www.thelatinlibrary.com/jerome/contraioannem.html>

TERTULIANO. *Aduersus Iudaeos*. Disponível em:  
<http://www.thelatinlibrary.com/tertullian/tertullian.iudaeos.shtml>

VAINIO, Raija. *Use and Function of Grammatical Examples in Roman Grammarians*. Reviewed work(s): Source: Mnemosyne, Fourth Series,

Vol. 53, fasc. 1, p. 30-48, feb. 2000. Published by: BRILLStable. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4433061>>.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

WOODCOCK, Eric Charles. *A new latin syntax*. London: Bristol Classical Press, 1985.

**EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA  
DE UMA “ACÇÃO ORDINARIA DE DESQUITE”  
DO INÍCIO DO SÉCULO XX:  
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

*Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto* (UEFS)

[nilce11.barreto@gmail.com](mailto:nilce11.barreto@gmail.com)

*Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz* (UEFS)

[rcrqueiroz@uol.com.br](mailto:rcrqueiroz@uol.com.br)

**RESUMO**

Não são atuais os estudos que se dedicam ao resgate de documentos que atestam a história de povos ou de grupos de povos que viveram em épocas remotas. A atividade de restaurar, interpretar e estudar a língua contida nos documentos históricos é contada desde os tempos em que vários estudiosos da língua se reuniam na antiga e reconhecida Biblioteca de Alexandria para salvaguardar os textos, cuja autoria era atribuída ao escritor Homero. A partir desse momento muitos passaram a se dedicar a tarefa de editar textos a fim de salvá-los das ações do tempo e de terceiros. Com o objetivo de dar continuidade a esse *labor* é que trataremos, neste trabalho, da edição de uma ação de desquite lavrada em Feira de Santana – BA no período de 1919 a 1922, apresentando algumas peculiaridades constantes nesse documento.

**Palavras-chave:** Filologia. Ação de desquite. Edição.

**1. Primeiras palavras**

É incontestável o fato de que muitos documentos se encontram à mercê das ações do tempo. Assim como os monumentos históricos, as lápides tumulares, etc. atestam a história de um povo ou de um grupo de povos, os manuscritos também apontam evidências de como vivem ou viviam uma determinada comunidade em um dado momento do tempo. Partindo-se dessa premissa, podemos dizer que tanto monumentos quanto documentos, por serem provas cabais do *modus vivendi* de um povo específico, precisam ser conservados das ações do tempo e das intervenções de terceiros que mutilam ou alteram a história de outros.

É pensando nisso que, em relação aos documentos, há os chamados “restauradores” ou filólogos que se encarregam de conservar os documentos originais através de edições que respeitam a fidelidade do texto, conservando assim a grafia (letras e algarismos), linha, fólio, indicando o número do fólio à margem direita etc. Dessa forma, através dos passos que o filólogo segue para chegar à restituição do documento, em es-

tado de deterioração, são trazidas, ao longo do *labor*, evidências de como funciona(va) o sistema linguístico constante no texto e, conseqüentemente, o modo como as pessoas da época em estudo se relacionavam, como viviam, os lugares por onde andavam, enfim a história dos envolvidos é resgatada do esquecimento.

Sendo assim, podemos inferir que ao realizar, pretensão deste trabalho, a edição de alguns fólhos de uma ação de desquite do início do século XX (lavrada no período compreendido entre 1919-1922 em Feira de Santana – BA e sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa, doravante CEDOC, órgão pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS), é trazida à tona toda a trama que envolve dona Albertina da Motta Barretto, autora do processo, e o senhor Antonio Alves Barretto, réu, ambos protagonistas do processo em estudo, no qual muitas reviravoltas marcam o destino do (ex)casal.

Contudo, damos ênfase, neste trabalho, aos caminhos da edição, que são marcados por algumas peripécias, a saber: borrões no texto, manchas, letras ilegíveis (em alguns fólhos), furos, entre outros, constatações que dificultaram, mas não impediram que parte da edição, por se tratar de um trabalho em caráter inicial, fosse realizada com sucesso.

Portanto, apresentaremos, neste trabalho, o caminho árduo que percorremos ao editar o referido documento, mostrando evidências de como as pessoas se relacionavam e como o sistema linguístico funciona(va) naquele período, pois, através da edição, conservamos dos males temporais a história daqueles que construíram tão exaustivamente o enredo, que ora nos debruçamos.

Com a intenção de apresentar um pouco mais sobre a filologia e a edição do documento em análise, organizamos este trabalho em 4 seções. Na primeira, discorremos sobre a filologia, dando ênfase ao caminho que ela percorreu, enquanto ciência, ao longo do tempo. Na segunda seção, falamos dos caminhos da edição. Na terceira, focalizamos o *corpus* utilizado neste trabalho, destacando o caminho percorrido até realizar a edição, a sua descrição e a apresentação justalinear da edição semidiplomática e a fac-similada. Por último, trazemos as palavras ou considerações finais, fazendo uma síntese de tudo o que foi exposto e discutido neste trabalho.

## 2. A filologia ao longo do tempo

Realizar edições de textos nem sempre foi uma tarefa reconhecida como *labor* científico. Desde a antiga Biblioteca de Alexandria, os estudiosos da língua se reuniam para discutir variados assuntos, inclusive a necessidade de realização de edições de textos, cuja autoria era atribuída ao escritor Homero. Essa atividade era feita com o intuito de preservar o conteúdo dos textos dos escritores da época, mas eles não lançavam muita atenção à necessidade de elaboração de critérios para a realização dessas edições textuais.

No entanto, percebemos que o embrião do que viria a ser, mais tarde, filologia, do ponto de vista científico, já se desenvolvia na Biblioteca de Alexandria, pois o seu objeto de estudo, os textos escritos, estava sendo salvaguardado dos males do tempo através das edições desenvolvidas naquele *locus*.

Contudo, apenas no século XIX é que a filologia adquire o *status* de ciência com critérios e métodos próprios, sendo definida como “[...] o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem [...]” (AUERBACH, 1972, p. 11). Sendo assim, a filologia se encarrega de estudar a língua de um povo em um determinado período da história, fato que lhe confere prestígio, pois através da edição e do estudo de documentos escritos outras ciências da linguagem também podem realizar diversos estudos a partir dos textos editados e disponibilizados pelos trabalhos dos filólogos.

Dessa forma, a atividade do filólogo acaba indo muito além da simples edição do texto que se tem em mãos, pois para se chegar à forma genuína daquele, o editor tem a necessidade de conhecer o funcionamento da língua constante no documento e com isso ele acaba, consequentemente, identificando, observando, analisando e descrevendo a língua e a sociedade que ora se lhe apresenta.

Assim como os monumentos históricos carregam consigo parte da história daqueles que os construiu, os documentos também revelam os aspectos sócio-histórico-culturais das pessoas que os escreveram, pois os textos transportam, ao longo do túnel do tempo, as impressões, os medos, as angústias, as alegrias, os desejos etc. impressos na mancha escrita de cada manuscrito.

Dessa forma, quando o filólogo se debruça sobre um texto, ele

não tem em mãos apenas a língua contida naquele para preservar, mas também e principalmente ele busca salvaguardar da deterioração a história de quem produziu aquele documento, por isso se diz que o editor vai muito além dos aspectos meramente linguísticos quando faz uma edição, porque ele é levado a mergulhar na cultura, na história e na sociedade de então a fim de compreender os mecanismos intra e extralinguísticos envolvidos em seu *labor* com o objetivo de trazer à tona um texto completamente fidedigno.

A fidedignidade de um texto se refere à preservação de todas as características constantes naquele, pois o editor busca preservar das ações do tempo, do esquecimento, das mutilações e adições realizadas por terceiros os documentos que são reveladores de histórias outrora esquecidas.

### **3. Os caminhos da edição**

Ao ter acesso ao documento que se deseja editar, o filólogo tem à sua disposição tipos de edição que podem ser feitas, cabendo ao editor escolher qual é o mais apropriado para o documento que se tem em mãos. Sabendo-se que há possibilidades de se realizar edições como a crítica, a crítico-genética, a diplomática, a semidiplomática ou a interpretativa e que o próprio documento é quem dá o veredicto sobre qual o tipo de edição a ser realizada. Elegemos, a partir da observação e da leitura do documento em estudo, a edição semidiplomática como sendo a mais apropriada para este trabalho, pois ela permite a intervenção mediana do editor sobre o texto, ou seja, as intervenções feitas pelo editor sobre o texto são previamente estabelecidas.

Assim, antes de realizarmos a edição, propriamente dita, fazemos a descrição dos aspectos extrínsecos ao texto, como, por exemplo, o tipo de papel utilizado pelo escrivão, a ocorrência ou não de selos, carimbos, ornamentos, assinaturas, numeração, manchas, borrões, etc. Em seguida empreendemos a árdua tarefa de transcrever todo o texto, respeitando a grafia, espaçamento de parágrafos, desdobrando as abreviaturas etc.

A seguir apontaremos algumas particularidades pertencentes ao documento selecionado para este trabalho e quais os critérios adotados para a realização da edição semidiplomática.

#### 4. O corpus

O corpus escolhido para a realização deste trabalho é uma “ação ordinária de desquite” do início do século XX, lavrada na cidade de Feira de Santana – BA, constante no Centro de Documentação e Pesquisa, doravante CEDOC, órgão pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana. O referido documento, assim como vários outros, foi depositado no CEDOC após ser doado pelo Fórum Desembargador Filinto Bastos, cujo nome é uma homenagem ao advogado, jurista, magistrado e professor Filinto Justiniano Ferreira Bastos, que teve grande influência no cenário baiano.

O conteúdo do *corpus* trata da história de dona Albertina da Motta Barretto, cujo maior desejo era desquitarse de seu marido, o senhor Antonio Alves Barretto, cujo maior pecado, segundo a autora, foi abandoná-la por mais de dois anos seguidos. Com o objetivo de conseguir o desquite, dona Albertina provou, durante o processo, que o seu marido a havia abandonado pelo período mencionado anteriormente, mas não conseguiu provar que o abandono foi voluntário, pois o réu alegou durante o seu depoimento que saíra de casa porque a sua esposa o havia expulsado quando atentara contra a sua vida. O atentado referido pelo réu aconteceu em uma noite em que dona Albertina lançou contra o próprio marido garrafas e moringues, afetando o corpo do réu.

No entanto, antes mesmo de esse episódio acontecer, o senhor Antonio Alves Barretto disse que a sua esposa havia se negado, tempos antes, a dividir o leito conjugal com ele e isso, segundo o réu, também foi o motivo que o levou a abandonar o lar conjugal. Diante de tudo o que foi exposto ao longo do processo que durou cerca de 3 anos a justiça da época foi a favor do réu, não concedendo, portanto, o desquite a dona Albertina da Motta Barretto, sob a alegação de que a certidão do casamento da autora e do réu não constava nos autos do processo e que, sem a certidão, que é a prova da existência do casamento, não havia como dar prosseguimento ao processo de separação judicial. Contudo, dona Albertina não se conformou com a alegação e decidiu recorrer.

Com o objetivo de preservar toda a história contida na ação de desquite, realizamos a edição semidiplomática, para a qual foi necessário o estabelecimento de alguns critérios (QUEIROZ, 2007), como:

Para a descrição do documento:

- 1) Data do manuscrito;

- 2) Tipo de papel;
- 3) Tipo de escrita;
- 4) Número de abreviaturas;
- 5) Maiúsculas mais interessantes;
- 6) Existência de sinais especiais;
- 7) Existência de ornamentos;
- 8) Número de linhas da mancha escrita;
- 9) Número de colunas;

Para a transcrição do documento:

- 1) Respeitou-se fielmente o texto: grafia (letras e algarismos), linha, fólio etc.;
- 2) Separaram-se as palavras unidas e uniram-se as separadas;
- 3) Utilizaram-se colchetes para as interpolações;
- 4) Desdobraram-se as abreviaturas, apresentando-as em itálico;
- 5) Numerou-se o texto linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha dos fólios;
- 6) Indicaram-se os números dos fólios à margem direita.

#### **4.1. A descrição do corpus**

A localização do referido documento no CEDOC é: Estante 03, Caixa 65 e Documento 753, ele possui 97 fólios escritos no recto e no verso em letra cursiva, em tinta preta. O texto foi escrito em papel almaço, escrito por mais de um punho e apresenta algumas peculiaridades, a saber: 1. todos os fólios (recto e verso) apresentam uma numeração (de 1 a 30) na margem esquerda; 2. os fólios 3r, 4r, 19r, 36r, 37r, 38r, 39r, 40r, 41r, 42r, 43r e 44r começaram a ser escritos a partir da linha 7; 3. a mancha escrita nos fólios 65r e 66r foi iniciada a partir da linha 5; 4. já os fó-

lios 33r e 53r foram escritos a partir da linha 8 e 9, respectivamente. Identificamos também no documento um timbre estadual, um selo escrito “Imposto do sello”, ambos no recto, há também rubricas em alguns fólhos e numeração, feita pelo escrivão, em todos os fólhos no recto, sendo que estas duas últimas (rubricas e numeração) constam na margem superior direita de cada fólho e, em alguns fólhos, ocorrem numeração e rubrica simultaneamente, como podemos observar nas figuras abaixo:

**Figura 1**



**Inscrição:** THESOIRO  
DO ESTADO DA BAHIA

**Figura 2**



**Inscrição:** IMPOSTO DO  
SELLO 300 REIS

**Figura 3 - Numeração**

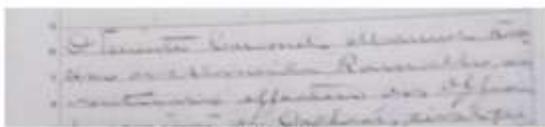


**Figura 4 – Numeração e rubrica**

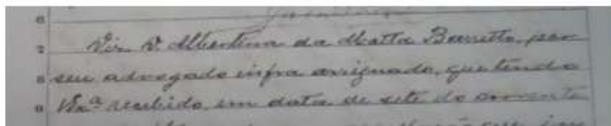


Em relação aos fólhos do verso há também algumas características singulares, como por exemplo: os fólhos 1v, 4v, 22v, 28v, 34v, 47v, 51v, 57v, 60v, 61v, 72v, 74v e 97v estão em branco. Já os fólhos 15v e 62v apresentam a mancha escrita apenas a partir da linha 9; o fólho de número 13v, 53v e 56 estão escritos a partir da linha 13, da linha 6 e da linha 8, respectivamente; os de número 9v, 20v e 74v começaram a ser escritos a partir da linha 11; os fólhos 64v, 65v e 66v, por sua vez, começaram a ser escritos a partir da linha 5; e, por último, os fólhos 2v, 3v, 36v, 37v, 38v, 39v, 40v, 41v, 42v, 43v, 44v e 81v foram escritos a partir da linha 7. Características que denotam o quanto o documento em análise é heterogêneo, assim como a própria língua que usamos.

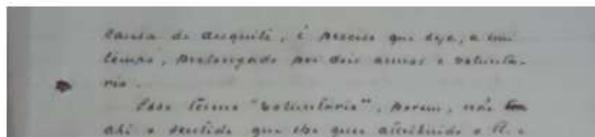
Ainda em relação à escrita, observamos que o documento foi escrito por mais de uma pessoa pelo fato de apresentar grafias diferentes ao longo do texto, fato constatado nos fólhos 7r, 52v, 85r, 85v e 90r. É importante salientar que também há alguns fólhos datiloscrito em tinta de cor azul, como, por exemplo, o fólho 97r. Vejamos a seguir essas constatações:



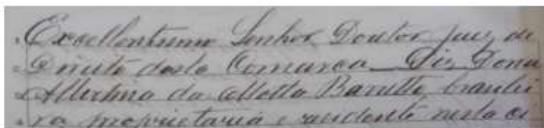
Fólio 7r



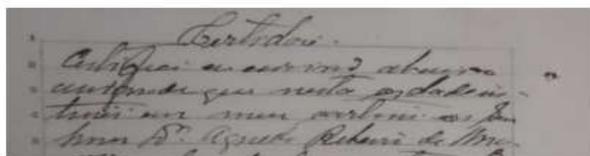
Fólio 85r



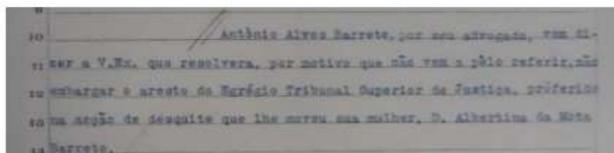
Fólio 90r



Fólio 52v



Fólio 85v



Fólio 97r

Em relação às abreviaturas, o documento apresenta inúmeras palavras abreviadas. Apresentamos, contudo, apenas dez delas:

Imagem da abreviatura	Abreviatura	Desdobramento da abreviatura	Fólio
	D.	Dona	f. 2r
	Ex. <sup>no</sup> .	Excelentissimo	f. 2r
	Dr.	Doutor	f. 2r
	Snr.	Senhor	f. 2r
	Dez. <sup>no</sup> .	Dezembro	f. 2r
	Supp. <sup>no</sup> .	Supplicante	f. 2r
	Cod.	Código	f. 3v
	Proc.	Processo	f. 3v
	Est.	Estadual	f. 3v
	Adv.	Advogado	f. 4r

Entretanto, o documento também apresenta outras características extrínsecas que vale à pena ressaltar:

Características exteriores ao documento		
Figuras:	Descrição:	Fólio
	Inscrição realizada por terceiros	1r
	Furo na margem inferior direita	2v
	Encadernação feita com um barbante de cor vinho	Em quase todos os fólios

	Furos na margem superior esquerda	17r
	Mancha no centro do fólio na margem inferior	19v
	Mancha no centro do fólio na margem inferior	20r
	Mancha na margem superior esquerda	21r
	Mancha no centro do fólio na margem direita	31r
	Mancha na margem superior esquerda	86v
	Mancha na margem superior direita	87r
	Furo na margem inferior esquerda	72r
	Furo na margem inferior esquerda	97r

#### **4.2. A edição semidiplomática e a fac-similada**

Apresentamos nesta seção a edição semidiplomática juntamente com a fac-similada de três fólios da ação de desquite supracitada. Escolhemos os fólios iniciais da ação, que narram o começo do processo judicial, cujos protagonistas são dona Albertina da Motta Barretto e o senhor Antonio Alves Barretto.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito desta Comarca. f. 2r

5     Doutor Campos Feira 1800 Dezembro  
de 1919.     [assinatura]

10     Diz Dona Albertina da Motta Barretto, bra-  
sileira, proprietária, residente nesta cidade  
à rua Nossa Senhora dos Remedios - por seu  
advogado infra assignado - como faz certo  
a procuração que a esta acompanha, que  
tendo casado civilmente e pelo regimen da  
communhão de bens com o senhor Antonio  
15     Alves Barretto - no anno de 1895, aconteceu  
que este, por motivo do seu genio inteiramente  
diverso do da Supplicante, fora, pouco a pouco,  
se incompatibilizando para viver no lar con-  
jugal e a final, voluntariamente abando-  
20     nara-o no dia vinte e oito de Dezembro  
do anno de mil e novecentos e treze e mais não  
voltara a elle até hoje.

25     A Supplicante com isso e por isso, inteiramente  
resignada, protestara mais se não reconcili-  
ar com o mesmo para assim evitar novas con-  
trariedades, sempre de resultados bem desagra-  
daveis.

30     Sem ter filhos, continuou a viver na mesma  
caso - sem vexames, sem preocupações, sem con-  
trariedades, com inteira decencia, cercada  
dos carinhos dos seus irmãos e com a pensão



f. 2v

5

que o seu pai - Comel Agostinho Froes da Motta,  
lhe vem dando, de boa vontade, desde que o dicto  
seu marido abandonou o lar conjugal.

10     Agora, por motivo do fallecimento de sua  
prameteada mãe Dama Maximiana de Almeida  
Motta - encensa-se o inventario dos bens  
que ella deixara e, por não ter a Supplicante d'antes  
requerido o seu desquite - o seu dicto marido,  
15     sem nenhuma necessidade, se deu pressa  
em constituir o Doutor José Maria Neves - seu  
advogado - com um contracto de honorarios  
de dez por cento (10%) sobre o total da legitima  
da Supplicante a ser recebida e da qual, hoje, já,  
20     definitivamente, tomara posse.

25     O pai da Supplicante que não consentira nunca  
que ninguém zelasse mais do que elle, como  
inventariante sem usuras, os interesses e os  
direitos dos seus filhos, não permitiu afinal  
que a Supplicante fosse prejudicada com a exis-  
tencia de tal contracto e do que lhe veiu a  
caber na sua meação pagou, por espontanea  
vontade ao mesmo advogado que fora contracta-  
do para agir contra elle - os 5% que teriam de  
30     sahir da menção ideal da alludida legitima



5 residente nesta cidade a nam Conselheiro  
Franco - em caso do seu pai senhor Estansi-  
lau Alves Barretto - para sua primeira au-  
10 diencia que se seguir a dicta sua citação  
vir falar aos termos da presente acção  
ordinaria de desquite - a que a auctora  
dá o valor de sessenta cruzos de reis - na  
forma recommendada no artigo 70 n.º 3 - in  
15 fine do Código do Processo Estrófal sob pena de, se não  
comparecer, proseguir a mesma acção á  
sua revelia - até final sentença - indepen-  
dente de qualquer outra nova citação.

A Supplicante desde já affirma, para os de-  
vidos fins, que tão logo seja julgada por  
20 sentença a presente acção - de boa vontade,  
retirará do seu nome - o cognome - Barretto-  
com que ora requer; e para o reconhecimento  
do direito que pleiteia se valerá, oportuni-  
mente, das provas testemunhal e do-  
25 cumental e do proprio depoimento do réo -  
que requererá caso entenda ser preciso.

A Supplicante requer tambem a citação do Exceletissimo  
Senhor Doutor Promoteor Público, nesta comarca, para  
30 na forma disposta no § 9º do artigo 205-



## 5. *Palavras finais*

Como podemos perceber, ao longo deste artigo, a filologia desde os tempos antigos legitimou como sua a tarefa de realizar edições textuais com o intuito de preservar dos estragos do tempo documentos pretéritos que relatam a história de povos que viveram em outras épocas. Através do *labor* filológico não apenas as histórias contidas nos manuscritos são preservadas, como também a língua utilizada no período em que cada documento foi lavrado.

Além disso, assim como os textos do presente apontam evidências de como o sistema linguístico funcionava no passado, o mesmo ocorre com os textos do passado que podem revelar o funcionamento da língua no presente. Dessa forma, com o auxílio dado pela filologia ao disponibilizar textos editados com critérios próprios e de forma genuína, torna-se possível estudar a língua no passado, pois os textos escritos são provas cabais de como a língua funciona(va) ao longo do tempo.

Sob tal acepção, ao realizarmos a edição, mesmo que de alguns fólhos da ação de desquite promovida por dona Albertina da Motta Barretto contra o seu marido, o senhor Antonio Alves Barretto, é trazido à

tona o *modus vivendi* das pessoas envolvidas no processo, pois através da edição é desvendada toda a trama que envolve os protagonistas do processo em estudo.

Com isso, a função do filólogo acaba sendo realizada, pois não apenas a língua constante no documento é preservada como também o enredo criado pelas pessoas envolvidas no divórcio. Assim, a filologia mostra a sua importância cada vez mais, pois o seu trabalho acaba sendo o “ponta-pé” inicial para que vários outros estudos sejam realizados a partir do texto editado. Contudo, ainda há muito para fazer, para desvendar, estudar, analisar e trazer à tona, pois a edição da ação de desquite, supracitada neste trabalho, encontra-se em fase inicial e, por isso, muitas reviravoltas nessa história podem ocorrer, porque o trabalho do filólogo só termina quando cada fólio de cada documento constante em acervos públicos e/ou privados for editado e as histórias constantes naqueles forem preservadas a fim de que outras gerações possam ter acesso a elas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad.: José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Introdução metodológica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007, p. 23-34.

## **FLEXÃO VERBAL EM LIBRAS E EM LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE CONTRASTIVA**

*Vanessa Gomes Teixeira* (UERJ)

[vanessa\\_gomesteixeira@hotmail.com](mailto:vanessa_gomesteixeira@hotmail.com)

*Catarina Modesto de Carvalho Leitão* (UERJ)

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta uma análise contrastiva da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa visando à abordagem de questões ligadas ao conteúdo de flexão verbal e considerando a diferença da modalidade dessas línguas: a libras é espaço-visual, enquanto o português é oral-auditivo. Com base em estudos que apontam que a língua de sinais, como língua materna do surdo, facilita a compreensão desse aluno no processo de aprendizado de aspectos gramaticais da língua portuguesa, o presente artigo busca destacar a importância de ponderar as respectivas especificidades de cada língua quando pensarmos em uma metodologia eficaz de ensino de língua portuguesa para alunos surdos.

**Palavras-chave:** Ensino de língua portuguesa. Língua de sinais. Análise contrastiva.

### **1. Introdução**

A língua é um sistema de signos constituído arbitrariamente por convenções sociais que possibilita a comunicação entre os indivíduos. É por meio da cultura de uma sociedade que a língua se constitui, integra e cria uma identidade para essa comunidade. Similarmente, a cultura surda auxilia na construção da identidade dos indivíduos surdos, na qual ser surdo é fazer parte de um mundo visual e desenvolver sua experiência na língua de sinais.

Estudos de pesquisadores sustentam que “se uma criança surda puder aprender a língua de sinais da comunidade surda, na qual ela será inserida, ela terá mais facilidade em aprender a língua oral-auditiva da comunidade ouvinte” (SOUZA, 2001). Assim, a língua de sinais, na condição de língua materna do surdo, será o meio de instrução para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua, possibilitando a participação do surdo no mundo ouvinte e sua afirmação como cidadão brasileiro. De outra forma, pode-se dizer que a libras, como primeira língua do surdo, facilita a compreensão desse aluno no processo de aprendizado de aspectos gramaticais da língua portuguesa.

No entanto, autores como Simone Gonçalves de Lima da Silva

(2008) e Audrei Gesser (2009) nos atentam quanto à diferença da modalidade de cada língua: a libras é espaço-visual, enquanto o português é oral-auditivo. Isso quer dizer que são duas estruturas linguísticas distintas e por isso, devemos levar em conta suas respectivas especificidades quando pensamos em uma metodologia de ensino de língua portuguesa para alunos surdos.

Nesse contexto, o presente trabalho visa abordar questões ligadas ao conteúdo de flexão verbal e como ele ocorre na língua portuguesa e na língua brasileira de sinais (libras), chamando a atenção para as semelhanças e diferenças entre as duas línguas. O trabalho justifica-se em virtude da grande dificuldade que os alunos surdos apresentam como com o conteúdo de flexão verbal em língua portuguesa.

O referencial teórico utilizado é a teoria linguística interdependente (CUMMINS, 1989, *apud* BROCHADO, 2003), assinalada como um arcabouço para a construção da educação bilíngue para alunos surdos. Segundo os teóricos da área, o princípio básico desta teoria é a competência básica comum. Entende-se que os aspectos relacionados ao letramento em L1 e L2 são comuns ou interdependentes através das línguas. Isso implica dizer que a experiência com alguma língua levará ao aumento da competência fundamental de ambas as línguas.

Como metodologia do trabalho, enfocamos a elaboração de análise contrastiva de questões temporais e aspectuais do conteúdo de flexão verbal tanto na língua de sinais como em língua portuguesa, pois acreditamos que é essencial o uso da primeira língua do surdo como base do ensino de uma segunda língua, no caso o português, para a compreensão dos seus conteúdos gramaticais por parte desse aluno. Para fazermos a comparação entre as duas línguas, utilizamos a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* de José Carlos de Azeredo (2008) e textos de apoio sobre a língua de sinais, como: *A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira* de Sonia Maria Dechandt Brochado (2003), *Os processos de formação de palavra na libras* de Tanya Amara Felipe de Souza (2006) e *As marcas linguísticas para as categorias tempo e aspecto na libras* de Rossana Finau (2008).

A partir do estudo sobre a temática dessas questões de flexão verbal, esperamos que a pesquisa nos apresente caminhos para a melhora da prática docente e possibilite facilitar o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa para alunos surdos.

## 2. Verbo: análise contrastiva

As línguas humanas possuem características essenciais ou contextuais, como também determinadas categorias gramaticais, como os verbos. Segundo Tanya Amara Felipe de Souza (2006), a descrição gramatical das línguas neolatinas foi baseada nas de tradição greco-latina, o que acarretou no surgimento de processos morfológicos da declinação (desinências para gênero, número, pessoa, caso para os nomes, adjetivos e pronomes) e conjugação (desinências para número, pessoa, tempo, modo e aspecto para os verbos). Já no caso das línguas de sinais a flexão não ocorre da mesma forma. Sandra Patrícia de Farias (2006), no artigo *Ao pé da letra não! Mitos que permeiam o ensino de leitura para surdos*, faz uma distinção entre "língua de sequenciação morfológica" (LP) e "língua de sobreposição morfológica" (libras). Para a referida autora:

Pode-se afirmar que uma aula de LP para surdos é sempre um encontro marcado entre duas culturas linguísticas, uma vez que professores de LP para surdos são, na maioria, ouvintes. Nesse encontro, o professor de LP chega munido das estruturas morfológicas sequenciadas de "sua" LP, ao passo que o aluno surdo chega munido da sobreposição de informações morfológicas de "sua" LSB. Nesse contexto dicotômico, o professor de LP, nem sempre proficiente na LSB, nem sempre consciente de estratégias eficientes ao ensino, acaba por desenvolver um ensino que fragmenta a LSB, descontextualizando-a e impossibilitando seus alunos de verem a cadeia semântica e pragmática da LP. (FARIAS, 2006, p. 276-277)<sup>8</sup>

No caso específico do presente artigo, uma categoria a ser revisitada nas duas línguas é o verbo, palavra que expressa *ação, estado ou fenômeno da natureza*. José Carlos de Azeredo (2009), em sua *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, explica: "Verbo é, do ponto de vista morfológico, a espécie de palavras que ocorre nos enunciados sob distintas formas para a expressão das categorias de tempo, aspecto, modo, número e pessoa". (AZEREDO, 2009, p. 180)

A partir dessas considerações, o presente trabalho analisará de que forma a classe de palavras *verbo* se apresenta na língua portuguesa e na libras, destacando semelhanças e diferenças que podemos encontrar nas duas línguas.

---

<sup>8</sup> A denominação LSB refere-se à antiga sigla da língua de sinais brasileira. Em outubro de 1993, foi feita uma reunião na Feneis e foi decidido que adotariam, a partir daquela data, o nome de libras, embora essa sigla fuja dos padrões internacionais de denominação das línguas espaço-visuais,

### 3. Estrutura verbal

José Carlos de Azeredo (2009) afirma que a forma verbal padrão plena do português é dotada de um morfema lexical – sua base ou *radical* – e um conjunto de noções gramaticais dispostas em uma ordem fixa e linear após esta base – *vogal temática, desinência modo-temporal e desinência número-pessoal*. Além destes, uma forma verbal regular também apresenta o *tema*.

<b>RAIZ</b>	É o elemento que encerra a significação fundamental de todo o conjunto, chamado família léxica ou família de palavras ou cognatos.
<b>RADICAL</b>	É a parte que expressa o significado básico do verbo; elemento comum destacado através da comparação de uma série de palavras com uma base idêntica de significação.
<b>VOGAL TEMÁTICA</b>	É o elemento indicador do tema. Nos verbos, tais vogais indicarão a qual das três conjugações pertence o verbo.
<b>TEMA</b>	É a união do radical com a vogal temática do verbo.

**Quadro 1- A Estrutura do Verbo**

As desinências são morfemas flexionais que indicam as categorias de tempo, modo, número e pessoa.

<b>DESINÊNCIA MODO-TEMPORAL</b>	É o elemento que designa o tempo e o modo do verbo.
<b>DESINÊNCIA NÚMERO-PESSOAL</b>	É o elemento que designa a pessoa do discurso (primeira, segunda ou terceira) e o número (singular ou plural).

**Quadro 2- Desinências Verbais**

Os elementos que compõem as formas verbais da língua portuguesa se organizam da seguinte maneira:

(PREF +) RAD (+SUF) + VT + (DMT + DNP) (DFN)

Na libras, a flexão de verbos ocorrem por mecanismos discursivos, contextuais e espaciais. Vale ainda destacar que não há as categorias morfológicas/sufixos específicas de tempo e modo na conjugação dos verbos, mas há a incorporação de outros tipos de flexão, como: de parâmetros<sup>9</sup> de movimento, de direção e de expressões faciais.

Segundo Tanya Amara Felipe de Souza (2006), a forma verbal da libras é estruturada a partir de uma raiz, considerando o conceito de raiz como o constituinte da palavra que contém significado lexical, mas não inclui afixos derivacionais ou flexionais. O processo de modificação do

---

<sup>9</sup> Existem cinco parâmetros na libras, que são configuração das mãos, ponto de articulação, orientação, movimento e expressão facial, que, quando combinados, formam a estrutura de libras.

verbo por adição à raiz na libras pode ser obtido, por exemplo, a partir da associação da negatividade como no caso de sufixos e infixos.

No caso dos sufixos, a negação se associa a raiz alterando um dos parâmetros do sinal, especialmente o parâmetro movimento. Assim, o movimento contrário ao da base concluindo o movimento, caracteriza a negação incorporada, como no exemplo do verbo *gostar*:



FIG. 1: Gostar

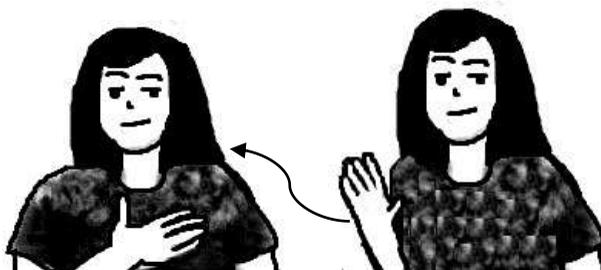


FIG. 2: Gostar-Não

**Ilustrações dos verbos GOSTAR e NÃO-GOSTAR em libras.**

O movimento seria no português como o sufixo anti-, como em anti-higiênico, e não um item lexical para negação.

Já no caso dos infixos, a negação se associa concomitantemente à raiz verbal através da intercalação no movimento ou através da expressão corporal, como no exemplo do verbo *ter*:

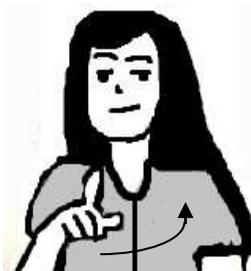


FIG. 3: Ter

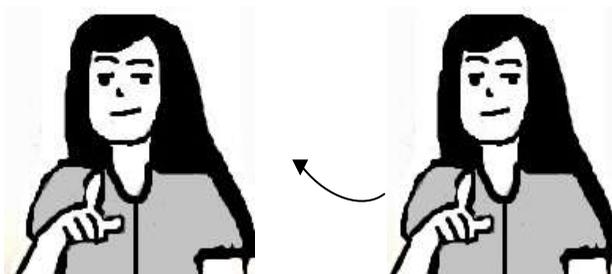


FIG. 4: Ter-Não

#### **Ilustrações dos verbos TER e NÃO-TER em libras**

Além disso, Tanya Amara Felipe de Souza (2006) explica que a raiz também pode ser modificada internamente através de cinco mecanismos, que são: flexão para pessoa do discurso, flexão para aspecto verbal, flexão para gênero, incorporação do numeral e incorporação do intensificador *muito* ou de casos modais. Esses mecanismos serão aprofundados nas próximas seções.

#### **4. Categorização dos verbos em língua portuguesa e em libras**

Os verbos em português assumem formas para expressar uma ideia. Segundo José Carlos de Azeredo (2009):

Uma tradição descritiva que remonta à Idade Média e que se inspira na filosofia escolástica nos ensina a reconhecer dois componentes na construção dos enunciados: o *dictum* – aquilo que é objeto da comunicação – e o *modus* – a atitude ou ponto de vista do enunciador relativamente ao objeto de sua comunicação. A expressão do *modus* é realizada de várias maneiras. Uma delas consiste em variar a entonação da frase para exprimir certeza, admiração, dúvida, ceticismo, etc. Também podem recorrer a verbos que expressam atitudes,

como saber, duvidar e supor, e a advérbios, como talvez, sinceramente, obviamente etc. Trata-se de recursos de modalização. (AZEREDO, 2009, p. 209)

Essas formas, definidas como *modos verbais*, são três em língua portuguesa: *indicativo*, *subjuntivo* e *imperativo*.

<b>INDICATIVO</b>	Serve para indicar fatos de existência objetiva. Este modo é próprio dos enunciados declarativos simples, em que ocorre apenas um verbo ou uma locução verbal.
<b>SUBJUNTIVO</b>	Serve para representar fatos como dependentes do ponto de vista pessoal do enunciador. Ele é usual nas formas verbais de dois grupos principais: as estruturas dependentes de alguma expressão que exige o subjuntivo e as construções que expressam hipótese.
<b>IMPERATIVO</b>	Usado em frases em que o enunciador expressa uma ordem, uma exortações, um pedido.

**Quadro 3- Modos Verbais**

Já conjugação é “a classe mórfica a que pertence o verbo”. As conjugações do português são três:

<b>PRIMEIRA CONJUGAÇÃO</b>	Caracterizada pelo tema (radical + vogal temática) em –a.
<b>SEGUNDA CONJUGAÇÃO</b>	Caracterizada pelo tema (radical + vogal temática) em –e. <sup>10</sup>
<b>TERCEIRA CONJUGAÇÃO</b>	Caracterizada pelo tema (radical + vogal temática) em –i.

**Quadro 4- Conjugações Verbais**

As três conjugações, caracterizadas acima, possuem paradigmas. O paradigma da 1ª conjugação é o verbo “cantar”; já o paradigma da 2ª conjugação é o verbo “vender”; e o paradigma da 3ª conjugação é o verbo “partir”. Os verbos cuja flexão não provoca alterações no radical e formados a partir das desinências normais de sua conjugação são chamados de *regulares*. Já os verbos cuja flexão provoca modificações no radical ou nas desinências são chamados de verbos *irregulares*.

Já no caso da libras, a categorização dos verbos ocorre de outra forma. Segundo Ronice Müller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp (2004), os verbos estão basicamente divididos em 3 classes:

<b>VERBOS SIMPLES</b>	são verbos que não se flexionam em pessoa e número e não incorporam afixos locativos. Alguns desses verbos apresentam flexão de aspecto. Exemplos dessa categoria são: conhecer, amar, aprender, saber, inventar, gostar.
-----------------------	---

<sup>10</sup> É importante lembrar que no caso do verbo “pôr” e derivados (“repor”, “compor”, “dispor”, “opor”, etc.) pertencem à segunda conjugação. Para essa classificação, levou-se em conta a forma arcaica do verbo “pôr”, que era “poer”. A forma atual não possui vogal temática no infinitivo.

<b>VERBOS COM CONCORDÂNCIA</b>	são verbos que se flexionam em pessoa e número e aspecto, mas não incorporam afixos locativos. Exemplos dessa categoria são: dar, enviar, responder, perguntar, dizer, provocar.
<b>VERBOS ESPACIAIS</b>	são verbos que têm afixos locativos. Exemplos dessa classe são: colocar, ir, chegar.

**Quadro 5- Categorização dos Verbos em Libras**

## 5. *Categorias de pessoa e número*

Segundo José Carlos de Azeredo (2009), em todo diálogo, situação típica de comunicação, a pessoa que fala se refere a si mesmo como “eu” e o seu ouvinte como “tu/você”. No caso da língua portuguesa, o verbo varia suas formas para expressar as categorias de número (*singular x plural*) e de pessoa (*primeira, segunda, terceira*) do sujeito dos quais se referem ou, no caso de frases com o verbo “ser”, do predicativo dos quais se referem.

<b>PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR</b>	O “eu” do discurso.
<b>SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR</b>	O “tu” do discurso.
<b>TERCEIRA PESSOA DO SINGULAR</b>	O “ele” do discurso.
<b>PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL</b>	O “nós” do discurso.
<b>SEGUNDA PESSOA DO PLURAL</b>	O “vós” do discurso.
<b>TERCEIRA PESSOA DO PLURAL</b>	O “eles” do discurso.

**Quadro 6- Categorias de Número e Pessoa dos Verbos**

Já em libras, para determinar a pessoa, em todos os casos, a configuração usada é a mão em [G1]<sup>11</sup>. Na primeira pessoa, o dedo indicador aponta para o peito do locutor e na segunda pessoa, o indicador aponta para o interlocutor. Pontos no espaço, estabelecidos durante o discurso, representam as terceiras pessoas. Uma das formas de expressar o plural é através do movimento semicircular para a segunda pessoa e do movimento circular para a primeira pessoa.

## 6. *Categorias de tempo*

Além disso, José Carlos de Azeredo (2009) também explica que todo evento é situado no tempo, sendo o momento em que se fala o “ago-

<sup>11</sup> Configuração de mãos é a posição na qual a mão deve ficar para formarmos um sinal em libras. No caso da configuração de mão em G1, o dedo indicador fica estendido. Trata-se de um classificador usado para descrever, localizar (usando a ponta do dedo) e representar total ou parcialmente objetos, pessoas, animais quanto à forma e ao tamanho. (FERREIRA, 2010)

ra”, e no espaço em que o indivíduo fala, que é identificado como “aqui”. Levando em conta o momento em que se fala, o fato indicado pelo verbo pode acontecer no presente (ao mesmo tempo do que o ato de fala), pode ter acontecido no passado (antes do ato de fala) ou poderá acontecer no futuro (depois do ato de fala).

Em português, o modo indicativo dos tempos simples possui seis tempos verbais. São eles:

<b>PRETÉRITO PERFEITO</b>	Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminado.
<b>PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO</b>	Expressa um fato ocorrido antes de outro fato já terminado.
<b>PRETÉRITO IMPERFEITO</b>	Expressa um fato que ocorreu num momento anterior ao atual, mas que não foi completamente terminado.
<b>PRESENTE</b>	Expressa uma fato atual.
<b>FUTURO DO PRESENTE</b>	Enuncia um fato que deve ocorrer num tempo vindouro com relação ao momento atual.
<b>FUTURO DO PRETÉRITO</b>	Enuncia um fato que pode ocorrer posteriormente a um determinado fato passado.

**Quadro 7- Tempos Verbais do Indicativo**

O modo subjuntivo dos tempos simples, por sua vez, possui três tempos verbais. São eles:

<b>PRETÉRITO IMPERFEITO</b>	Expressa um fato passado, mas posterior a outro já ocorrido. O pretérito imperfeito também é usado nas construções em que se expressa a ideia de condição ou desejo.
<b>PRESENTE</b>	Enuncia um fato que pode ocorrer no momento atual.
<b>FUTURO DO PRESENTE</b>	Enuncia um fato que pode ocorrer num momento futuro em relação ao atual. O futuro do presente também é usado em frases que indicam possibilidade ou desejo.

**Quadro 8- Tempos Verbais do Subjuntivo**

Por último, temos também o modo imperativo, que apresenta apenas um tempo verbal: o presente<sup>12</sup>.

Já em libras, o tempo é expresso através de locativos temporais apresentando entre si relações espaciais. O presente (*hoje, agora*) é representado pelo plano vertical imediatamente em frente ao corpo do locutor. O futuro próximo (*amanhã*) é indicado por um curto movimento direcionado para frente do locutor. O futuro distante (*daqui a muito tempo*) é indicado por um amplo movimento que se afasta do corpo do locutor para frente. O passado (*ontem*) é representado por um movimento sobre o

<sup>12</sup> Além dos tempos simples, temos também os tempos compostos.

ombro que deve atingir o espaço imediatamente anterior ao ouvido. O passado distante (*há muito tempo*) é indicado por um longo movimento que se amplia além das costas.

<b>Passado</b>	Operador temporal específico. Direção para trás e/ou para baixo. Relação com a aspectualidade da sentença.
<b>Passado mais distante</b>	Flexão aspectual no sinal de passado por alteração do movimento (amplitude) e expressão facial ou emprego de operador que também pode receber flexão.
<b>Passado mais recente</b>	Operador que pode receber flexão aspectual.
<b>Presente</b>	Advérbio temporal. Relação com a aspectualidade da sentença.
<b>Futuro</b>	Operador temporal especial.
<b>Futuro mais distante</b>	Flexão aspectual no sinal de futuro por alteração do movimento (amplitude) e expressão facial ou emprego de operador que também pode receber flexão.
<b>Futuro mais próximo</b>	Operador que pode receber também flexão aspectual. Direção para frente e/ou para cima.

**Quadro 9- Marcas Linguísticas para as Categorias Tempo e Aspecto na Libras**

FONTA: FINAU (2008, p. 260-300)

## 7. *Categoria de aspecto*

A categoria do aspecto indica a duração do processo verbal. Em língua portuguesa, o aspecto é expresso a partir dos tempos verbais, que definem se a ação é momentânea ou contínua, eventual ou habitual, completa ou incompleta, entre outros.

Já em libras, as maneiras aspectuais mais comuns são pontualidade, continuidade e duração. Os contrastes espaciais e temporais superpostos são os fatores que modificam o movimento dos sinais. “Sendo uma língua multidimensional, os parâmetros podem ser alterados para a obtenção de modulações aspectuais, incorporações de informações gramaticais e lexicais, quantificação, negação e tempo” (FERREIRA, 2010, p. 49-50). Segundo Rossana Finau (2008), a partir da leitura aspectual é possível por meio do valor semântico dos verbos e seus complementos e, fortemente, pela participação de flexões gramaticais realizadas nos parâmetros movimento (com alteração de amplitude, frequência, duração, velocidade, direção – reto, arco, semiarco), configuração de mãos e articulação de braços (principalmente o emprego de uma versus duas mãos), e expressão facial.

Além disso, na língua de sinais, há a marcação de aspecto distributivo que está diretamente ligada com a flexão de número nos verbos

que apresenta concordância. A libras possui diversas formas de marcar o aspecto distributivo no verbo. Entre elas, temos:

<b>EXAUSTIVA</b>	A ação é repetida exaustivamente.
<b>DISTRIBUTIVA ESPECÍFICA</b>	A ação distributiva é direcionada para referentes específicos.
<b>DISTRIBUTIVA NÃO-ESPECÍFICA</b>	A ação distributiva é direcionada para referentes não específicos.

**Quadro 10- Aspecto na Libras**

A força da flexão do aspecto obriga a mudança na ordem da frase, recolocando o verbo em posição final (sujeito-objeto-verbo+aspecto) (QUADROS; KARNOPP, 2004). Há também flexões de foco e aspecto temporal, como:

<b>INCESSANTE</b>	A realização da ação é realizada incessantemente.
<b>ININTERRUPTA</b>	A ação se inicia e continua ininterruptamente.
<b>HABITUAL</b>	A ação apresenta recorrência.

**Quadro 11- Aspecto Temporal na Libras**

## **8. Considerações finais**

A partir das variáveis observadas neste estudo sobre a análise contrastiva de questões temporais e aspectuais do conteúdo de flexão verbal tanto na língua portuguesa como na libras, foi possível observar que o ensino de língua portuguesa na educação dos alunos surdos deve levar em consideração a diferença de modalidade de cada língua: a libras é espaço-visual, enquanto o português é oral-auditivo. Por serem estruturas linguísticas distintas, é de suma importância que suas respectivas especificidades sejam exploradas quando pensarmos em uma metodologia de ensino de língua portuguesa para alunos surdos.

Ressaltamos que os estudos da linguística aplicada ao ensino de línguas apontam que o conhecimento de uma primeira língua é condição essencial para aprender uma nova língua. Desta maneira, este artigo reafirma que o uso da primeira língua do surdo como fundamento do ensino de uma segunda língua, no caso a língua portuguesa, é um auxiliador indispensável para a compreensão do conjunto de regras de uma língua, por parte desses alunos.

Consideramos, portanto, que, na análise contrastiva, o elo intermediário da compreensão da língua portuguesa escrita seria a língua de sinais. Por meio da análise contrastiva das duas línguas, seria possível elaborar uma metodologia de segunda língua que, conforme Daniele

Marcelle Grannier (2002), é definida como “ensino do português-por-escrito”. Tal proposta deve estar baseada em uma perspectiva instrumental de ensino de línguas.

Nosso objetivo, na presente pesquisa, foi a elaborar uma análise contrastiva que auxiliasse o professor no ensino de flexão verbal de língua portuguesa para alunos surdos. Como uma das nossas principais considerações, denunciemos que há muito que se fazer ainda no que se diz respeito à educação de alunos surdos. As instituições de ensino superior precisam estimular a pesquisa na área da surdez e incorporar matérias que incentivem a produção de materiais para auxiliarem no ensino para alunos surdos. Além disso, é necessário implementar políticas públicas que de fato promovam as diretrizes para a formação inicial e continuada de professores, isto é, que capacitem-nos a realizarem um trabalho eficaz e diferenciado na sala de aula. Somente através dos estudos realizados na área da surdez, poderão ser elaboradas propostas pedagógicas adequadas para o ensino de alunos surdos e a sua inclusão no ambiente escolar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BROCHADO, Sonia Maria Dechandt. *A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira*. 2003, 431f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2003.

FARIAS, Sandra Patrícia de. Ao pé da letra, não! Mitos que permeiam o ensino da leitura para surdos. In: QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos surdos, I*. Petrópolis: Arara Azul, 2006, p. 252-283.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FINAU, Rossana. As marcas linguísticas para as categorias tempo e aspecto na libras. In: QUADROS, Ronice Müller de. (Org.). *Estudos surdos, III*. Petrópolis: Arara Azul, 2008, p. 260-300.

GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

GRANNIER, Daniele Marcelle. Português-por-escrito para usuários de

libras. *Revista Integração*, ano 14, n. 24, p. 48-51, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos surdos, I*. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

\_\_\_\_\_; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

\_\_\_\_\_; SCHMIEDT, Magali Lemos Pinto, *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima et al. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. V1. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SILVA, Simone Gonçalves de Lima da. *Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas as práticas pedagógicas*. 2008, 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOUZA, Tanya Amara Felipe de. *Libras em contexto: curso básico do estudante cursista*. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC, SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Os processos de formação de palavra na libras. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200-217, jun. 2006.

\_\_\_\_\_; LIRA, Guilherme de Azambuja. *Dicionário da língua brasileira de sinais- libras*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Acessibilidade Brasil – CORDE, 2005.

**JOAQUIM MARIA MACHADO DE ASSIS  
E JOSÉ MARIA EÇA DE QUEIRÓS  
SOB OS FILTROS DA CRÍTICA TEXTUAL**

*Ceila Maria Ferreira* (UFF/ABRAFIL)  
ceilamaria@hotmail.com

**RESUMO**

Este texto foi apresentado numa versão anterior à que aparece aqui nestas páginas, na XV Jornada de Letras: Leituras Entrecruzadas, realizada no Instituto de Letras da UFF, em janeiro deste ano. Trata-se, com pequeníssimas alterações, de um trabalho que apresentei na Mesa de Conferência intitulada: Entre a crítica textual e a literária: Diálogos entre Eça de Queirós e Machado de Assis (essa mesa também contou com a participação da Professora Doutora Flávia Amparo). Neste texto, pretendi fazer uma ponte entre a crítica textual e a crítica literária, como também entre Machado de Assis e Eça de Queirós, buscando sempre dar ênfase à importância da crítica textual para os estudos literários (inclusive para a tradução de textos) e para a preservação e divulgação do patrimônio cultural em forma de literatura em língua portuguesa.

**Palavras-chave:**

**Crítica textual. Crítica literária. Machado de Assis. Eça de Queirós. Tradução.**

Falar sobre a obra de Machado de Assis e sobre a obra de Eça de Queirós é uma das formas de fazê-las reviver. Libertá-las, de certo modo, das amarras do tempo. Trazê-las aos dias de hoje, dias tão conturbados pela ideologia do capital e do mercado, que a tudo – ou quase tudo – transforma em ansiedade, mercadoria e morte, principalmente dos sonhos, sim, dos sonhos de construção de uma vida mais autêntica, mais justa, mais plena (de uma plenitude interior que acalenta o corpo, a alma e que nos torna mais humanos, mais próximos de nós mesmos e de tudo o que amamos).

A literatura que – como o Amor – é mais forte que a Morte tem, nas páginas escritas por esses dois autores, marcos incontornáveis: os olhos de ressaca de Capitu; os ciúmes de Bentinho; o encontro de Brás Cubas com Quincas Borba no Passeio Público, no Rio de Janeiro; Rubião soberano, admirando a sua riqueza emoldurada pela enseada de Botafogo; Sofia e o apólogo das rosas; “O Alienista”, “O Espelho”, “Noite de Almirante”; “Uns braços”; “A Causa Secreta”; João da Ega e Carlos da Maia a correrem para apanharem o elétrico, após renunciarem a todos os esforços; Jacinto e José Fernandes a observarem, nas proximidades da

basílica de *Sacré-Coeur*, nos altos de *Montmartre*, a fria Paris, condoídos daqueles que nada têm; André Cavalheiro e Gracinha Ramires a dançarem majestosos, inebriados pelo desejo; Gonçalo e sua memorável novela de memoráveis e vetustos antepassados; “José Mathias”, “A Perfeição”; a figura de Antero, “um gênio que era um santo”, a revolver, com seu braço erguido, as nuvens do céu, a comover e a tornar discípulos aqueles que o ouviam – e os que agora o imaginam – improvisar, nas escadarias da Sé Nova, em Coimbra, berço de liberdade e de tentativa de criação, em língua portuguesa, de um novo mundo e de uma nova literatura que jamais seriam os mesmos depois de Eça de Queirós e depois de Machado de Assis.

E se a literatura é feita de talento, de esforço, de trabalho contínuo e árduo – vem-me a lembrança a imagem de Eça – construída por meio da leitura de um livro – vencendo o silêncio da solidão, quando de sua estada em Newcastle, a reescrever *O Crime do Padre Amaro* e de Machado a superar os abismos provocados pela desigualdade de oportunidades e de distribuição de renda em nosso país por meio do exercício da palavra escrita – ela, a literatura, também é feita das edições que dela são realizadas, assim como da fortuna crítica que sobre ela é erigida.

Quanto às edições, elas transportam os textos para épocas e para espaços distintos daqueles em que eles foram produzidos. As edições permitem que textos saiam das gavetas, dos *hardwares* dos computadores, dos *pen-drives*, dos cds e, para além de seus autores, emocionem: façam mover as pessoas – muitas vezes, sem que elas saiam das cadeiras em que estão sentadas –, ajudando tais pessoas a se encontrarem consigo mesmas e a enxergarem melhor o mundo em que vivem.

Já dizia Afonso Romano de Sant’Anna (e peço aqui licença para fazer uma citação de cabeça), que a grande literatura é uma literatura de autoajuda. Por meio de textos literários, temos uma espécie de passaporte para conhecemos mais profundamente o significado do verbo compreender, assim como do verbo viver. Mas, para termos acesso a esses textos, precisamos que alguém os publique, que os faça circular, que os distribua, que os divulgue e também que críticos literários, escritores, professores universitários, graduandos, mestrandos e doutorandos escrevam sobre eles e que os leitores os leiam. Ou seja, que sejam inseridos no sistema literário e no mundo das letras.

Em boa parte do mundo que pensa e que sonha em português, Machado de Assis e Eça de Queirós são reconhecidos como grandes es-

critores. Para muitos, como os maiores escritores de seu tempo e de todos os tempos em língua portuguesa. Contudo, acredito que Eça de Queirós seja mais divulgado no Brasil que Machado de Assis em Portugal, mas esse estado de coisas tem a ver com o pouco empenho que os governos brasileiros têm mostrado em termos de valorização e de divulgação de parte importantíssima de nosso patrimônio cultural – que é a língua portuguesa – para além das fronteiras do nosso país. A demora na efetivação do Instituto Machado de Assis muito nos diz sobre isso. Uma iniciativa que, recentemente, foi feita no sentido da divulgação da nossa literatura é a da criação, pela Fundação Biblioteca Nacional, de um programa de bolsas de apoio à realização de traduções que divulguem, no estrangeiro, obras de autores brasileiros. Esperamos que tal programa de apoio dê bons frutos. Todavia, hoje em dia, efetivamente, a ação de professores universitários brasileiros e portugueses (mais portugueses que brasileiros pelo motivo já exposto) que dão cursos no exterior, inclusive nos Estados Unidos, como também a realização e a divulgação de traduções de obras de Machado de Assis e de Eça de Queirós no estrangeiro, contribuem para que esses dois grandes autores estejam sendo mais lidos por críticos de outras línguas. Nesse sentido, no princípio deste século em que vivemos, mais precisamente no ano de 2002, saiu, nos Estados Unidos, um livro do crítico literário e professor universitário Harold Bloom, cujo título era: *Genius: a mosaico of one hundred exemplar creative minds* (na tradução para o português do Brasil, saída pela Objetiva, em 2003: *Gênio: os cem autores mais criativos da história da literatura*). Pois bem, nesse livro, o prestigioso crítico norte-americano faz uma seleção, nas palavras dele próprio, “[...] totalmente arbitrária e idiossincrática”, e forma: “[...] um mosaico dos gênios da linguagem [...]” (BLOOM, 2003, p. 11). Entre esses gênios selecionados por Harold Bloom estão Machado de Assis e Eça de Queirós (Camões e Pessoa também estão). Dos autores selecionados, Harold Bloom tece calorosos elogios.

De Eça, Harold Bloom fala mais detidamente sobre *A Relíquia* e abre uma página dizendo que o “[...] principal romancista português, antes de Saramago, nosso contemporâneo, é bastante desconhecido e muito pouco lido no mundo anglófono” (BLOOM, 2003, p. 677). Acerca da presença de Eça no mundo anglófono, cita um livro, saído em 1980, *Eça de Queiros and European Realism*, de Alexander Coleman e a tradução de Aubrey Bell, publicada em 1954, de *A Relíquia*.

De Machado, fala mais detidamente sobre *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, sem deixar de mencionar que houve um tempo em que edi-

ções do “mais original dos romancistas brasileiros” circulavam, em inglês, “[...] em traduções inadequadas, situação felizmente agora remediada [...]” e cita algumas das traduções, em língua inglesa, de *Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*, todas elas publicadas nos anos noventa do século passado (BLOOM, 2003, p. 688).

E por falar em traduções, é conhecido o caso de uma tradução publicada nos Estados Unidos de *Dom Casmurro* sem nove de seus cento e quarenta e oito capítulos, o que deve ter prejudicado (e muito!) a difusão da obra e do nome de Machado de Assis entre os leitores de língua inglesa.

Sabemos que para termos boas traduções é preciso, sim, que os tradutores tenham boa formação na sua área, além disso, que sejam bem pagos e que tenham o seu trabalho protegido por direitos autorais, mas é necessário – e mesmo fundamental – que eles utilizem edições, na língua de partida, de boa qualidade editorial.

A respeito da importância da qualidade editorial, para a difusão de obras literárias e para a valorização do nome de seus autores, cito aqui palavras de Ivo Castro, professor da Universidade de Lisboa, coordenador da Equipe Pessoa e um dos maiores teóricos, em língua portuguesa, da crítica textual:

Não estamos longe, nas literaturas de língua portuguesa, da situação que desde há décadas é normal no mundo de língua inglesa ou em Itália: um escritor, antigo ou moderno, não é verdadeiramente respeitável enquanto não tiver sua obra coada pelos filtros da edição crítica (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 176).

No Brasil, apesar do que lemos na citação acima, ainda temos, lamentavelmente, poucas edições críticas e a crítica textual, a despeito de sua inegável importância, não é disciplina obrigatória na maior parte das universidades em nosso país. Todavia, a crítica textual apresenta – a quem dela se aproxima – uma ideia mais clara a respeito da história da transmissão dos textos e de sua produção, em alguns casos, quando ainda esses textos eram esboços ou rascunhos na mesa de seus autores, além de ajudar a desfazer o conceito corrente de que os textos escritos são imutáveis (*verba volant, scripta manent*) pois eles, à medida que são publicados, que são legados a novas gerações, vão sendo modificados muitas vezes por seus próprios autores e/ou por terceiros, como editores, revisores, tipógrafos etc.

Costumo dizer que a divulgação da crítica textual ajuda a amenizar a propagada visão de que os textos são fixos (ora, meus caros e mi-

nhas caras, nada é imune a passagem do tempo que a tudo transforma...) como também ajuda a pensar na historicidade da edição de textos e a ver a obra como uma etapa (frequentemente, a final) do processo de criação literária.

Quanto a edições críticas das obras de Machado de Assis e de Eça de Queirós, no final da década de cinquenta do século XX, foi instituída pelo governo JK a Comissão Machado de Assis “[...] com a finalidade de elaborar o texto definitivo das Obras de Machado de Assis [...]”, por aquela altura, já consideravelmente alterado (MACHADO DE ASSIS, 1977, p. 5). Tal Comissão publicou vários volumes, inclusive uma memorável edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, porém não concluiu os seus trabalhos. Não editou *Papéis Avulsos* nem *Páginas recolhidas*, além de uma parte da obra póstuma do autor de *Quincas Borba*.

De *Papéis Avulsos*, um dos principais livros de contos de Machado de Assis, estamos preparando – com a ajuda de alunos e ex-alunos da UFF – uma edição crítica pelo LABEC, o Laboratório de Ecdótica da Universidade Federal Fluminense.

Estamos na fase de revisão do texto crítico e no da preparação do aparato crítico de comentários e de variantes autorais e de terceiros.

De Machado, há ainda uma edição crítica e genética, preparada por Ana Cláudia Suriani da Silva, publicada pela Editora da UNICAMP, em 2003, do conto “Linha reta e linha curta”.

De Eça, além da edição crítica de responsabilidade de Helena Cidade Moura, publicada na década de sessenta do século XX, está em curso a publicação da edição crítica de suas obras, coordenada por Carlos Reis, professor catedrático da Universidade de Coimbra e um dos maiores especialistas vivos da obra de Eça de Queirós. Desse projeto de edição crítica já foram publicados vários volumes. Tal trabalho vem contribuindo para levar ao conhecimento do público leitor o modo de produção literária do autor de *A Ilustre Casa de Ramires*, além de textos mais próximos da última vontade materializada pelo autor. Há quem diga que a partir dos trabalhos da Equipe Eça está surgindo um novo Eça e um novo cânone queirosiano.

Na Equipe Eça, estamos preparando a edição crítico-genética das narrativas de viagens que tem como texto-base o manuscrito autógrafo de Eça de Queirós.

Quanto ao diálogo entre a crítica textual e a crítica literária, ele é

bastante fecundo e mesmo imprescindível.

A crítica textual pode fornecer à crítica literária textos mais confiáveis em termos de qualidade editorial. E tal qualidade é essencial para que os críticos literários tenham bases mais seguras para as suas leituras, suas pesquisas e não corram riscos de escrever a partir de edições corrompidas. Além disso, a crítica textual, no seu amplo trabalho de pesquisa histórico-literária em busca de um maior conhecimento do texto, de sua transmissão e de sua tradição direta e indireta, vai trazer novamente a luz textos pouco conhecidos ou que foram esquecidos com o passar dos tempos. No caso do diálogo entre Machado de Assis e Eça de Queirós, vai trabalhar com a crítica que Machado de Assis fez, no periódico *O Cruzeiro*, sobre *O Primo Basílio* e *O Crime do Padre Amaro*, em 1878, que, tanto influenciou Eça de Queirós, segundo Alberto Machado da Rosa, na altura, Professor da Universidade de Madison (EUA).

Realmente, na sua reescritura, publicada em 1880, de *O Crime do Padre Amaro*, Eça de Queirós fez várias modificações, inclusive as sugeridas pelo escritor e crítico brasileiro, como a alteração do final do livro e a retirada de passagens que traziam o forte reflexo da influência de Émile Zola.

Para alguns críticos literários, Machado também foi muito influenciado pela literatura de Eça de Queirós, particularmente, pela publicação de *O Primo Basílio*, em 1878.

Outra questão importante acerca do diálogo da crítica textual com a crítica literária é que a crítica textual, como uma espécie de arqueologia dos textos e no exercício de construção de comentários explicativos traz assuntos, temas, nomes que foram silenciados muitas vezes por leituras que foram protegidas e divulgadas muitas vezes pelo que podemos chamar de estruturas do poder dominante.

No caso de Machado de Assis, esse tipo de exumação estaria mais ligado à pesquisa e ao estudo de suas cartas, ao exame de suas críticas ao Realismo, da classificação de sua obra como vinculada à Escola Realista do século XIX, à busca de novas fontes primárias para o estudo da sua biografia e à procura de manuscritos autorais e de provas tipográficas machadianas em arquivos no Brasil e no exterior.

No caso de Eça de Queirós, estaria voltado, por exemplo, para a divulgação da forte relação da sua literatura com a sua atuação político-cidadã de forte matiz socialista, o que certamente valoriza (e muito!) a

imagem do artista, do intelectual engajado com a transformação do mundo para um lugar com maior justiça social, o que é um traço, um compromisso presente na obra queirosiana.

E por falar em intelectual envolvido com o seu tempo, abro o jornal de domingo e, na coluna de Caetano Veloso, leio o surpreendente “Lutas”, escrito por um Caetano que não perdeu o brilho nos olhos dos tempos de “Alegria Alegria!” e que, por meio da sua escrita, defende a Aldeia Maracanã, mais conhecida como Museu do Índio, da ameaça de demolição, já assinada pelo prefeito do Rio.

Sim, o intelectual – artista, escritor, crítico literário, crítico textual, professor universitário – pode estar onde o povo está e, então, a praça e a Universidade serão do povo, mesmo que o céu não seja mais do condor.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Eça de Queirós: O Primo Basílio*. Disponível em:

<<http://www.superdownloads.com.br/download/140/eca-de-queiros-primo-basilio-machado-de-assis/>>. Acesso em: 08-02-2013.

\_\_\_\_\_. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Edição crítica de obras de Machado de Assis. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

BLOOM, Harold. *Gênio: os 100 autores mais criativos da história da literatura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MOURA, Helena Cidade (Org.). *O crime do Padre Amaro*. Edição crítica baseada nas versões de 1875, 1876, 1880. Porto: Lello & Irmão, 1964.

REIS, Carlos; CUNHA, Mari do Rosário (Eds.). *O crime do Padre Amaro*. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo de Machado? Um estudo sobre Eça de Queirós*. 2. ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1979.

SILVA, Ana Cláudia Suriani da. *Linha reta e linha curva*. Edição crítica e genética de um conto de Machado de Assis. Campinas: Unicamp, 2003.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

VELOSO, Caetano. Lutas. *O Globo*, 20/01/2013, Segundo Caderno, p. 2.

## O AMBIENTE ECOLINGÜÍSTICO NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

*Maria Ivone Alves da Silva* (UFRR)  
[profivonesilva@gmail.com](mailto:profivonesilva@gmail.com)

### RESUMO

A configuração das regiões fronteiriças no Continente Americano surge a partir das necessidades europeias por novos produtos e matérias primas. Remontando ao passado histórico, verifica-se existir uma demanda real pela realização de estudos e pesquisas voltadas para a compreensão do ambiente linguístico caracterizando os contatos de povos nos aspectos que envolvem a língua em relação ao ambiente natural e sócio-histórico, como no caso da fronteira Brasil/Venezuela. Uma das preocupações pertinentes que se impõe à reflexão neste trabalho é se a situação de contato linguístico influi na conformação do ambiente de fronteira Brasil/Venezuela, determinando uma relação de proximidade, cuja intensidade é condicionada pelos vínculos relacionais que se estabelecem entre os povos. A par disto, esta pesquisa tem como objetivo caracterizar a situação de contato de povos no ecossistema linguístico Brasil/Venezuela, por meio do reconhecimento da natureza dos fatores que influenciam nos resultados das situações de contato, fundamentando-se nos elementos da ecolinguística, em conformidade com Hildo Honório do Couto (2007 e 2009). Os sujeitos são quatro “moradores da fronteira” Pacaraima (Brasil) / Santa Elena de Uairén (Venezuela). Considerando-se que as representações discursivas estão repletas de enunciados que podem expressar os mais variados tipos de sentimentos, e partindo-se do princípio de que o discurso do sujeito traz consigo fragmentos dessa realidade, é possível a visualização dos diversos níveis de interação que ocorrem entre os sujeitos constituídos nessa fronteira. É possível afirmar também que se constitui aí um único ecossistema que se influencia mutuamente cujos povos se atendem de forma recíproca, se comunicando através das línguas características do lugar e que, por princípio, poderia ser denominado de ecossistema linguístico “provisional”.

**Palavras-chave:** Fronteira Brasil/Venezuela. Ecolinguística. Discurso.

### 1. Introdução

A configuração das regiões fronteiriças no Continente Americano surge a partir das necessidades europeias por novos produtos e matérias primas para o abastecimento do mercado europeu no século XV. As expedições marítimas dos portugueses e espanhóis, principalmente, resultaram na conquista das terras situadas ao sul do continente americano. O resultado dessas expedições e o esforço pela resolução de conflitos de demarcação territorial é a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494.

As fronteiras interpaíses são consideradas áreas estratégicas pelos estados nacionais. No caso do Brasil, essa faixa é disciplinada pela cons-

tuição brasileira, por meio da Lei 6.634, de 1979, como área indispensável à segurança nacional, medindo 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A faixa que separa o país, de norte a sul, ocupa 27% do território nacional, significando 23.086 km de fronteiras, sendo que destas 15.719 km são terrestres compondo o seguinte quadro: a noroeste, a Colômbia (1.644 km); a oeste, o Peru (2.995 km) e a Bolívia (3.423 km); a sudoeste, o Paraguai (1.365 km) e a Argentina (1.261 km); ao sul, o Uruguai (1.068); e, ao norte, situam-se as fronteiras com a Guiana Francesa (730 km), o Suriname (593 km), a República Cooperativa da Guiana (1.606 km) e a Venezuela (2.199 km) (ALVES, 1998, p. 11-13). Estas fronteiras envolvem onze estados brasileiros, dos quais Roraima é um deles, caracterizado por situações de contato das línguas europeias de colonização entre as línguas portuguesa, a língua inglesa e língua espanhola.

Remontando ao passado histórico, desde o período colonial até a contemporaneidade, verifica-se que as diretrizes políticas dos Estados Nacionais para as regiões fronteiriças ainda se restringem, em grande parte, aos interesses de ocupação e defesa estratégica das fronteiras. Contudo, a estratégia na direção da integração interpaíses com a organização em blocos econômicos e políticos, faz surgir o interesse pelas culturas regionais e pelas culturas dos povos fronteiriços. Uma iniciativa de integração dessa natureza está na política brasileira das diretrizes educacionais, e um dos resultados é a oferta do curso de língua portuguesa como língua estrangeira – PLE, pela Universidade Estadual de Roraima, onde foi realizada esta pesquisa. O curso de PLE é oferecido no *campus* de Pacaraima, fronteira com o Município de Santa Elena de Uairén, na Venezuela e foi onde localizamos os sujeitos que são objetos deste trabalho.

Outra demanda crescente nessa direção de integração está na realização de pesquisas direcionadas à compreensão do ambiente linguístico em suas diversas manifestações, a fim de caracterizar os contatos dos povos nos aspectos que envolvem a língua em relação ao ambiente natural e sócio-histórico.

O reconhecimento da natureza dos fatores que influenciam no resultado das situações de contato estabelecidas nestes ecossistemas linguísticos é importante e pode auxiliar a compreender as interações que caracterizam esta situação específica de contato. Pressupõe-se assim, que a situação de contato exerce influência recíproca nas relações mantidas e, portanto, pode interferir no posicionamento discursivo da população das regiões fronteiriças. Nestas circunstâncias, é possível supor que possa

haver uma tendência ao surgimento de uma única comunidade de fala, emergida gradualmente ao longo do processo histórico da evolução dessa fronteira (COUTO, 2007, p. 17).

## **2. Processo de formação da fronteira Brasil/Venezuela**

A evolução do conhecimento técnico–científico experimentado pelos estados nacionais facilitou o dinamismo das tecnologias e equipamentos de transportes e comunicações e aumentou consideravelmente o volume e os movimentos dos deslocamentos interfronteiriços. Esse processo trouxe à tona a porosidade das fronteiras nacionais, étnico-culturais e identitárias, permitindo as trocas materiais e simbólicas, onde se confrontam indivíduos e culturas muito diferentes. Dão-se aí, relações marcadas por práticas de deslocamento que devem ser percebidas como constitutivas de significados culturais ao invés de serem apenas uma extensão ou transferência desses significados.

O espaço fronteiriço entre o Brasil e a Venezuela também vem sendo profundamente impactado em virtude das novas tecnologias de transporte e comunicação intensificando os fluxos transfronteiriços de mercadorias (legais e ilegais), de pessoas (turistas, moradores de fronteiras, imigrantes, trabalhadores migrantes), bem como fluxos imateriais e simbólicos (bilinguismo, portunhol) em que as culturas e as identidades transcendem seu lugar de origem e se hibridizam a ponto de ser cada vez mais difícil identificar suas origens (RODRIGUES, 2006, p. 197).

A compreensão da origem desse fluxo de relações que hoje se processa no âmbito fronteiriço Brasil/Venezuela perpassa pelo entendimento da formação das fronteiras interpaíses na América do Sul, surgidas como resultado do processo colonizador europeu, no século XVI. Duas nações, principalmente, Espanha e Portugal são as protagonistas desse processo que resultou na demarcação da primeira fronteira no continente americano do sul, representada pelo Tratado de Tordesilhas.

De fato, em 1494, Portugal e Espanha resolvem dividir as terras que apareciam a cada nova viagem por um meridiano situado a 370 léguas das ilhas do Cabo Verde. O papa da época, Alexandre VI, já as havia dividido por uma linha situada a 100 léguas, não aceita por Portugal. E, assim, antes mesmo de existir o Brasil já possuía uma fronteira, em que pese, ninguém saber com exatidão seus limites, pois o tratado não especificava sua origem, mas vários autores imaginaram que seria uma linha geodésica situada entre Belém (PA) e São Luís (MA), no Norte, e entre Laguna (SC) e a ilha de São Vicente (SP), no Sul. Cerca de dois

terços do atual território do Brasil estava, portanto, fora da parte portuguesa da linha de Tordesilhas (JERÔNIMO FILHO, 2008, p. 19).

Neste contexto do passado colonial na América do Sul, tem-se o fundamento para que os países se emancipassem, apesar das dificuldades surgidas na interpretação e de demarcação em zonas pouco povoadas e de acesso difícil como as florestas da Amazônia e os picos da Cordilheira Andina. Um movimento que se destaca e marca a definição da formação das fronteiras, foram as monções, irradiadas a partir de São Paulo no Sul e no Norte por Belém, onde as penetrações e caminhos se faziam não a pé, mas em canoas, sendo as responsáveis primeiras pela ocupação da Amazônia (MARTIN, 1992, p. 82; JERÔNIMO FILHO, 2008, p. 19-20).

No período de vigência do Tratado de Tordesilhas, que somam 256 anos até o surgimento do Tratado de Madri, em 1750, no Brasil colonial todo um conjunto de atividades e relações socioeconômicas vão se destacar desde a produção de cana-de-açúcar e mineração, passando por eventos como a escravidão, missões, cidades costeiras, miscigenação, tudo isso corroborando para várias situações de contato linguístico entre os lusos brasileiros.

A formação do espaço sócio-histórico da fronteira Brasil/Venezuela foi se fazendo ao longo do processo de colonização europeia na América do Sul. Ele sedimenta um conjunto de traços e características geopolíticas e culturais porque são refletidas na língua, por exemplo, nos nomes dos rios, de lugares, plantas, árvores, resultando num ambiente físico que proporciona um espaço de enunciação rico em representações discursivas e com características peculiares. Existe neste ambiente como que, de acordo com Manuel Diegues Júnior (2001), um tipo de organização social cujos relacionamentos com o espaço geográfico – a terra, a fauna, a flora – que é recriado no cotidiano das populações tradicionais, ou não, e que dão significado a tudo o que acontece entre a esfera humana e a natural. Baseado em Francilene Rodrigues (2006), o estudo dessa região fronteiriça Brasil/Venezuela se dá não somente em virtude de ser a fronteira um lugar singular de trânsito, mas também de encontros culturais e de jogos de identidades. Essa percepção da fronteira como lugar de contato remete à ideia de movimento e de trocas, de relações culturais e linguísticas, o que permite uma compreensão das dinâmicas das migrações sul-americanas e do processo de integração entre essas duas nações.

O processo de formação da fronteira Brasil/Venezuela é dinamizado principalmente em face da fusão das coroas portuguesa e espanhola no período de 1580 e 1640. Neste período, os portugueses direcionaram sua penetração para o interior do continente americano, descobrindo o ouro de Minas Gerais, introduzindo o boi e a implantação de currais e as monções descendo os rios Tietê, Paraná, Paraguai e Prata, subindo o rio Amazonas e seus tributários. Na ocupação do interior do país houve o encontro com outras nacionalidades, especialmente na Amazônia, o que levou a determinação de se fundarem fortificações e guarnições militares em todo o norte e oeste do país (FREITAS, 1991, p. 12).

Na Amazônia brasileira, a colonização portuguesa rumo ao embrião formador da atual fronteira com a Venezuela surge a partir do rio Negro e do rio Branco no século XVII. Embora outras tentativas de ocupação tivessem ocorrido através dos holandeses, ingleses e espanhóis, neste período, coube efetivamente aos portugueses a fixação e posse a partir de 1639. O interesse era eminentemente econômico e centrava-se na pesquisa e extração de uma variedade de matérias primas como óleos vegetais e animais, couros, especiarias, cravo, canela, cascas preciosas, destinados ao abastecimento do mercado europeu. Objetivavam também essas expedições, o aprisionamento de índios para o trabalho escravo nas fazendas do Pará e Maranhão.

Em se tratando da questão política da fronteira da Venezuela, ela inicialmente fazia parte da Grã-Colômbia, juntamente com Equador e Panamá, iniciando seu movimento emancipacionista do Reino da Espanha em 1821. Por ocasião da assinatura do Tratado de Limites e Navegação de 1859 com o Brasil, havia ainda pendência entre Venezuela e Colômbia sobre as terras a oeste do rio Negro, resolvida somente em 1891.

Em 1880 as Comissões Mistas iniciaram a demarcação das fronteiras, desde a nascente do Mimassee até Cerro Cupi, terminando os trabalhos em 1882. Deste ano até 1884 a Comissão Brasileira prosseguiu nos trabalhos de demarcação até ao monte Roraima. Mas a Fronteira Brasil-Venezuela foi definida com o Tratado de Caracas, de 1859, e com o Tratado do Rio de Janeiro, de 1928.

A linha divisória entre o Brasil e a Venezuela começa no ponto de trijunção das fronteiras Brasil-Colômbia-Venezuela, no talvegue do rio Negro, e segue por uma reta de aproximadamente 80 km, no sentido sudeste, até o Salto Huá no canal de Maturacá, caracterizando a linha geodésica denominada Cucuí-Huá. Do Salto Huá, segue por uma reta de

aproximadamente 12 km, no sentido nordeste, até o Cerro Cupi, sendo esta linha geodésica chamada de Huá-Cupi. Do Cerro Cupi, segue pelo *divortium aquarum* entre a bacia do Amazonas e do Orinoco, passando pelo norte do pico da Neblina, ponto mais elevado do Brasil e pelas serras Imeri, Tapirapecó, Curupira, Urucuzeiro, Parima, Auari, Urutanin e Pacaraima, até o marco de trijunção das fronteiras Brasil – Venezuela – Guiana, no monte Roraima, percorrendo neste trecho mais de 2000 km.

### **2.1. Formações do espaço sócio-histórico na fronteira Brasil/Venezuela: Roraima**

O espaço sócio-histórico de Roraima, na fronteira Brasil/Venezuela, situa-se no extremo norte do país, reentrando-se parcialmente entre a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana. Roraima tem 1.922 km de divisas internacionais, sendo 964 km com a Guiana, a Leste e a Norte; e a Oeste 958 km com a República Bolivariana da Venezuela.

Roraima possui uma área territorial de 225.116 km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com a Venezuela e a oeste com o Amazonas e a Venezuela. Em Roraima encontra-se o ponto mais extremo do Brasil, a nascente do rio Uailã junto ao monte Caburaí com 1.456 metros de altitude e nas proximidades do monte Roraima com 2.875 metros. Apresenta riquezas em recursos naturais, histórico-culturais e linguísticas, potencialmente aptos para o desenvolvimento de situações de contato de povos das populações que ali vivem, quais sejam brasileiros, venezuelanos e os indígenas de ambos os lados da fronteira.

O processo de ocupação e formação do espaço territorial de Roraima nasce com as expedições europeias à região do rio Branco, iniciadas na virada dos séculos XVII e XVIII, representadas por holandeses, espanhóis e portugueses com a presença de forças militares e religiosas. Coube, porém, aos portugueses a ocupação efetiva deste espaço amazônico. A determinação para a construção de uma fortificação nas confluências dos rios Tacutu e Uiraricoera, formadores do rio Branco, em 1752 e sua construção efetiva entre 1775 e 1776, com a colonização e o processo de aldeamentos indígenas concretizam a fixação portuguesa na Região.

A construção da fronteira do futuro estado de Roraima com a Venezuela é incrementada ainda nesse período com as injunções do coronel

Lobo D'Almada, então governador da província de São José do Rio Negro que, entre 1787 e 1789, defendendo a coroa portuguesa orienta para a vinda de colonos europeus e a introdução da pecuária bovina nos extensos campos naturais da região, considerando ele que “uma das maiores vantagens que se pode tirar do rio Branco é povoá-lo e colonizar toda esta fronteira com a imensa gente que habita as montanhas do país” (FREITAS, 1991, p. 95).

Nessa fase ainda, o fluxo migratório nordestino para a região do rio Branco, a partir de 1877, em face da seca naquela região dinamizando a utilização da mão de obra indígena, tanto no trato dos animais nas fazendas e no seu transporte para Manaus, são responsáveis por animosidades frequentes entre uns e outros originando o início dos conflitos entre índios e fazendeiros na região. Os índios da etnia macuxi, eram considerados “insolentes e insubordinados, rebeldes à disciplina da civilização por se recusarem a ensinar a sua língua aos brancos” (FREITAS, 1991, p. 105).

No final do século, em 1890, é criado o município de Boa Vista, contando o primeiro município do futuro estado de Roraima com cerca de 1000 habitantes entre brancos e mamelucos e uma população indígena da tribo macuxi com cerca de 4000 indivíduos, sendo a comunidade indígena mais numerosa da região. A migração se acentua para Roraima a partir de então, com a vinda, principalmente, de nordestinos e nortistas, fato este motivado também, além das secas constantes do nordeste, pela emergência da exploração da borracha. A população do rio Branco que era praticamente insignificante no final do século XIX, passa para 10.500 habitantes em 1940.

Somente em 1995 é criado o município de Pacaraima, localizado ao norte do estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela. A história deste município está ligada à demarcação da fronteira com a Venezuela pelo exército, se originando em torno do marco conhecido como BV-8, mas também pelo contato com o povo venezuelano que se estabeleceu durante o processo de formação da fronteira.

A infraestrutura de acesso à cidade de Pacaraima se dá pela rodovia federal BR-174, pavimentada e em bom estado de conservação. Há serviço regular de linha de ônibus para o município a partir de Boa Vista, tanto até Pacaraima quanto Santa Elena de Uairén e demais cidades da Venezuela, além de serviços de transportadores autônomos que perfazem o percurso diariamente, caracterizando assim uma situação de contato

permanente entre os povos que ali vivem.

## **2.2. Formações do espaço sócio-histórico na fronteira Venezuela/Brasil: Bolívar**

O embrião do processo de ocupação e formação do espaço amazônico da Venezuela e conseqüentemente do estado de Bolívar nasce com a ocupação hispânica na Amazônia venezuelana principalmente a partir do século XVIII, as expedições de José Solano com o propósito de estabelecer a demarcação dos territórios que estavam sob a jurisdição das coroas portuguesas e espanholas. A estratégia de José Solano era fazer cumprir o que havia sido estabelecido pelos tratado, construindo fortificações com o propósito de exercer o controle sobre as embarcações e expedições que chegassem à região, especialmente as que proviessem das colônias portuguesas ao sul do Brasil, sendo ele considerado precursor e responsável pelo início da ocupação hispânica na Amazônia venezuelana (BOADAS, 1983, p. 86-88).

O espaço sócio-histórico na fronteira Venezuela/Brasil, o estado de Bolívar, inicialmente era parte da província de New Andalucia, até 1762, quando foi criada a província de Guaiana. Em 1777 foi criada a capitania geral da Venezuela da qual era parte a Amazônia venezuelana, ocupada por José Solano em favor da coroa espanhola por meio do governo da província da Guaiana. Isto significou uma tentativa de dinamização econômica da região com a chegada de colonizadores espanhóis, funcionários administrativos e missões religiosas, embora sem muito sucesso, haja vista a incompatibilidade da mão de obra indígena no auxílio às atividades produtivas dos espanhóis.

“Há de se manter a ideia de que com a penetração hispânica se iniciou a estruturação do espaço regional, já que a criação de povoados serviu para organizar as comunicações e troca de mercadorias na região”. (BOADAS, 1983, p. 88).

O Amazônia Venezuelana permaneceu praticamente indiferente às transformações vivenciadas no restante do país durante a conformação da república. Sua escassa população não indígena, as dificuldades de acesso e sua pouca participação na vida econômica do país são algumas das causas pelas quais esta parte do território nacional venezuelano se mantivesse sempre à margem dos acontecimentos políticos vividos durante o século XIX (BOADAS 1983, p. 91).

Entre 1762 e 1856 a Amazônia Venezuelana esteve integrada como um canto da província da Guayana, o Canto Rio Negro, mas foi em 1856 que se criou a província do Amazonas. No ano de 1861 o governo do general Páez anexou a província do Amazonas à província da Guayana e no ano de 1862 criou-se durante a Revolução Federal Amazonas. Em governos posteriores de Guzmón Blanco e Joaquín Crespo, trocou-se o nome do território por Alto Orinoco e em seguida por Amazonas. (BOADAS, 1983, p. 91, tradução nossa)

O dinamismo da atividade comercial experimentado durante o século XIX, especialmente nas suas últimas décadas, resultado da atividade mineradora de caucho, culminou com o fortalecimento e organização da ocupação do território. Assim, o rio São Fernando de Atabapo, situado no interflúvio Orinoco-Atabapo juntamente com o rio Guaviare, fazem parte da rede de maior importância para a navegação fluvial, cuja região se estabeleceu como um dos centros comerciais e populacionais, adquirindo assim, a categoria de capital do território federal do Amazonas venezuelano. Paralelamente, o rio Amazonas tem a mesma influência no lado brasileiro. O comércio crescia em função da presença de exploradores interessados em produtos para venda no continente europeu.

O recurso hidrográfico no estado é potencialmente ilimitado. Esse potencial energético proporciona a um estreitamento das relações entre Brasil/Venezuela, a exemplo a acordo estabelecido em torno do Linhão de Guri que está localizado no município de Santa Elena de Uairén, que fornece energia para o estado de Roraima.

Santa Elena de Uairén está localizada no sudeste da Venezuela, é a cidade capital da Gran Sabana, no estado Bolívar, com população aproximada deste município está cerca de 15 km da fronteira com o Brasil, defrontando-se com município de Pacaraima, no estado de Roraima. O município está localizado cerca de 900 metros acima do nível do mar, em uma planície cercada por planaltos, conhecido como Tepuyes. Embora esta situação geográfica hoje em dia não represente nenhum entrave no tipo de contato entre os povos.

Atraído pelo *boom* de diamantes na região, Lucas Fernández Peña aportou à região, sendo considerando o fundador da cidade de Santa Elena, em 16 de setembro de 1923. O nome da cidade é uma homenagem à sua primeira filha "*Elena*" de um total de 23 filhos, e *Uairén*, nome do rio que atravessa a cidade. Lucas Fernández Peña, farmacêutico, chegou a região na época da ditadura de Gomez, durante a real ameaça de anexação pelos ingleses na Guiana Inglesa (atual República da Guiana).

Santa Elena de Uairén foi declarada "puerto libre" (zona franca)

em 1999, e o processo de ajuste para esse fim tem sido lento e trabalhoso. Poucos produtos estão encaixados inteiramente dentro desse regime jurídico do comércio, no entanto, em face da sua localização fronteiria com o Brasil, o tráfego de mercadorias vem sendo dinamizado fazendo recuperar a economia. Santa Elena de Uairén possui uma rede de comércio e serviços bastante significativa como farmácias, restaurantes, telefonia fixa e móvel, supermercados, pizzarias, hotéis, acampamentos ecológicos, igrejas e bombas de gasolina, inclusive uma com atendimento exclusivo aos brasileiros.

### **3. *Ecossistemas linguísticos fronteiriços***

A Ecologia vem sediando uma série de abordagens científicas desde a sua criação pelo biólogo alemão Ernst Haeckel na segunda metade do século XIX, mais especificamente em 1866, na obra “Generelle Morphologie der organismen” para designar uma nova área de conhecimento voltado à compreensão que extrapola, já em muito, a vertente puramente biológica. Segundo Samuel Murgel Branco (1987, p. 9); Roger Dajoz (1983, p. 13-16) e Hildo Honório do Couto (2007), a ecologia está presente nas ciências naturais, humanas, sociais, políticas, econômicas, na cultura e nas artes, nas filosofias, e mais recentemente na linguística, através da ecolinguística.

Partindo do ponto de vista de uma comunidade biológica considerada, o conjunto formado por todos os seres vivos que convivem em um determinado território, o conceito de Ecologia extrapolou suas origens nas ciências biológicas e enveredou pelos domínios das ciências humanas e sociais, exatas, bem como nas artes, no pensamento filosófico e nas tradições, ou seja, em todos os campos dos saberes humanos.

O termo, *stricto sensu*, vem do grego *oikos* = casa e *logos* = estudo, e sugere o estudo do “lugar onde se vive”, pensado em diversas escalas – do lugar em que moramos à ecossfera – este compartilhado com bilhões de outros seres vivos – e levando-se em conta toda a diversidade de aspectos materiais, biológicos, humanos e sociais.

Para esses autores, a ecologia transbordou os limites da biologia, diversificou-se e passou a integrar as mais diversas disciplinas como a geografia e a sociologia, ressaltando a importância das dimensões humana, sociopolítica, psicológica e cultural em sua abordagem. Diferenciou-se, assim, em vários e novos campos de atividade. Alguns deles se en-

contram em estágio avançado de desenvolvimento teórico, já em outros, a reflexão ainda é embrionária como a ecolinguística.

A abordagem teórica da ecologia abre espaço para múltiplas faces, da cósmica à energética, da cultural à psicológica, da ecologia do ser – do corpo, da mente, das emoções –, integrando à psicologia, os processos cognitivos e emocionais bem como outras ciências humanas como a educação, a antropologia e a filosofia. Dessa forma, há dezenas de campos nos quais a ecologia se desdobra, cada um deles com um corpo próprio de conhecimentos e de aplicações: a ambiental, a humana, a da consciência; a ecologia cultural, a ecologia do ser; a ecologia política, a social; a ecolinguística (Cf. BRANCO, 1987, p. 20).

Este último conceito vem ganhando amplitude no campo da Ecologia. Assim, ecolinguística é definida como o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Para Hildo Honório do Couto (2007, p. 19) esse conceito é apresentado a partir das ideias de Einar Haugen, tido como pai da ecolinguística, que define de “ecology of language” e “language ecology” como “o estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente”. Neste aspecto, o autor entende que se deve partir inicialmente da compreensão do conceito de ecossistema entendido como o conjunto formado pelos seres vivos e seu meio ambiente considerando as interações ou inter-relações que se dão entre os elementos componentes.

Esta noção de ecossistema remonta inicialmente a Arthur George Tansley que já em 1935 definia-o como o sistema resultante da integração de todos os fatores vivos e não vivos do meio ambiente. Na perspectiva de Eugene Pleasants Odum, um sistema ecológico ou ecossistema é qualquer unidade em que estejam incluídos todos os organismos, ao que ele denomina de comunidade, esta contida em uma determinada área onde ocorrem interações no meio físico resultando em um “fluxo de energia definindo claramente uma estrutura trófica, uma diversidade biótica e um ciclo de matérias” dentro dele (COUTO, 2007, p. 20).

De acordo com Rafael A. Negret (1982 p. 8-9), a institucionalização do conceito de ecossistema entendido como unidade funcional da natureza, como medida convencional, veio para facilitar sua investigação e a compreensão da estrutura-função das complexas inter-relações entre as comunidades vivas, considerando nelas as próprias interações das sociedades humanas com a natureza.

Enquanto isso, Hildo Honório do Couto (2009) afirma que um ecossistema linguístico é o lugar onde se insere uma língua e sua fala.

Podendo ser reconhecido a partir da existência um ecossistema linguístico que seria constituído pela língua (L), pela população que a fala (P) e pelo território (T), o lugar determinado onde ela é falada; esta totalidade passa a ser chamada de ecologia fundamental da língua (EFL), também conhecida como comunidade. Se, em destaque for colocada a língua, tem-se que o povo e o território constituem o seu meio ambiente fundamental da língua.

Nessa perspectiva, o meio ambiente da língua compreende, no entendimento de Sapir, citado por Hildo Honório do Couto (2008, p. 28), todo o seu entorno caracterizado por seus aspectos geográficos, incluindo neste contexto a topografia, o clima, a vegetação, a fauna, os recursos minerais, bem como a base socioeconômica da vida humana. Neste sentido, o verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos (HAUGEN, 1972b, p. 325 *apud* COUTO, 2007, p. 20). Essas interações entre os indivíduos ocorrem em um lugar, o território, que representa o ambiente natural da língua.

#### **4. *Ecossistema linguístico “provisional”: uma proposta***

Segundo Hildo Honório do Couto (2009, p. 49-54) as situações de contato de povos e línguas em determinado território, podem ser analisadas a partir de quatro situações (Cf. COUTO, 2009, Tabela 3, p. 53). Em nossa análise e caracterização da fronteira Brasil/Venezuela, identificamos duas dessas quatro situações de contato. A primeira corresponde ao momento historicamente marcado pelo processo de colonização iniciado a partir das grandes navegações, quando os europeus aportaram no continente sul americano no século XV. Esse contexto corresponde no modelo de Hildo Honório do Couto (2009, p. 52) a uma situação em que “PL1, o povo mais forte política, econômica e militarmente e de prestígio se desloca para o território T2, mais fraco”.

Já a segunda situação de contato, é mais contemporânea e se caracteriza como parte de um processo histórico que culmina com a formação embrionária da fronteira entre os dois países. Esse segundo contexto corresponde no modelo de Hildo Honório do Couto (2009, p. 54) à situação de contato em que “membros de PL1 se deslocam, temporária ou sazonalmente, para o território de PL2 e/ou membros de PL2 se deslocam para o território de PL1”.

As transformações e intercâmbios que ocorrem e mantêm em comunicação permanente diferentes ecossistemas dificultam a determinação dos limites exatos entre eles. Assim, a delimitação destes ecossistemas, como unidade funcional de investigação, é ainda puramente convencional, e que vai sendo definido de acordo com a área de interesses do investigador (NEGRET, 1982, p. 8). Diz-se, por exemplo, que um ecossistema pode ser uma floresta inteira ou pode estar representado por uma simples bromélia, “em cujo receptáculo formado pelas folhas acumula-se água permitindo o desenvolvimento de algas fotossintetizantes seguidas de toda uma complexa fauna de protozoários e microinvertebrados” (BRANCO, 1987, p. 20). Desse modo, os tipos desses ecossistemas podem ser considerados como sistemas abertos sendo eles influenciados por um conjunto de fatores que são determinantes dos posicionamentos discursivos dos seus sujeitos.

Quanto a estes contatos de povos fronteiriços, Hildo Honório do Couto (2009) acredita existir um ecossistema linguístico na fronteira Chuí (Brasil) / Chuy (Uruguai) do tipo transicional, que está caracterizado pelo não existência de acidentes geográficos significativos; as línguas falantes são tipologicamente semelhantes; além da existência de vantagens comparativas em termos comerciais para ambos os povos da fronteira. Acredita-se, no entanto, que no caso da fronteira Pacaraima (Brasil) / Santa Elena de Uairén (Venezuela), também podem ocorrer outros tipos de contatos fronteiriços que não necessariamente se enquadrem naqueles tipos observados pelo autor.

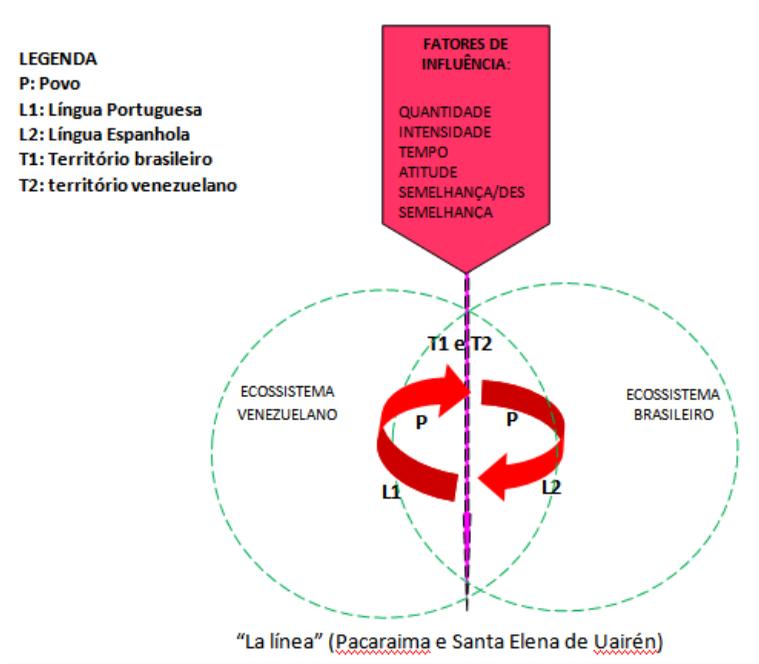
Embora estas, as fronteiras Chui/Chuy e Pacaraima/Santa Elena de Uairén sejam caracterizadas por fatores idênticos, no segundo caso ocorre um exemplo específico de contato que caracteriza o ambiente onde se verificam fortes relações de comércio, educação, amizade dentre outros tipos, construídas no decorrer do processo de formação da fronteira a partir de especificidades de ordem histórica e política iniciada durante o período em que se foram fixando as populações nessa região.

É possível perceber o desenho de um tipo de ecossistema linguístico particular, situado na confluência dos dois ecossistemas fundamentais da língua EFL1 e EFL2, representados respectivamente pelo Brasil e Venezuela, envolvendo as comunidades de Santa Elena de Uairén e Pacaraima especificamente, que, embora guardem suas especificidades e diferenças em virtude dos modelos de gestão político-administrativa dos países de que fazem parte, constituem por assim dizer, um único ecossistema que se influenciam mutuamente e se atendem de forma recíproca, se

comunicando através das línguas características do lugar e que, por princípio poderia ser denominado de ecossistema linguístico “Provisional”. Já que cada um dos lados dessa fronteira se provisiona mutuamente por meio do atendimento das suas demandas, conforme verificado na **Fig. 1**: Diagrama do Ecossistema Linguístico Provisional de contato Brasil/Venezuela (SILVA, 2012).

A conformação de um ecossistema com base nas características apontadas, caracterizando o diagrama do ecossistema linguístico “provisional” de contato Brasil/Venezuela, demonstra, assim, as relações que se estabelecem entre os dois ecossistemas, onde, de um lado, tem-se o ecossistema brasileiro e de outro o ecossistema venezuelano, nos ecossistemas de PL2 e PL1 respectivamente, conforme figura 1 a seguir:

**Ecossistema linguístico “provisional” Brasil/Venezuela: uma proposta**



**Fig. 1: Diagrama do Ecossistema Linguístico Provisional de contato Brasil/Venezuela. Fonte: (SILVA, 2012, p. 68)**

Este diagrama demonstra que dependendo do comportamento das forças econômicas e políticas estabelecidas nesse ecossistema, estas irão

afetar de alguma forma a situação de contato em “la línea” de fronteira, podendo beneficiar mais ou menos um ou outro lado, em dado momento. Hildo Honório do Couto (2009, p. 55) aponta seis fatores que influenciam no resultado do contato, que podem ser de diferentes naturezas e classificados como sendo: a *quantidade* de pessoas em interação; o *tempo* de permanência no território; a *intensidade* do contato; as *atitudes* de resistência e não resistência entre as culturas; a *semelhança/dessemelhança* tipológica das línguas em questão, sendo que o todo é afetado pela conjuntura e incidência do *poder* político-econômico-militar do estado nação.

Como podem ser verificados, estes ecossistemas encontram-se imbricados, dando conta do surgimento de um ecossistema constituído por uma totalidade representada pelos municípios fronteiriços de Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Nesta confluência de interesses de ambos os lados da fronteira, representada por uma linha imaginária, os povos mantêm relações pessoais e comerciais, sendo que ali se estabelece, de forma efetiva, uma relação de interesses comuns, como bem afirma Luís Ernesto Behares (1996, p. 25) para quem: em que a “*la frontera no es una línea que divide A de B, sino un espacio que contiene C*”.

Nesse ponto, é possível considerar que os limites de um ecossistema de fronteira são conformados por relações marcadas por influências recíprocas, fruto de todo um contexto (sócio-histórico, político e econômico dos países vizinhos), que oscila permanentemente com avanços e recuos, sobretudo, econômico, relacionados ao valor das respectivas moedas nacionais. Desta dinâmica, surge o ecossistema linguístico “provisório”, como substrato dessas relações, nas quais se mesclam povo, território e língua num ambiente que podemos definir como um subsistema ecolinguístico localizado na interface dos dois grandes ecossistemas, o brasileiro e o venezuelano.

## 5. *Algumas considerações*

As faixas limítrofes entre dois países, particularmente aquelas que não apresentam acidentes geográficos ou forças militares obstaculizando uma relação de vizinhança entre suas populações, conformam espaços de relacionamento das mais diversas índoles entre seus povos. Embora, normalmente, as regiões fronteiriças do norte brasileiro configurem-se como locais periféricos, afastados dos centros de influência política e econômica nacional, há uma peculiar e estreita relação econômica, social e cultural nesses ambientes. Neste espaço singular, onde se misturam fa-

las de diferentes línguas é gerado um ecossistema linguístico instituído na interface dos dois lados da fronteira Brasil/Venezuela, bem como das fronteiras regionais e transnacionais relacionadas a etnias e culturas afetadas pelo processo histórico da colonização.

Neste ambiente, constituído pela totalidade formada por um povo, um território e uma língua, ou seja, o que Hildo Honório do Couto denomina de comunidade. No caso específico da situação de ‘la línea’ de fronteira, se constata a constituição de um ecossistema no qual os povos historicamente implicados e suas respectivas línguas convivem em permanente simbiose, uns se beneficiando do outro, de forma recíproca. Essa propriedade simbiótica é considerada como fundamental para a compreensão dos resultados das relações estabelecidas na região.

Vale ressaltar dois momentos de contato nessa fronteira: o primeiro momento é configurado ainda no momento do avanço das expedições holandesas, inglesas, e principalmente dos povos ibéricos portugueses e espanhóis, no início da colonização europeia no continente americano. Denominaram-se no quadro desta pesquisa como PL1 os povos portugueses e PL2 os povos espanhóis, efetivamente marcados. Os povos europeus mais fortes econômica, política e militarmente subjagam os povos indígenas, apesar da diferença numérica das populações e graças à tecnologia militar dos europeus, que mesmo em menor número se impõem na região. Suas respectivas línguas em decorrência do poder político e militar se tornam na região conhecida hoje como fronteira Brasil/Venezuela, as línguas oficiais dos respectivos países e as variedades de maior prestígio em detrimento das línguas indígenas, nesta pesquisa, PL3, PL4, PL5 (ingarcó, wapixana, wai wai, pemón...), de acordo com os sujeitos implicados em cada situação de contato.

O segundo momento de contato é o verificado nos dias atuais e é caracterizado pelas interações interlinguísticas que ocorrem entre as comunidades dos dois lados da fronteira Brasil e Venezuela. São comunidades que se deslocam de um para outro território fronteiriço, onde PL1 é “mais forte” do que PL2 ou vice-versa, dependendo da conjuntura econômica predominante desses países. O contato marca uma forte relação de trocas comerciais em face das demandas de cada um dos lados da fronteira, alimentando também relações culturais e interétnicas por uma interação efetiva e rica culturalmente com as comunidades indígenas.

O contato atual entre estes povos é influenciado principalmente pelo fator intensidade em função da mobilidade que se dá na região e pe-

lo comércio, caracterizando o surgimento de um ecossistema específico intitulado *Provisional*, porque é caracterizado pelo atendimento mútuo de demandas desses povos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cláudia Lima Esteves (Org.). *Formação do espaço amazônico*. Boa Vista: CCSG-UFRR-Capes-MEC, 1998.

BEHARES, Luís Ernesto (Org.). *Fronteiras, educação, integração*. Santa Maria (RS): Pallotti, 1996.

BOADAS, Antonio Rafael. *Geografía del amazonas venezolano*. Caracas: Ariel-seix Barral venezolano. 1983.

BRANCO, Samuel Murgel. *Elementos de ciências do ambiente*. 2. ed. São Paulo: Ceterg, 1987. [Há edições mais recentes: Contexto, 2005; Edições Ltda., 2006].

BRASIL. IBGE. Disponível em:

<[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=14](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=14)>.

Acesso em: 05-12-2011.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Transportes. Mapa Base. Disponível em:

<<http://www.brasil-turismo.com/mapas/roraima.htm>>. Acesso em: 26-12-2010.

\_\_\_\_\_. Seminário: *Crises na América do Sul: Lições e perspectivas*. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, 2008.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

\_\_\_\_\_. *Linguística, ecologia e ecolinguística*. São Paulo: Contexto. 2009.

COUTO, Jorge. As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios ultramarinos. In: COUTO Jorge; RAFAEL, Gina Guedes; MARTINS, Ligia de Azevedo. (Orgs.). *A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses: 250º aniversário*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

DAJOZ, Roger. *Ecologia geral*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

FREITAS, Aimberê. *Geografia e história de Roraima*. Manaus: Grafima, 1991.

JERÔNIMO FILHO, Miguel. *Fronteira: Território e territorialidade*. 2008. Disponível em:

<<http://geopoliticatocolando.blogspot.com.br/2010/04/fronteira-territorio-e-territorialidade.html>>. Acesso em: 22-04-2012.

MACHADO, Lia Osório. STEIMAN, Rebeca. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. Disponível em:

<<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2011/07/2002-conceito-fronteira-RST-LOM.pdf>>. Acesso em: 22-04-2012.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.

MOTTA, Ana Raquel, SALGADO, Luciana (Orgs.). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

NEGRET, Rafael A. *Ecosistema: Unidade básica para o planejamento da ocupação territorial; ecologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1982.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima*. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*, 20 (57), 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a15v2057.pdf>>. Acesso em: 07-05-2011.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SALGADO, Ana Cláudia Peters. (Orgs.). *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato: homenagem ao professor Jurgen Heye*. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Maria Ivone Alves da. A construção do ethos fronteiriço Brasil/Venezuela em ambiente ecolinguístico. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CIFEFIL, Ano 17, nº 51, set./dez.2011 – Suplemento, 2011, p. 484-491.

Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/51supl/43.pdf>>.

\_\_\_\_\_. *O ethos em “la línea” de fronteira Brasil/Venezuela: ambiente ecolinguístico e redes sociais*. 2012. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Disponível em:

<<http://www.letras.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/mariaivonesilvamestrado.pdf>>.

*SOCIOAMBIENTAL* (ISA). Disponível em:

<<http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>>. Acesso em: 20-03-2012.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos.htm>>. Acesso em: 22-04-2011.

TARALLO, Fernando Luiz; ALKMIN, Tânia Maria. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>>. Acesso em: 25-07-2011.

## O INDEX COMO PORTA DE ENTRADA PARA O *CÓDICE 132*

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães (UFBA)

rafael@live.de

Alicia Duhá Lose (UFBA)

alicialose@gmail.com

### RESUMO

O marquês de Pombal é destacado estadista do Portugal do século XVIII, tendo gravado seu nome na história internacional pela sua ação política, sensível em todo o território ultramarino, inclusive no Brasil. Fora embaixador de Portugal em Londres e na Áustria, durante o reinado de D. João V, vindo a tornar-se Secretário de Estado, agindo decisivamente quando do terremoto de 1755, em que fora responsável pela reconstrução da cidade de Lisboa e pelo reerguimento da economia nacional, abalada pela tragédia; em suas mãos também está a responsabilidade por uma intensa reforma educacional e religiosa, devido ao rompimento com os jesuítas. Estas e muitas outras informações sobre a vida do marquês estão contidas no documento ora estudado. A transcrição do "Index", aqui apresentada, revela o teor do conteúdo deste documento, bem como acena com algumas das características grafemáticas, morfológicas, sintáticas, dentre outras. O Index pode, portanto, ser considerado a porta de entrada do documento. Constam deste artigo, além da transcrição do Index do *Códice 132*, as características do suporte, as principais características paleográficas já identificadas e os critérios adotados para a edição deste documento.

**Palavras-chave:** Filologia. Edição de manuscritos. *Códice 132*.

### 1. *Introito ao códice 132*

Qualquer consideração que se venha a tecer sobre o Portugal do século XVIII imprescinde da figura histórica do marquês de Pombal. Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, fora embaixador na Inglaterra e Áustria durante o Reinado de D. João V e Secretário de Estado durante o de D. José I, quando se torna a destacada personalidade. Tendo sido protagonista no cenário político em momentos como o terremoto de 1755, em que foi responsável pela reconstrução de Lisboa, veio a ganhar muita força com a concessão de poderes especiais pelo rei, sendo responsável por uma revolução em diversos setores como educação, política, economia e religião. Sua influência política não estava restrita à metrópole.

Pombal interveio na história de todo o território ultramarino; pode-se destacar, em relação ao Brasil, que a tentativa de supressão das línguas gerais é devida a suas deliberações. Não é de estranhar que três sé-

culos depois, o marquês não tenha perdido o lustre e é lembrado em diversas obras de todos os tempos e gêneros. Não obstante, consta no Arquivo da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia, o *Códice 132*, manuscrito do século XVIII que se dedica à vida do marquês de Pombal.

Considerando-se a filologia como

[...] uma ciência e disciplina dedicada a indagar e definir uma cultura e uma civilização literária, antiga ou moderna, através do estado dos textos literários e dos documentos de língua, reconstituindo-lhe a forma original e individualizando seus aspectos e suas características linguísticas e culturais (TELLES, 2000, p. 94).

a edição do documento que acena com singulares dados sobre a cultura e a sociedade portuguesas daquele século, narrando fatos e acontecimentos que permitirão reconstituir a vida do estadista, com ricos detalhes e informações, acena com mui diversas e ricas possibilidades de estudo para a filologia, destacando-se as características da língua e escrita daquele século e, de mãos dadas com a história mais uma vez, o descortinar do conteúdo ali guardado.

## **2. Características do suporte**

O documento é formado por cadernos manuscritos unidos por costura, sendo seu cabeceado em tom intermédio entre escarlate e grená, tendo evidências de reencadernação, esta em percalina ou algum tipo de material artificial. Apresenta na lombada a indicação "Manuscrito de Portugal – séc. XVIII", não trazendo, porém, nenhuma outra informação que permita identificar sua procedência. Fora doado ao Mosteiro por um ex-oblat<sup>13</sup>. Ressalta-se aqui que o *Códice 132* é assim denominado por, no arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, assim ter sido tombado, sendo a palavra "Códice" parte do seu "nome".

Pode-se estabelecer sua datação *a quo* depois de 9 de outubro de 1775, data mais avançada citada no texto, e *ad quem* anterior a julho de 1984, data em que foi adquirido, de acordo com o documento de doação. O documento é constituído por 360 fólios escritos em recto e verso, em papel avergoado de boa qualidade. Não apresenta qualquer tipo de orna-

---

<sup>13</sup> Pessoa, que apesar de não se consagrar oficialmente à vida religiosa, vive de acordo com os preceitos da Regra de São Bento.

mento.

Em bom estado de conservação, maculam a integridade do códice apenas pequenos danos ao suporte, como rasgos (sempre na margem interna, junto à costura) e evidências de ataques por insetos papirófagos, vide **Figuras 1 e 2**.



**Figura 1 – Detalhe do fólio 294r do Códice 132**

**Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia**



**Figura 2 – Detalhe do fólio 294r do Códice 132**

**Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia**

Sua cor, amarelada, denota a ação do tempo que, associada a outros fatores como umidade e mau uso, lega marcas, embora poucos, destacáveis como uma mancha marrom, proveniente do contato do papel com alguma líquido (que atingiu os primeiros fólhos do documento (a saber: o penúltimo e último fólhos do "Index" e os três primeiros do primeiro capítulo; vide **Figura 3**).



**Figura 3 – Detalhe do fólio 04r do Códice 132**

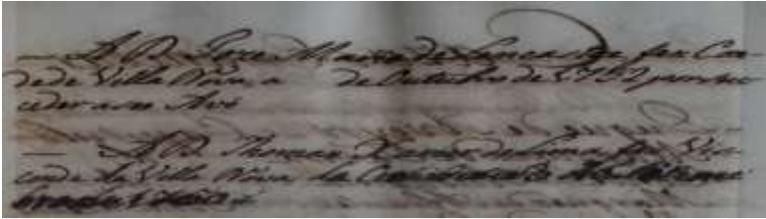
**Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia**

Além disso, o processo natural de dilatação e contração de toda material vegetal terminou por deixar rugas em todos os fólhos. A umidade em contato com a tinta, por sua vez, provocou oxidação dos fólhos e o desgaste do papel. Em todos os fólhos, é possível ver a sombra da mancha escrita do verso no recto e vice-versa (**Figuras 4 e 5**).



**Figura 4 – Detalhe do fólio 311r do Códice 132**

**Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras  
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia**



**Figura 5 – Detalhe do fólio 22r do Códice 132**

**Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras  
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia**

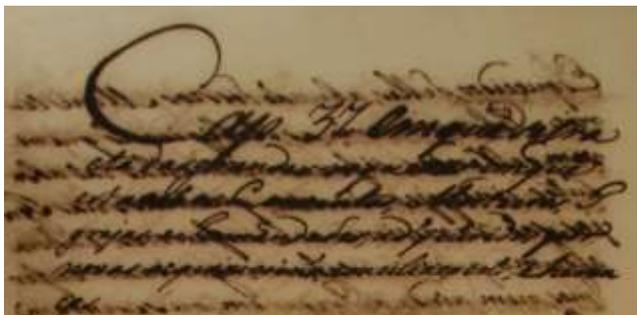
### **3. Principais características paleográficas**

A leitura e transcrição do documento permitem determinar que fo escrito por um único *scriptor*, em letra humanística cursiva, apresentando *ductus*, peso, inclinação (sempre à direita), módulo, espaço entre linhas e parágrafos, ângulo e forma das letras homogêneos, mantendo-se estáveis em todo o códice. Alguma variação no que tange ao peso, à inclinação e ao alargamento podem ser facilmente explicados pelo tempo necessário à escrita deste documento.

De fácil leitura, não apresenta poucos borrões ou rasuras, impossibilitando, por vezes, a identificação do escrito. A mancha escrita dispõe-se uniformemente sobre o papel, estabelecendo um padrão de margens rigorosamente respeitadas (vide **Figura 8**). Apesar de o papel não ser pautado, o *scriptor* demonstra uma clara noção da existência virtual de linhas, perceptível pela disposição do escrito, tendo, todos os fólios, em média, 29 linhas (poucas e raras exceções) e pela sombra da mancha escrita do recto no verso (e vice-versa), vide **Figuras 6, 7 e 8**. Destacam-se as letras capitulares pelo seu tamanho, ligeiramente maior que as demais, embora, em alguns casos, outras letras maiúsculas, na mesma linha que as capitulares, apresentem o mesmo tamanho. (Vide **Figuras 6 e 7**).

A distinção entre parágrafos é feita através de entrada à margem e,

algumas vezes, de um maior espaçamento entre essas partes (Vide **Figura 7**). Cada capítulo é iniciado na mesma página em que termina o seu predecessor, havendo espaço útil, ou em nova página, indistintamente, sendo, por vezes, descartado o verso do fólio predecessor, como ocorre com o capítulo 82, que se inicia no fólio 347r, ficando o 346v em branco.



**Figura 6 – Detalhe do fólio 111r do Códice 132**  
Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras  
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia



**Figura 6 – Detalhe do fólio 151r do Códice 132**  
Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras  
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

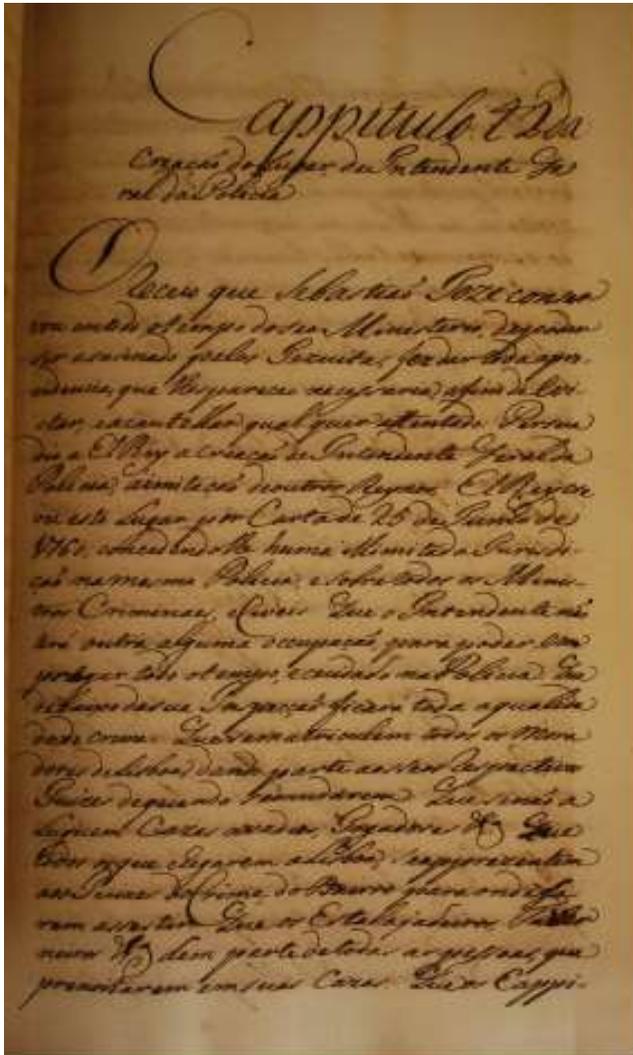


Figura 8 – folio 151r do Códice 132

Fonte: Arquivo do Setor de Obras Raras  
da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia

O documento apresenta abreviaturas como "D." para "Dom", "Carv<sup>o</sup>" para o sobrenome Carvalho, "q" para "que", desde o primeiro folio, o "Index". Nota-se indistinção no uso das ramistas (Cf. RAMÉE,

1572) quando maiúsculas, ocorrendo um mesmo grafema para "I" e "J" e um para "U" e "V"; pressupõe-se, porém, que seja este um recurso estilístico, visto que o mesmo fenômeno não se registra quanto às letras minúsculas como era de se esperar. A palavra "Jesus" aparece sempre grafada com suas letras, todas, em caixa alta (IESVS).

São estas características que, no primeiro contato com o documento, permitiram estabelecer as diretrizes necessárias para o empreendimento da pesquisa de que provém este artigo. Associadas as características ao conhecimento da obra que se adquire com a transcrição, estabeleceram-se os critérios, expostos na sequência, norteadores da edição em que culminará a supracitada pesquisa.

#### **4. Critérios de edição**

A edição em que culminará o trabalho ora exposto tem por finalidade tornar público e acessível o conteúdo desta obra, indiscutivelmente importante. O trabalho está sendo realizado pelos pesquisadores Rafael Marques Ferreira, Aldacelis dos Santos Lima Barbosa e Lívia Lopes de Andrade Pinto, integrantes do Grupo de Pesquisa do Mosteiro de São Bento da Bahia, orientados pela Prof. Dra. Alícia Duhá Lose, tendo auxílio financeiro do CNPq e da Fapesb.

Até o presente já foi realizada a edição fac-similar através de digitalização de todos os fólios do original, cujos arquivos de imagens já se encontram devidamente organizados e, a partir dela, iniciou-se o processo de transcrição. Em face das características do documento, será realizada uma edição semidiplomática, ancorada nos pressupostos da lição conservadora, com o objetivo de oferecer a especialistas dados linguísticos fiéis e completos.

Tendo-se optado para este documento, em função dos objetivos estabelecidos, por uma lição conservadora, serão utilizados os critérios expostos a seguir, elaborados de acordo com as necessidades surgidas ao longo das transcrições (que ainda podem vir a ser adaptados):

- respeita-se, dentro do possível, a disposição gráfica do texto na página. Para tal, toda a transcrição é feita dentro de tabelas em formato de arquivo .doc, o que evita desformatações acidentais. Tais tabelas deverão ser retiradas para a edição em formato digital;

- numeram-se as linhas dos fólhos contando a partir da primeira preenchida com escrita ou sinais muito particulares do *scriptor*, desta forma, numerando-as de 5 em 5, a partir da primeira (são contadas as linhas em branco, em função da peculiaridade previamente citada sobre elas, quando entre linhas preenchidas da forma neste especificada);
- a grafia original do texto é conservada na íntegra, mesmo nos casos em que fica claro o lapso do *scriptor*;
- as abreviaturas não são desdobradas na transcrição, utilizando-se, para tanto, dos marcadores a serem indicados na sequência, acompanhando um estudo das abreviaturas;
- na medida do possível, são respeitadas as separações e/ou ligações do documento original;
- indica-se a partição silábica com o auxílio de hífen quando o *scriptor* assim o fizer; quando foi utilizado pelo *scriptor* um hífen duplo (semelhante ao sinal de igualdade da matemática), assim este foi transcrito;
- notas marginais do *scriptor* são transcritas nas suas respectivas margens;
- as alterações (rasuras, substituições, supressões etc.) realizadas ao longo da escrita (pelo próprio *scriptor*) são inseridas no texto da transcrição, utilizando-se para isso alguns operadores – por vezes tomados de empréstimo à crítica genética –, como os que se veem a seguir:

(†) rasura ilegível;

[†] escrito não identificado;

(...) leitura impossível por dano do suporte;

/ / leitura conjecturada com base na leitura de Dom Clemente da Silva Nígra;

< > supressão;

( ) rasura ou mancha;

<†> supressão ilegível;

[ ] acréscimo;

[←] acréscimo na margem esquerda;

[→] acréscimo na margem direita;

[↑] acréscimo na entrelinha superior;

< > / \ substituição por sobreposição; etc.

– a numeração indicada pelo "Index" presente no documento, não confere com a ordem em que se apresentam as páginas contidas no documento, portanto arbitrou-se por enumerar os fólhos do "Index" pela palavra "Index" acompanhada do número que representa a ordem e a letra "r" ou "v" (para recto e verso respectivamente), indicando o lado do fólho, como "Index 1r", por exemplo, para indicar o lado recto do primeiro fólho componente do "Index"; os demais fólhos serão identificados pelo número e letra, iniciando no fólho em que se inicia o primeiro capítulo (01r). O verso do fólho em cujo recto finda o "Index" está em branco e será designado "Index 4v".

Seguindo as orientações de filólogos contemporâneos que, valendo-se das novas possibilidades suscitadas pelo avanço tecnológico, abraçam a tradição filológica dando novas cores a seu exercício, a ver-se o pioneiro trabalho apresentado na defesa da tese "Arthur de Salles: esboços e rascunhos" (LOSE, 2004) e visto que

[...] a edição digital, e não edição meramente em formato digital, mostra-se um tipo completamente adequado à filologia que precisa não somente trabalhar o texto, mas também o paratexto, as informações que contextualizam e dão sentido ao documento editado. Nas edições anteriores tais informações vinham como arredores, mas na edição digital esse arcabouço informacional está totalmente integrado ao texto transcrito, criando assim uma sintonia perfeita entre a transcrição e todas as informações que foram necessárias para que o filólogo adentrasse esse texto, e, conseqüentemente, desempenhasse sua função (de trazer o texto fidedigno) com mais confiança e clareza. O entorno do texto é sempre fundamental para uma boa edição e a edição digital possibilita esse diálogo de forma natural e soberana.

A edição digital mostra-se completa, pois o editor pode escolher os critérios de qualquer tipo de transcrição já existente e fazer dialogar isso através de hiperlinks com seu paratexto, além de desdobramento de abreviaturas, movimentos de correção do autor, em caso de texto moderno, entre outras possibilidades. Além disso, tornar o texto digital é possibilitar sua divulgação de forma mais fácil, acessível e abrangente (LOSE, 2010),

realizar-se-á uma edição digital, multimidiática, semidiplomática, almejando contemplar a diversidade das atividades filológicas propostas por Erich Auerbach (1972), "[...] trazendo para o diálogo uma gama substan-

cial e coerente de informações correlacionadas, disponíveis em ambiente eletrônico” (LOSE, 2010).

## 5. O index do códice 132

A operação denominada indexação é definida como a tradução de um documento em termos documentários, isto é, em descritores, cabeçalhos de assunto, termos-chave, que têm por função expressar o conteúdo do documento. A indexação assim definida é, pois, uma "tradução lexical" das unidades lexicais da língua em que está escrito o documento, para unidades lexicais de uma linguagem documentária.

A citação de Anna Maria Marques Cintra (2012) diz respeito à indexação documental em arquivos, mas é esta mesma função de expressar o conteúdo do documento a função da parte designada Index no *Códice 132*. Composto pelo título e a ordem dos capítulos do documento acompanhados da página em eram supostos de estar, o "Index" é uma porta de entrada ao conteúdo do texto, tendo sido revelador no caso do objeto da presente pesquisa.

Apresenta-se, pois, a transcrição dos fólios que compõem o *Códice 132*, a fim de dar a conhecer o teor do conteúdo deste documento, que será desvelado com sua edição.

Fólio Index	Linha	TEXTO Index
1r		Proemio .....3
		1º. Do Nascimento de Sebastião Iozé de Carvº[Carvalho], seos Estudos, e applicaçõ. Primeiro, e segundo Cazamento quefez: Edos Menisterios nas Cortes de Londres, e Vienna de Austria, onde foi Menistro de El Rey D.[Dom] Ioaõ 5º ..... 5
05		2º. Daintrouçã de Sebastião Iozé de Carvalho com a Rainha D.[Dona] Marianna de Austria, o\ u\ de como foi nomeado Secretario de Estado ..... 6
10		3º. Decomo Sebastião Iozé seestabeleceo naprimitiva, adquirida com tantas Contrariedades, eo modo com que se conservou naposse devinte eseis annos, eseis mezes com tanta authorityde q[que] mais parecia Rey, que valido: Descrevese oseo Carater ecostumes ..... 7
15		4º. Dos filhos ´q[que] teve Sebastião Iozé: Dos seos Cazamentos; edas Merceze que tiveraõ as Cazas que com asua fizeraõ aliança_ ..... 10
		5º. Continua o mesmo assumpto ..... 15
		6. Dademissaõ ´q[que] Sebastião Iozé fez dos seos lugares ib[ibidem]

20	7 Das Mercez com 'q[que] El Rey honrou aSeb.am[Sebastião]Iozé, easeos Irmaós Francisco Xer[Xavier] deMendca.[Mendonça]e Paulo deCarv°. [Carvalho] e Mca.[Mendonça] ..... 17
	8º. Do estado doReyno quando foi aclamado ElRey D.Iozé, enomeadoSecretario de Estado Sebast.am[Sebastião]Iozé ..... 23
25	9º. Das Mercez 'q[que] ElRey fez na sua Acclamação suposto 'q[que] ãoã devidas aSebastião Iozé ..... ib[ibidem]
	10. Dos títulos 'q[que] Creou ElRey denovo; dos 'q[que] renovou os Priogmogenitos; edos que seextinguirãõ neste Reynado. .... 25
	11 Dos secretarios de Estado 'q[que] nomeou ..... 29
30	12 Danomeaçãõ delozé deSeabra eSilva, aSecretario de Es-

Fólio Index	Linha	TEXTO	
1v		De Estado; lugares 'q[que] antes exercitou; sua depoziçãõ; de-	
		gredos; e restituicãõ ..... 31	
	13	Dos Gentilhomeis da Camara 'q[que] ElRey fez; edos Vereadores daRainha 'q[que] nomeou ..... 37	
05	14	Das Pessoas 'q[que] propoz aElRey pa[para] Embaxadores, eMinistros das Cortes da Eurpa. .... 39	
	15	Das Pessoas que propóz aElRey pa.[para]Cardeaes, Patriarcha, pa[para] os lugares daSta[Santa]Igreja Ptriarchal, eprovidencias, que deo para arrecadaçãõ daSua fazenda ..... 41	
10	16	Das divizoens quefez deaguñs Bispados, das Pecoas 'q[que] propoz para Bispos doReino, e Conquistas ..... 44	
	17	Do expediente deque uzavaõ os 14 Tribunaes desta Corte, edecomo Sebastião Ioze foi dibilitando a Jurisdicaõ detodos. Extinguindo varias reparticoens subalternas; com anoticia dos Menistros que haviane\l\es, e dos Mais que nomeou ..... 53	
15	18	DoSenado a Camara, edas Estaçoens 'q[que] lhesaõ subordinadas ..... 65	
	19	Dos Ministros 'q[que] foraõ riscados, apozentados, e escuzos doServiço Real ..... 71	
20	20	Dos Ordenados que agrandeza deElRey, estabalesceo a todos os Tribunaes da Corte ..... 73	
	21	Dos Officios, eEstaçoens 'q[que] Extinguio; edas Pessoas 'q[que] emtodos seempregavaõ, aquem aFazendaReal ficou dando Meios ordenados emsua vida alem dos queti veraõ differentegrarificacãõ ..... 79	
25	22	Dalegislaçãõ dePortugal; edas restricõens, e ampleaçõens 'q[que] sebastião Iozé prom\ett\eo, e ElRey promulgou ..... 83	

Fólio Index	Linha	TEXTO	
2r		23 Das leys de 4 delulho de 1768, e 12 deMayode 1769	

	Sobre as Conso tidaçoens do dominio Util com oderecto – .....86	
	24 Sobre as Instituicoens de Morgados. .... ib[ibidem]	
05	25 Dodireito consuetudinario; daley ´q[que] o revogou, edas mais ´q[que] sepublicaraõ a respeito deOfficios .....87	
	26 Dasdivizoens ´q[que] sefizeraõ dosPredios; providencia pa[para] se-naõ repartirem; edauniaõ dospequenos ´q[que] saõ encravados, ou Con-tiguos aos Mayores. .... ib.	
10	27 Das leys de 19 de Junho, ede 29 de Novbrº.[Novembro] de 1775_ so-bre os fac-tos da aliaçaõ, solicitaçaõ, e Corrupçaõ, <d>/C\omprovid\en\cias pa.[para] os Cazos deMatrimonio ..... 88.	
	28. Do Hospital das Caldas. .... 90	
	29 Devarias providas[providências]. ´q[que] por Alvaras/EIRey deo atos[muitos] abuzos ´q[que] haviaõ noforo ..... 91	
15	30 Das ampleaçõeis; e restricçõeis aPragmatica de 24 de Mayo de 1749. .... 93	
	31 Dostractamto[s]tratamentos] ´q[que] Sebastiaõ Ie.[José] fez ampear, edomto[muito] ´q[que] elle os excedia, principalnte[principalmente] comasSenhoras..... 94	
20	32 Dadiferença ´q[que] havia entre mtas[muitas] Casas daCorte, ´q[que] seintitu lavaõ = Puritanos = Da Ordem ´q[que] selhes intimou pa.[para]Cazarem nas ´q[que] onaõ fossem: edas leys ´q[que] habilitaõ rodos os Vassallos pa[para] honras. Officios, eBeneficios. .... 95	
	33 Das leys publicadas pa[para] Oarranco das Vinhas, edos direi-tos dos Vinhos em Lisboa. .... 101	
25	34 Das leys ´q[que] deraõ providencias a Caza da Mizericordia Hospitals dos Expostos, e Doentes. .... 103	
	35 Dos recursos ´q[que] varias pessoas fizeraõ ao Trono, edecomõ foraõ providas ..... 107	
	36 Das providencias ´q[que] deo pa[para] a restauraçã do Reino do Al-garve – ..... 109	

Fólio	Linha	TEXTO
Index		37 Emque setrata das grandes riquezas, em ´q[que] estavaõ os Con-
2v		ventos, Mosteiros, Igrejas, eIrmadades, adquiridos, por-novas aquisicçoens, consolidaçoens, eheranças. .... 113
	05	38 Das Villas ´q[que] EIRey creou Cidades, edos lugares ´q[que] fez Vil-las, edeVilla ´q[que] fez lugar; edos Iuizes defora ´q[que] denovo \man-\dou para varias terras ..... 125
		39 Dos novos tributos ´q[que] o Marqs[Marquês] persuadio a EIRey p\o\zes-se, sem ´q[que] aliviasse osPovos dealgum dos mtos[muitos] ´q[que] ti-nhaõ ..... 127
		40 Dafuga dos Depozitarios daCorte, eCidade; edo estava-

10	lescimento da Iunta do Depozito publico ..... 137
	41 Da Creação da Iunta do Commercio; edasdiversas repar- tiçãoeñs ´q selhe encarrregaraõ ..... 143
	42 Da Creação dolugar deIntendente Geral da Policia ..... 163
	43 Da Creação do Erario Regio, edas mtas[muitas] arrecadoeñs de´q[que] foi
15	encarrgado. .... 167
	44 Da Creação da Meza Censoria; dosprogressos ´q[que] tem \feito\ edas incumbencias ´q[que] lhetem acrescido ..... 187
	45 Da Pastoral do Bispo de Coimbra: Deligencias a´q[que] se procedeo: Prizoeñs ´q[que] sefizeraõ; sentença por´q[porque] foi Con- dem-
20	nada, eomais ´q[que] seseguiu aeste assumpto. .... 189.
	46 Daluntadas Confirmaçoẽs ..... 199
	47 DaCreação dos superintendas.[superintendencias] das Alfandegas doReyno..... 201
	48 Da extinção da Iuntadaltendencia erecta pr[por] ElRey D. Ioaõ 5º: Da creação deoutra comdifferte[diferente] methodo edaextin- ção della. .... 203
25	49. Da Creação deluzes Executores, pa[para] asdividas preteritas<s>.\ eprovidencias as Contas tanto athé 1 de Novbrº[novembro] de 1755; co- mo
	as outras athé Dezembro de 1761 ..... ib
	50 Da Fundação, e rstauração da Univeside deCoimbra ..... 206

Fólio	Linha	TEXTO
Index		51 Do Terremoto do 1º de9brº[novembro] de 1755, eIncendio ´q[que] seseguio..... 210
3r		52 Das providencias ´q[que] ElRey deo asnesseci- des.[necessidades]a´q[que] a Calamide[calamidade] do- terremoto reduzio os Habitantes deLisboa..... 211
		53 Do Extrago ´q[que] o terremoto, eIncendio; fizeraõ nas Bazilicas, eParro quias deLxº[Lisboa], Providencias pa[para] assuas reparaçoẽs; eli- mites ´q[que] selhes asignaraõ ..... 213
05		54 Doextrago ´q[que] oterremoto e Incendio fêz nas Cazas Religiozas dehum, eoutro sexo. .... 219
		55 Do Estado dos Conventos das religiozas, antes, edespois doter- ramoto: Dauniaõ dealguñs, edasextinção deoutros ..... 221
10		56 Proseguemse as providencias ´q[que] ElRey deo aos Habitantes de Lxa.[Lisboa]. .... 224
		57 Dasprovidencias ´q[que] deo Sebastiaõ Iozé pa[para] as Acomoda- çoẽs
		interinas tanto do Povo como dos Tribunaes; eoutras Estaçoẽs ..... 225
15		58 Das providencias ´q deo Seb.am[Sebastião]Iozé pa[para] a reediffica- ção daCida- de ..... 227
		59 Das Promocçoẽs, eProvidencias Militares ..... 230
		60 Dos Regulamentos ´q[que] Ordenou o Conde deLipe; e ElRey con- firmou; edeoutros Alvarás ´q[que] os amplearaõ ..... 240
20		61 Das entradas ´q[que] os Castelhanos fizeraõ neste Reyno em 1762-

	.....	244
	62 Das Providencias daMarinha .....	248
	63 Dos direitos e rendimtos[rendimentos] ´q[que]se arrecadaraõ pª[para] aFazda[Fazenda] Real constratados, enaõ constratados. ....	256
25	64 Das Providencias ´q[que] ElRey deo pa[para] o Estado da India, emais Capitania, ´q[que] na Azia, pertencem aesta Coroa. ....	280
	65. Das Praças, e Prezidios d'[de]Affrica .....	285
	66 Do ´q[que] succedeo nolugar de Od[†]villas, tirando varios fidalgos hum prêzo damaõ do Iuz .....	294
	67 Das prizoefs de Martinho Velho; eou[tros]: Da depoziçaõ ede	

Fólio	Linha	TEXTO	
Index		Edegredo de Diogo deMendonça: Anto[Antônio] Freire de Andre[Andrade] Encerrabodes; eIozé Galvão deLacerda .....	297
3v		69 Do sequestro feito emosbeñs, propriedades, e rendimtos[rendimentos] dos Ie-zuitas; e arrecadação dos ornamentos, prata, eVazos, sagrados, com a applicação ´q tiveraõ os mesmos beñs .....	310
	05	=68 Do attentado dos Iezuitas, eexacrando insulto cõme\tti\ do contra a Real pessoa de S.[sua] Mage[magestade] na noite de 3 de 7brº[setembro] de 1758.....	301
	10	71 Do ´q[que]sepassou desde a rotura com a Corte de Roma publicada em 4 de Agosto de 1761; eaextinção dos Iezuitas.....	320
		=70 Do ´q[que] depois do dia 13 deDezbrº.[dezembro] de 1758 sepassou a respeito dos Iezuitas. athe asua extinção; eda rotura com a Corte de Roma.....	314
	15	72 Dapromeça ´q[que] El Rey fész pa[para] erigir hum Templo aN[nossa] Sr.a[Senhora]	
		doLivramento no lugar ondefoi attacado na noite de 3 de 7brº[setembro] de 1758.....	324
	20	73 Do insulto commettido contra aRealPeçoa deElReyD.[Dom] Ioze em Villa Viçoa no dia 3deDezbrº[dezembro] de 1769, eprovidencia pa[para] oingresso nas audiencias.....	326
		74 Dos procedimtos[procedimentos] ´q[que] o Mar´q[Marquês] dePombalteve contravarios Religiozos, e secutlares pella devoção das religiozas do Sacramto[sacramento]. ....	329
		75 Das prizoefs ´q[que] Sebastiaõ Ioze mdou[mandou] fazer pa[para] recluzãõ dos prezos de Estado .....	335
	25	76 Dos Mais reos, epeçoas ´q[que] foraõ prezas porindicios deInconfidencia depois dodia 13 deDezbrº[dezembro] de 175<5>9.....	337
		77 Daspeçoas prezas pr[por] communicação comos Iezuitas epor outros motivos a respeito delles .....	339
		78 Das peçoas ´q[que] foraõ prezas pr[por] diverços Cazos alemdos que	

Fólio	Linha	TEXTO	
Index		Dosquevaõ escritos em Artigos separados .....	341
4r		79 Da Estatua ´q[que] selevantou a ElRey D.Ioze .....	366
		80 DAtirana e Cruelyssima Morte ´q[que] sedeo aloaõ Bap- tista pelle, em execuçaõ daSnnça[sentença] proferida em 9 de 8brº[outubro]	
	05	de 1775 .....	365
		81 De ElRey D.[Dom]loze .....	369
		82 Dos Lutos ´q[que]semandaraõ tomar na Corte eReyno em varias occazioeñs .....	375
		83 DosNascimentos, e Cazamtos[casamentos] das Peças Reaes .....	377

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 10/11, p. 149-172, 2008/2009. Disponível em:

<<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP10-11/Andrade.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

ANDRADE, Marla Oliveira. *Uma porta para o passado: edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. 2009, 342 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em de Letras e Linguística, 2010. DVD.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad.: José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BERWANGER, Ana Regina; FRANKLIN LEAL, João Eurípedes. *Noções de paleografia e diplomática*. Santa Maria: UFSM, 1991.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CINTRA, Anna Maria Marques. *Elementos de linguística para estudos de indexação*. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/1526/1144>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2. ed. aum. São Paulo: UNESP, Arquivo do Estado, 1991.

LOSE, Alcía Duhá. *Arthur de Salles: esboços e rascunhos* 2004. 265 f.

il. + anexos + 1 CD-ROM (edição digital). Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia, PPPGLL do Instituto de Letras.

\_\_\_\_\_. Edição digital de texto manuscrito: filologia no séc. XXI. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, UFBA, 2010.

\_\_\_\_\_; PAIXÃO, Dom Gregório; SANDES, Anna Paula; SANCHES, Gérsica. *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia*: edição diplomática e estudo filológico. Salvador: Mosteiro de São Bento, Edufba, 2009.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1978.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. *Manual de digitalização de acervos: textos e imagens fixas*. Salvador: EDUFBA, 2005.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1977.

TELLES, Célia Marques. Mudança linguística e crítica textual. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 25/26, p. 91-119, jan./dez. 2000.

**O MESMO FOI REGISTRADO:  
PARA O ESTUDO DA REALIZAÇÃO DE *MESMO*  
COMO PRONOME PESSOAL OU DEMONSTRATIVO  
COM VALOR ANAFÓRICO  
NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

*Rosicleide Rodrigues Garcia* (USP)  
[rhozzi@usp.br](mailto:rhozzi@usp.br)

**RESUMO**

Observando os diálogos, discursos, etc. dos falantes no cotidiano, é comum encontrarmos o fenômeno da hipercorreção, ou seja, “palavra, frase, pronúncia etc. que resultou incorreta ou mal selecionada para um dado contexto, em virtude da procura exacerbada da correção” (HOUAISS, 2007). Neste contexto, observa-se o uso do termo *mesmo* como pronome pessoal ou demonstrativo com valor anafórico. Embora este artigo revele a utilização desse elemento na língua, na forma descrita, desde o século XIX, ele é tido como uma variação linguística, de modo a não ser citado pelos principais manuais de gramática normativa. Entretanto, assim como encontramos sua realização no português oitocentista, percebe-se que sua ocorrência é de uso contínuo, principalmente entre os falantes que buscam demonstrar eloquência e seriedade em sua fala, tendo em vista que tal variação dificilmente apareceria numa conversa descontraída. Talvez por esse motivo, encontra-se em manuais de redação distribuídos pela Internet a recomendação para que se evite essa forma. Sem entrar no mérito de ser ou não adequado o uso descrito, por meio dessas considerações este artigo traz um pequeno estudo sobre a realização de *mesmo* com valor anafórico, comprovando sua existência nos séculos passados e fazendo um levantamento do que se é dito normalmente sobre o assunto de forma que venha a auxiliar futuras pesquisas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Mesmo. Gramática normativa. Português. Anafórico

**1. Introdução**

No artigo 1º da lei estadual nº 9.502/97, de 11 de março de 1997, está registrado:

Os prédios comerciais, edifícios de apartamentos, escritórios e outros estabelecimentos congêneres, públicos ou particulares, dotados de elevadores, ficam obrigados a fixar junto às portas externas desses equipamentos plaquetas de advertência aos usuários, com os seguintes dizeres: "Aviso aos passageiros: antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar".

Embora essa norma esteja afixada em diversos andares de edifícios, encontramos nela, gramaticalmente, uma particularidade quanto ao uso do vocábulo *mesmo*. Se o buscarmos no *Dicionário Houaiss* (2007),

por exemplo, este terá 13 acepções diferentes, sendo adjetivo, pronome, advérbio e até substantivo masculino sob as seguintes definições:

- 9 coisa semelhante  
Ex.: nos dias seguintes, sucedeu o m.
- 9.1 o que mantém suas características essenciais  
Ex.: procurou-o porque lhe disseram que ainda era o m.
- 10 fusão de alternativas
- 10.1 entre ações; tudo igual  
Ex.: viajar ou não era o m. para ele
- 10.2 entre coisas; todo igual  
Ex.: com sol ou chuva, o programa será o m.
- 11 expressa a possibilidade de uma comparação de igualdade (ger. antecedido de artigo e seguido de que ou do que); igual a, como  
Ex.: isso é o m. que lhe dizer não

Todavia, assim como nas gramáticas renomadas – excetuando-se a *Gramática metódica da língua portuguesa* de Napoleão Mendes de Almeida (2004) e seu *Dicionário de questões vernáculas* (2005) – não há menções de tal palavra ser utilizada com função de pronome pessoal ou demonstrativo, substituindo plenamente um termo já mencionado no período, como ocorre no termo da lei de 1997. Ou seja, como um sintagma nominal trabalhando como dêitico anafórico, conforme exemplificado: “Cancelei meu e-mail, acreditando que o mesmo foi invadido e não consegui recuperá-lo.”<sup>14</sup>

Porém, como visto por meio da redação legal, tal uso é corrente na língua portuguesa, sobretudo entre aqueles que precisam utilizar uma linguagem mais rebuscada. Embora na oralidade, em meios sociais descontraídos, tal prática não seja comum, o mesmo não acontece quando o falante apresenta-se em situações em que se é exigida maior eloquência.

Ainda que não se possa dizer se essa prática ocorria da mesma forma no século XIX, em documentos do período foi possível encontrar tais usos, que serão discutidos ao decorrer do artigo. Para constatar as

---

<sup>14</sup> Pergunta postada no Fórum de Ajuda do Google. Disponível em: <<http://www.google.com/support/forum/p/orkut/thread?tid=7efb2d781166c4a7&hl=pt-BR>>. Acesso em: 24-04-2011.

citadas afirmações, o estudo teve como ferramenta a filologia, “[...] uma ciência histórica que tem por objeto o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que eles nos deixaram” (DUBOIS *et alii*, 2001, p. 278), em apoio às demais ciências, como a linguística histórica, de modo que se possa compreender como ocorre o desenvolvimento e estabelecimento desse vocábulo na língua.

## **2. *Corpus testemunhos do uso de mesmo no século XIX***

O uso de *mesmo* como pronome pessoal ou demonstrativo aparece em documentos oitocentistas da cidade de Capivari, no interior de São Paulo. Os fenômenos foram encontrados eventualmente durante as edições de fólios oficiais referentes à parte administrativa entre a Câmara da cidade e cidadãos de posses aos presidentes da província de São Paulo.

As edições são provenientes do labor filológico que seguiram normas previamente estabelecidas e que podem ser vistas em Rosicleide Rodrigues Garcia (2009), onde constam integralmente as edições e fac-símiles dos documentos. Na relação a seguir, serão descritos: o tipo de documento selecionado, data de criação, emissor e remetente, a que se destinou e codificação da localização dos fólios disponibilizados no Arquivo do Estado de São Paulo. São eles:

- Ofício de outubro de 1838 da Câmara Municipal da cidade ao presidente da província Venâncio José Lisboa: informação sobre a abertura de uma estrada, custos e medição. Documento 76, CO0980, caixa 185, pasta 2.
- Ofício de fevereiro de 1839 do inspetor de estradas Pedro Domingues Paes Leme ao cito presidente da província: informação e declaração sobre a construção da ponte do rio Capivari. Documento 84, CO0980, caixa 185, pasta 2.
- Ofício de setembro de 1841 do agente da coletoria Joaquim de Almeida Sales aos vereadores da Câmara Municipal de Capivari: informação sobre a passagem de uma nova estrada nas terras de Capivari. Documento 51, CO0980, caixa 185, pasta 3.
- Ofício de abril de 1843 de Fernando Paes de Barros ao Presidente da Província José Carlos Pereira Almeida Torres: reclamação do inspetor por as estradas passarem por suas terras de maneira

particularmente indevida. Documento 93, CO0980, caixa 185, pasta 3.

- Ofício de outubro de 1858 da Câmara Municipal ao Presidente da Província José Joaquim Fernandes Torres: petição para reutilização de madeira do rancho de tropeiros para a construção da cadeia. Documento 95, CO0981, caixa 186, pasta 3.
- Ofício de fevereiro de 1884 da Câmara Municipal ao Presidente da Província Barão de Guajará: informação sobre a construção do Colégio no Largo da Liberdade (hoje Praça Cesário Mota). Documento 88, CO0982, caixa 187, pasta 4.

Para demonstração do modo como a palavra *mesmo* ocorreu, as transcrições foram semidiplomáticas, ou seja, as palavras são descritas conforme aparecem nos documentos, porém, com estabelecimento de fronteiras entre elas, mesmo que no século XIX tais normas ainda não estivessem estabelecidas.

Quanto à forma de apresentação dos exemplos dos fólios seculares, para melhor entendimento, antes de cada um aparecerá o ano do ofício, o número da página em que ocorreu a aparição do vocábulo e a codificação *r* de retro (frente) ou *v* de verso.

### **3. Origem e uso do vocábulo como pronome pessoal ou demonstrativo**

Segundo o dicionário etimológico Antônio Houaiss (2007), a primeira datação do termo *mesmo* é de 1265, e sua origem é do latim vulgar “*metipsimus, a, um*, superlativo de *metipse*, da partícula *met* + pronome demonstrativo *ipse, a, um* 'mesmo, mesma; ele mesmo, ela mesma; de si mesmo, de si mesma’”.

De acordo com Vanessa Cacciaguerra e Anna Karolina Miranda Oliveira (2009, p. 6), as suas formas gramaticais são semelhantes nas demais línguas românicas, mas em português:

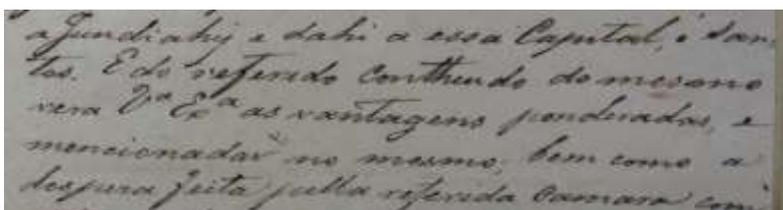
[...] o item *mesmo* usado como pronome pessoal ou demonstrativo não é aceito pela norma culta, entretanto, sua ocorrência é muito comum entre os falantes da língua portuguesa, inclusive falantes do português culto. Este uso tem sentido anafórico e sempre aparece retomando o pronome, nome próprio (“*Verificar o que está fazendo em S. Paulo A.V., e o que o mesmo faz no Rio*”) ou comum (“*não sabe dizer se esse encaminhamento resultou em contratação, pois o mesmo foi feito poucos dias antes de sua prisão*”) [...]. Acredita-se na

hipótese da etimologia latina, a qual já parecia ter sentido anafórico, tenha influência no uso do item *mesmo* atualmente para que a população opte tão insistentemente por este sentido anafórico com função pronominal ao invés do pronome pessoal *ele/ela* ou do pronome demonstrativo *este/esta*.

Ainda segundo as mesmas autoras (2009, p.8), “na década de 1940, o item *mesmo* já era produtivo em todas as categorias cognitivas na língua portuguesa” aparecendo como categoria de pessoa.

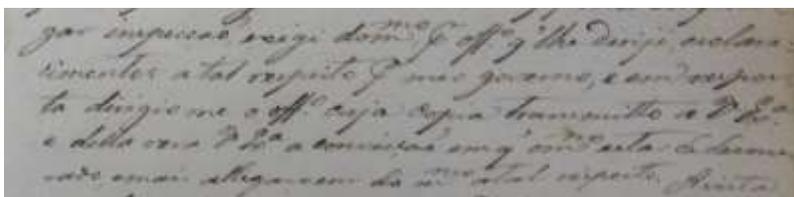
Porém, como citado, a sua aparição no idioma já consta de datas mais antigas. Vejamos:

(1) 1838, fólio 1r:



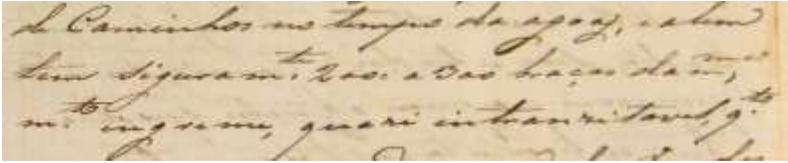
[...] a Jundiahy e dahi a essa Capital, a Santos. E do referido contheudo **do mesmo** vera Vossa Excellencia as vantagens ponderadas, e mencionadas **no mesmo**; bem como a despeza feita pella referida Camara com [...]

(2) 1839, fólio 1r:



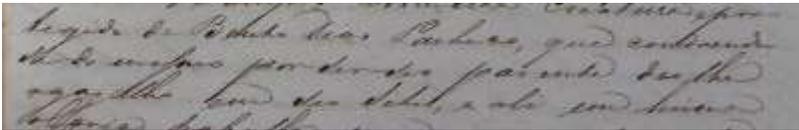
[...] gar inspecção, exige **do mesmo**, por officio que lhe diriji, esclare = cimentos a tal respeito para meo governo, e em respos = ta dirigio me o officio cuja copia transmitto a Vossa Excellencia e della vera Vossa Excellencia a convicção em que o mesmo esta de dezone = rado, e mais allegaçõens **do mesmo** a tal respeito. A vista [...]

(3) 1841, fólio 3r:



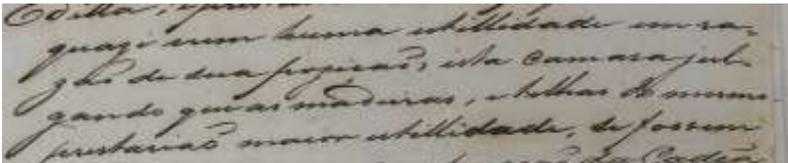
[...] de Caminhos no tempo da agoas, e alem tem siguramte 200 = a 300 braças **do mesmo**, muito ingreme, quazi intranzitavel, quanto [...]

(4) 1843, fólio 4v:



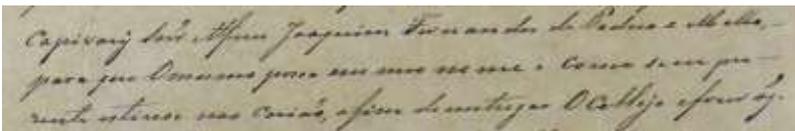
[...] tegado de Bento Dias Pacheco, que condoendo - se **do mesmo** por ser seo parente deo the agasalho em seo sitio, e ali em húma [...]

(5) 1858, fólio 1v:



[...] quazi nem huma utilidade em ra = zaõ de sua poziçaõ, ésta Camara jul = gando que as madeiras, e telhas **do mesmo** prestariaõ maior utilidade, se fossem [...]

(6) 1884, fólio 5r:



[...] Capivary Senhor Alferes Joaquim Fernandes de Padua e Mello, – para que O **mesmo** possa em meo nome e como se eu pre – zente estivese na ocaziãõ, a fim de entregar O Collejo e fazer o que [...]

Percebamos que nos itens (1), (3), (4) e (5), *mesmo* aparece como pronome demonstrativo, executando a função de *este, esta, aquele, aquela*, enquanto em (2) e (6), o vocábulo apresenta-se como pronome pessoal, substituindo o sujeito ou o objeto, e praticando ou recebendo a ação verbal, tal qual notado por Vanessa Cacciaguerra e Anna Karolina Miranda Oliveira (2009), ao citarem documentos estudados no século XXI.

Em outras palavras, ratifica-se a hipótese das autoras quanto à assimilação do pronome latino *ipse*<sup>15</sup> e o uso atual de *mesmo*: na verdade, encontramos, por meio dos registros documentais, uma herança linguística quanto à substituição do vocábulo aos termos que assumiriam a função de anáforas. Todos os fólhos citados foram escritos por pessoas letradas e de cultura redacional, mas que precisavam utilizar um linguajar mais rebuscado, tendo em vista o meio e a quem se destinavam suas informações.

Todavia, é importante informar que esses documentos escolhidos são fruto de uma extensa pesquisa realizada para o levantamento de dados para o Projeto Caipira<sup>16</sup>. Assim sendo, foram editados 72 documentos – 184 fólhos, no total –, e somente nesses 6 relacionados houve a aparição das variações, o que nos leva a conjecturar que o uso de *mesmo* também se devia à hipercorreção, pois, de acordo com os poucos registros, não parecia ser tão comum entre os escrivães do período.

#### 4. *O que dizem as gramáticas e os manuais estilísticos*

Nas gramáticas renomadas da língua portuguesa, como as de Evanildo Bechara (2009), Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (1997), e até de Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante (1997) destinada

---

<sup>15</sup> Pronome demonstrativo *ipse, ipsa, ipsum* – (eu, tu, ele) próprio, mesmo. *ipse, ipsa, ipsum* – (eu, tu, ele) próprio, mesmo.

<sup>16</sup> Projeto temático de equipe, financiado pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que objetiva compreender a formação da comunidade linguística de São Paulo através da análise de documentação e das variedades popular e culta do português paulista; da constituição histórica das variedades popular e culta paulista e da expansão da variedade popular paulista no Estado de São Paulo e em Mato Grosso.

ao ensino médio, não há menção sobre a utilização de *mesmo* como pronome pessoal ou demonstrativo. Cintra e Cunha (1997, p. 333) apenas citam que “mesmo e próprio são demonstrativos quando têm o sentido de exato, idêntico, em pessoa”, como exemplificado em Antônio Houaiss (2007): “O leão era o mesmo da gruta”.

De modo mais particular, no entanto, Napoleão Mendes de Almeida (2004, p. 186) expõe o uso da forma como “condenável” e diz ser “verdadeiramente ridícula essa substituição, que só logra atestar fraqueza de estilo, falta de colorido e de recursos sintáticos”.

Maria Helena de Moura Neves (2003, p. 516), por sua vez, registra que “é condenado em alguns manuais tradicionais o uso de *o mesmo, os mesmos, as mesmas* para referência a alguma pessoa ou a alguma coisa já mencionada (valendo por *ele, ela, eles, elas*, respectivamente)”.

Corroborando com as afirmações, em páginas eletrônicas temos diversas recomendações para que tal prática de adoção não seja tomada. Na revista científica jurídica *Jus Vigilantibus*, por exemplo, Luiz Cláudio Barreto Silva (2007) menciona que “essa prática é objeto de ácida crítica por parte da doutrina especializada. Entendem os doutrinadores que é ‘ruim ou não convém’; ‘são extremamente deselegantes’, além de outras considerações”.

Paulo Hernandez (2000) informa que

É comum ler-se construções desse tipo, onde o vocábulo "mesmo" é empregado dessa forma inadequada. E por que se deve evitar esse tipo de uso? Porque demonstrativos como *tal, mesmo, próprio* servem para identificar alguma coisa, ou seja, para indicar que se trata de alguém ou algo de quem ou do que já se falou ou já se sabe distinguindo-o de outro alguém ou outra coisa [...]. Há muitos recursos para se fugir da incorreção ou da pobreza no uso da linguagem.

E Paulo Ramos (*Dicas de Português* do site UOL Educação), por outro lado, constata que “apesar de não ser propriamente um ‘erro’, é melhor seguir o que a maioria diz. E não porque seja mais ou menos “feia” a escrita de ‘mesmo’ com ideia de ‘ele’. O ponto principal é que o não-uso torna a frase estilisticamente melhor e o texto muito mais claro e preciso ao leitor.”

Todavia, o dicionário europeu *online Priberam* traz como segunda acepção o uso do termo como pronome demonstrativo: “coisa ou pessoa que já foi mencionada anteriormente (ex.: *eu fiz a tarefa, mas a mesma*

não ficou perfeita)". Antônio Houaiss (2007), como comentado anteriormente, não faz nenhuma referência ao elemento discutido, e o *Aurélio Eletrônico 3.0* (2002) faz menção, mas não aconselha o uso:

Parece conveniente evitar o emprego de o mesmo com outra significação que não essa, ou seja, como equiv. do pron. ele, ou o, etc.: Vi ontem F. e falei com o mesmo a respeito do seu caso; Velho amigo desse rapaz, já tirei o mesmo de sérios embaraços. No primeiro exemplo se dirá, mais apropriadamente, falei com ele, ou falei-lhe (por "falei com o mesmo"), e no segundo, já o tirei (em vez de "já tirei o mesmo"). É tão frequente esse uso, pelo menos deselegante, de o mesmo, que podemos observá-lo num mestre como Camilo Castelo Branco (*Cenas da Foz*, p. 30): "A primeira mulher que amei era uma dama de alto nascimento, que tivera bastante influência no quartel-general de Lord Wellington, e jogara, por causa de um ajudante-de-ordens do mesmo, o sopapo com uma viscondessa celebrada." Seria melhor, sem dúvida, por causa de um seu ajudante-de-ordens (sem perigo, a nosso ver, de ambigüidade), ou por causa do ajudante-de-ordens deste.

## 5. Conclusão

Este artigo não tem a pretensão de determinar se é adequado ou não o uso de *mesmo* como pronome demonstrativo ou pessoal, nem tem condições de demarcar plenamente onde ele ocorre atualmente, mas constata-se que a presença do vocábulo em nossa língua ultrapassa o que é determinado na gramática normativa. Ademais, não é de exclusividade do português brasileiro, tendo em vista que o único dicionário a aceitar a definição de pronome demonstrativo anafórico é o *Priberam* (2010), que se define:

[...] de português europeu (de Portugal), cuja nomenclatura compreende o vocabulário geral, bem como os termos mais comuns das principais áreas científicas e técnicas da língua portuguesa contemporânea. Tratando-se de uma obra lexicográfica regida pela norma europeia do português, não inclui variantes gráficas da norma brasileira.

Sob um olhar na história documentada por meio de ofícios, percebeu-se sua presença desde meados de 1830, primeira fase do Brasil imperial, percorrendo todo o século XIX. Na literária, há o exemplo na obra *Cenas da foz* (1857) de Camilo Castelo Branco. E no XX, Vanessa Cacciaguerra e Anna Karolina Miranda Oliveira (2009) verificam que:

[...] como já existia em todas as categorias cognitivas na amostra da década de 1940, o item *mesmo* se mantém em processo de abstratização na amostra da década de 2000. O item continua sendo empregado e ainda é produtivo em todas as categorias cognitivas, o que nos faz concluir que o *mesmo* é empregado há pelo menos sessenta anos tanto na sua forma menos gramatical quanto na sua forma mais gramatical.

Nos séculos XX e XXI, há sugestões, até mesmo não científicas (considerando-se a ausência de pesquisas aprofundadas sobre o assunto), da origem do vocábulo como sendo próprio de grupos tidos como privilegiados, por possuírem o ensino superior. De acordo com Marinilda Carvalho (2011), do Jornal de Debates da mídia *Observatório da Imprensa*:

O uso da palavra como substituto de pronome ou artigo era privativo de secretárias, advogados e executivos de imaginação pouca, que precisavam apenas daquele textinho burocrático, sem alcance maior, para executar sua missão na Terra. Pois "o mesmo" agora está nos jornais e na TV.

Já no *Dicionário de questões vernáculas*, Napoleão Mendes de Almeida (2005) eleva a culpa aos que ele chama de “críticos de cacófato”, que seriam pessoas preocupadas em utilizar o pronome pessoal *ele* de forma inadequada, fazendo, assim, a substituição e atribuindo a *mesmo* a função de dêitico. Tal atitude desnecessária, segundo o autor, fez com que desconhecedores do idioma também comesçassem a perpetuar o “vício”.

Independentemente das opiniões transcritas, vemos no testemunho de Marinilda Carvalho que o *mesmo* pertence a um grupo ou situação seleta. Entretanto, ele existe e seria comparável à utilização dos pronomes de tratamento, os quais são discriminados para situações específicas.

De qualquer maneira, sua colocação dentro das normas gramaticais da língua parece incerta, de modo que se considera sensato o registro encontrado – sem autoria – em um blog especializado em cursos pré-vestibulares em referência ao que se deve fazer mediante a utilização de *mesmo* como pronome demonstrativo ou pessoal:

De toda forma, convém que não se use a palavra *mesmo* como elemento coesivo justamente por causa da diversidade de opiniões acerca da formalidade ou não desse tipo de emprego. Assim, é melhor que ele seja substituído por palavras como “dele” ou “ele”, para eliminar quaisquer dúvidas sobre seu emprego ou mesmo impedir que um texto de vestibular seja penalizado por uma banca de correção que tenha como referência o *Dicionário Houaiss*. (EQUIPE DE LÍNGUA PORTUGUESA DO COC MINAS, 2010)

Ou seja, reconhece-se a presença, mas não é admitido o uso.

Tendo em vista que o processo de gramaticalização de *mesmo* está entre os estudos linguísticos atuais, auxiliamos essas pesquisas fomentando-se os questionamentos: em quais situações e a qual público o *mesmo* se torna presente? Realmente haveria essa pretensa seleção social? O *mesmo* seria um percalço ou um elemento esquecido da norma cul-

ta, tendo em vista seu uso limitado?

Sendo assim, o que os documentos aqui editados e as breves pesquisas sobre o assunto demonstram é um pedaço dos registros da língua portuguesa, que pretende auxiliar novos estudos sobre o tema, ampliando justamente o conhecimento na área e, quem sabe, poder chegar a uma definição sobre a gramaticalização de *mesmo*.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: Universitária, 1994.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de questões vernáculas*. São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ANOTAÇÕES sobre a norma padrão. In: *Equipe de língua portuguesa do COC Minas*, 2010. Disponível em <[www.blogs.cocminas.com.br/redacao/files/.../anotacoes-sobre-a-norma-padrao.doc](http://www.blogs.cocminas.com.br/redacao/files/.../anotacoes-sobre-a-norma-padrao.doc)> Acesso em: 24- 04-2011.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. Como fazer, volume 8. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.

CACCIAGUERRA, Vanessa; OLIVEIRA, Anna Karolina Miranda. Gramaticalização do item mesmo: a mudança nas línguas românicas. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, Ano 3. ed. 1, set./nov. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/viewFile/6563/5958>>. Acesso em: 21-04-2011.

CARVALHO, Marinilda. Português de menas: a nova língua do jornalismo pós-moderno. In: *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd090120021.htm>>. Acesso em: 24-04-2011.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua por-*

tuguesa. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio eletrônico* 3.0. Paraná: Positivo, 2002.

GARCIA, Rosicleide Rodrigues. *Para o estudo da formação e expansão do dialeto caipira em Capivari*. 2009. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HERNANDES, Paulo. O mesmo. In: *Dicas de português*, 2000. Disponível em: <<http://www.paulohernandes.pro.br/dicas/001/dica011.html>>. Acesso em: 24-04-2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MESMO. In: *Dicionário Priberam da língua portuguesa*, 2010. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=mesmo>> Acesso em: 25-04-2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português, confrontando regras e usos*. São Paulo: UNESP, 2003.

RAMÉE, Pierre de la. Grammaire. Paris: L'Imprimerie d'André Vechel, 1572. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k68164n/f2.image.r=petrus+ramus.langPT>>. Acesso em: 13-09-2011.

RAMOS, Paulo. O mesmo... usar ou não? In: *Dicas de português*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/dicas-portugues/o-mesmo-usar-ou-nao.jhtm>>. Acesso em: 23-04-2011.

SÃO PAULO. Lei nº 9.502, de 11 de março de 1997. Dispõe sobre avisos a serem fixados nas portas externas dos elevadores instalados nas edificações públicas e particulares. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/171817/lei-9502-97-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 25-04-2011.

SILVA, Luiz Cláudio Barreto. Evite o uso indevido de “o mesmo” e “a mesma”. In: *Revista Jus Vigilantibus*, 2007. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/27846>>. Acesso em: 21-04-2011.

**O RETRATO DA SAJES E BOOA  
PRINCESA D. ISABEL, DUQUESA DE BORGONHA,  
E A CORTE PORTUGUESA NO SÉCULO XV**

Ricardo Hiroyuki Shibata (SEED/PR)  
[franciellemodesto@gmail.com](mailto:franciellemodesto@gmail.com)

**RESUMO**

Trata-se de examinar e analisar o contexto da tradução do Espelho de Cristina, publicada em Lisboa, em 1518. Ao reconstituir o percurso da tradição manuscrita das obras de Christine de Pisan (1364-1430) em Portugal, é possível identificar uma série importante e representativa de figuras femininas, ligadas à casa real, cujo esforço foi aclimatar o gênero literário dos espelhos de princesas, a partir das diretrizes do Humanismo, à recém entronizada dinastia de Avis.

**Palavras-chave:** Espelho de princesas. Christine de Pisan. Humanismo. Renascimento

Era lugar-comum nos *specula principis* medievais, depois de desenvolver o conjunto de virtudes pessoais às quais o príncipe deveria se dedicar, tratar da questão da escolha da esposa ideal. A futura rainha deveria ser, do mesmo modo que o monarca, um repositório de virtudes a partir das quais constituir-se-iam a ética governativa e um exemplo a ser seguido pelos súditos do reino.

No século XIII, William Perrault, em seu *De eruditione principis*, aconselhava que o monarca deveria escolher com cuidado a sua esposa, porque, ao errar, poderia colocar em risco seu poder. Ela deveria possuir igual estirpe e ajudá-lo na educação dos herdeiros do trono. Assim, Perrault dá especial relevo à educação das meninas que deveriam cultivar as habilidades e os ensinamentos necessários para se tornarem “perfeitas senhoras”, o que se conseguiria através de preceptores versados nas letras e evitando manterem-se em ócio. Egídio Romano, no *De regimine principum*, concordava que a rainha deveria ser de mesma estirpe que o monarca e dotada das mesmas virtudes temporais, físicas e espirituais. E acrescentava que seu papel era de tal relevância que deveria compartilhar com o rei os segredos e os conselhos referentes à governação. Para Jacques de Cessoles, em seu *De moribus hominum*, a questão se restringia a fornecer herdeiros ao trono. Não é por acaso que ele insiste que o rei deve se casar uma vez e, a partir disso, a grande responsabilidade da rainha seria ocupar-se com a educação dos filhos.

Se todos esses *specula* repunham o *topos* da qualidade da estirpe social e moral da rainha, sem diferenças muito substanciais, é no autor

anônimo do *Speculum dominarum* (c.1340) – esse verdadeiro “espelho de princesas” –, que surge – segundo pode-se suspeitar – o momento em que se trata dessa questão com mais vagar. Após ressaltar longamente as misérias da existência humana, refere-se, em contraste, à condição privilegiada de rainha e de seu *status* superior dado pela graça e pela Providência Divina. Depois, discorre acerca das vantagens da sabedoria, em especial, do papel do conhecimento e do cultivo das letras. A necessidade de o rei cultivar as letras e protegê-las tornou-se um *topos* frequente na tradição dos *specula principis* e ficou famoso a partir dos conselhos do *Policraticus* de John de Salisbury. No entanto, esse *topos* aqui é transferido para o âmbito das virtudes também da rainha. Além disso, o autor anônimo também afirmava, como os espelhos para príncipes insistiam, que a rainha deveria aprimorar suas qualidades espirituais em forma de proteção à Igreja e nas práticas de caridade. E quanto ao âmbito temporal que a rainha, como o bom príncipe, deveria ser a *summa iustitia* do reino e contribuir para realizar a justiça de Deus, evitando a crueldade e a tirania (BORN, 1928).

Em Portugal, o cultivo das letras por parte de rainhas, princesas e grandes senhoras pode ser atribuído, primeiramente, à Philipa de Lencastre. No entanto, a grande figura histórica, cuja contribuição às letras foi decisiva, é a de D. Isabel, que se tornara duquesa de Borgonha por seu casamento com Filipe, o Bom. Foi nos domínios das práticas literárias de corte e dos primeiros aportes do Humanismo que a repercussão da chegada de D. Isabel à Borgonha se fez notar (PAVIOT, 1995, p. 135). Em verdade, foi sob a proteção e ordens de D. Isabel que Vasco de Lucena realizou a tradução portuguesa dos *Li Fet des Romains* – compilação medieval (c.1213) de excertos das obras de Salústio, Suetônio e Lucano – e de duas obras da Antiguidade clássica: os *Faits et gestes d’Alexandre (Historia Alexandri Magni)*, de Quinto Cúrcio, e o *Traitté des faiz et haultes prouesses de Cyrus (a Ciropédia)*, de Xenofonte, a partir da versão latina de Poggio Bracciolini, de 1470. Foi também Lucena que empreendeu a tradução, em 1442, do *De ingenuis moribus et liberalibus adolescentiae studiis*, de Pier Paolo Vergério, para a educação do jovem D. Alfonso V de Castela; depois o *De Senectute*, de Cícero, e o *Panegiricus Traiano Augusto*, de Plínio, o Jovem, dedicadas ao infante D. Pedro; e mais tarde, ao rei D. João II, três das quatro orações latinas realizadas pelo Deão de Vergy em defesa de D. Pedro.

No âmbito da literatura devocional, muito corrente em Portugal do período, foi também sob as ordens da duquesa de Borgonha que Jean Miélot traduziu para o francês a *Epistola de gubernatione rei familiaris*,

de são Bernardo – obra que pode ser encontrada na lista de “livros de linguagem” da biblioteca do rei D. Duarte sob o título *Livro dos Ofícios da Casa dalgum Rey* (NASCIMENTO, 1993) – e possivelmente a ela podem ser atribuídas as ordens para a tradução portuguesa da *Imitação de Cristo*, de Thomas Kempis (CEPEDA, 1973). Além disso, houve à época um incremento da biblioteca dos duques de Borgonha, com exemplares da obra de Cícero (*De Amicitia, De Senectute De officiis*). Entretanto, o que é mais impressionante em todo esse conjunto é o *Espelho de Cristina*, a tradução portuguesa do *Livre des Trois Vertus Trésor de la cité des dames* (1405), de Christine Pisan (c.1363-1430), oferecida à rainha de Portugal, D. Isabel, esposa de D. Afonso V e filha do regente D. Pedro (*idem, ibidem*).

Impressionante, do mesmo modo, porque esse espelho de princezas acabou por receber, nesse contexto de modelos de práticas virtuosas, uma tradução portuguesa, publicada posteriormente, em Lisboa, em 1518, sob o título *Espelho de Cristina*.

Como se pode ler no exórdio dessa tradução, que corria manuscrita, a iniciativa partiu da rainha D. Isabel, esposa de D. Afonso V, entre 1447 e 1455 (WILLIARD, 1966). Entretanto, a publicação só foi ordenada, em 1518, pela rainha D. Leonor (viúva de D. João II e irmã de D. Manuel), ela mesma grande mecenas das letras e uma das responsáveis pelas primeiras obras impressas em Portugal, das quais se destacam a tradução do *Vita Christi*, de Ludolphus da Saxônia (Lisboa, 1495); do muito popular tratado de mística do século XV, o *Boosco Deleytoso* (1515); e do próprio *Espelho de Cristina*, três anos depois.

É justamente nesse circuito da formação de uma literatura normativa de corte que se pode vislumbrar o percurso do manuscrito do *Espelho...*, de Christine, e sua ocorrência nos paços da Lisboa avisina. O que revelam os amplos contatos com aqueles que frequentavam a corte de Borgonha em meados do século XV. A partir daqui, surge o nome de Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha, esposa de Filipe, o Bom, irmã da Ínclica Geração portuguesa da dinastia de Avis, e tia de outra Isabel – rainha de Portugal, a que ordenou a tradução do manuscrito de Christine.

Assim, é mais do que verossímil historicamente que Isabel de Borgonha tenha enviado de presente o *Livre des Trois Vertus* para a rainha Isabel de Portugal. Isto, para Williard, pelo fato de desejar proporcionar, de um lado, conforto e consolação, de outro, bom conselho, segundo o qual só a sua influência imediata sobre o rei poderia terminar as dissenções familiares e proteger a memória do duque de Coimbra (WIL-

LIARD, 1966).

O *Livre des Trois Vertus*, de Christine de Pisan, fora composto em Paris, em 1405, sendo dedicado a Margarida de Nevers, a filha mais velha do segundo duque de Borgonha, João sem Medo, por ocasião do casamento dela com o delfim francês Luís de Guyenne, herdeiro do trono da França. O casamento unia definitivamente duas das mais iminentes famílias principescas do reino francês e fora o ápice do projeto político da dominação do primeiro duque de Borgonha, Filipe, o Calvo, sobre a casa real dos Valois. Christine assim se endereçava não somente à duquesa de Guyenne, ou à neta da figura mais ilustre do processo de pacificação do reino francês após seguidos anos de conturbações político-dinásticas, porém, presumia-se, à futura rainha da França.

No entanto, o grande interesse dessa obra reside justamente no fato de dar conselhos às jovens princesas e às suas contemporâneas, e do papel mais adequado a ser exercido pela mulher na sociedade do século XV. Sua divisão em três partes é muito convencional: a primeira é dedicada às princesas; a segunda, às damas da corte; e a terceira, às mulheres de baixa extração – da mulher do mercador a dos camponeses, passando pelo programa de reabilitação (por assim dizer) da “*femme de folle vie*”. É o primeiro indício de uma tradição de forte acento na reflexão sobre o estatuto da mulher na sociedade e as características particulares de sua educação, cujo manancial vai desembocar nos tratados morais cristãos sobre casamento (KING, 1993; BUESCU, 1996).

Conforme Ana Buescu (1996), há duas direções divergentes nos discursos desse período sobre a questão da mulher: uma, que procura valorizar o papel da mulher no quadro da tradição do humanismo cristão e do cenário cortês; outra, que testemunha o peso da cultura clerical e da codificação pela tratadística católica da inferioridade da mulher (física, intelectual e social), a despeito do culto marial e da literatura dos trovadores, sobretudo a partir dos séculos XIII e XIV, reabilitar a imagem da mulher.

Para Jean Delumeau (1978), a tradição misógina das épocas medieval e moderna radica na imagem bíblica da mulher, como Eva e como “perigosa agente de Satã”. Discurso que funda seus alicerces em período anterior em que se procurou apagar os rastros bíblicos das palavras de Jesus (de que homens e mulheres “não são mais dois, mas uma só carne”, Mt XIX, 1-9; Mc X, 1-9) e das referências à Paixão e à Ressurreição do Messias. Entretanto, foram as interpretações posteriores das formulações de S. Paulo – ambíguas, por sinal: de um lado, de caráter mais geral,

aquele em que o apóstolo afirma formarem todos os fiéis um só corpo em Cristo (Ep. aos Gálatas, III, 8); de outro, mais particular, aquele da criação de Eva a partir de Adão (I Cor XI, 9) e da submissão da mulher ao homem no casamento (Ef. V, 22-24) – desenvolvidas pela patrística e pela tradição posterior que acabaram por enraizar o discurso oficial do “martelo das feiticeiras”, como, por exemplo, o monge franciscano e confessor da corte de Avignon, Alvaro Pelayo e seu *De planctu ecclesiae* (c. 1330).

Assim, s. Agostinho afirma que se no homem, como plena imagem de Deus, o corpo e a alma concorrem para a salvação; na mulher, o corpo é o obstáculo ao exercício da razão. Nesse mesmo sentido, santo Tomás de Aquino veda a mulher governar o homem (a fraqueza constitutiva da mulher e sua inferioridade instituem sua submissão ao homem). A tradição jurídica medieval do *Decreto* de Graciano (c.1140-1150) afirma, não menos, que o homem, vicário de Deus e dotado de razão e discernimento, tem o poder legítimo de governar, mesmo porque, na narrativa vétero-testamentária do pecado original e da queda, foi a mulher que se deixou seduzir pela serpente e sobre ela é que recaiu o fardo mais pesado da maldição de Jeová: na multiplicação das dores do parto e na submissão irrestrita ao homem (DELUMEAU, 1978).

Através da adição, racionalização e amplificação dos argumentos do arsenal da misoginia, o discurso estereotipado acabava por diabolizar completa e terrivelmente a mulher. Essa tradição patrística foi reatualizada no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, sobretudo naquela composição de Jorge de Aguiar, *Contr’as mulheres* (RESENDE, 1998, v. 2, n. 207). Ou, ainda, na dramaturgia de Baltasar Dias, em seu “Malícia das Mulheres”. Aqui, comparece o mesmo *topos* da mulher descendente de Eva de matriz vetéreo-testamentária, de sujeição ao homem e da inferioridade da mulher diante da vida intelectual (DIAS, 1985).

Esses discursos misóginos ganham particular relevo na pregação de missionários e teólogos católicos em missão catequética em terras do Novo Mundo. Francisco de Vitória ratificava a incapacidade das mulheres quanto à busca intelectual e aos negócios do espírito. As hagiografias seiscentistas estão repletas de relatos de como a vida de virtude, devoção e castidade dos santos foram sujeitos aos ardis e tentações das filhas de Eva e de como eles resistiram firmemente.

Entretanto, no âmbito mais geral da reflexão acerca da educação, a que o humanismo concedeu importância estratégica a partir do *Quatrocento*, Leonardo Bruni, em seu *De Studiis et Litteris Liber* (1423-26),

afirmava que a mulher nobre deveria ser altamente instruída, a partir de uma educação baseada nos *studia humanitatis*. Ela deveria ler os tratados de história, de filosofia moral e poesia em latim. Para Juan Luis Vives, uma educação primorosa faria reluzir aquela doçura (aliás, a concepção de que as mulheres são “doces” é corrente pelo menos desde Christine de Pisan) pelas quais eram tão apreciadas. De modo mais polêmico, Thomas Morus defendia que tanto homens quanto mulheres possuem natureza racional, portanto ambos estariam aptos para o estudo das letras, mediante o qual se cultivam as sementes dos bons preceitos. O objetivo de Thomas Morus não era em nada “feminista”, não pretendia igualdade entre os sexos, não era converter as mulheres em letradas profissionais, como os chanceleres e secretários de Estado como grande parte dos humanistas se tornaram, porém mães eficazes e boas companheiras para seus maridos.

E é nesse tipo de esquadro que se deve mensurar o *speculum* de Christine de Pisan e sua tradução portuguesa quatrocentista, isto é, segundo o modelo cortesão e humanista. Ou seja, as mulheres não eram menos obrigadas que os homens a seguir as práticas da civilidade, conforme se reconhece no livro III, de *O Cortesão*, de Castiglione.

É justamente esses argumentos que estão presentes na mais famosa das obras Christine de Pisan. O *Livre des trois vertus*, também conhecido por *Le trésor de la cité des dames*, explica as obrigações da mulher segundo a posição que ocupa na hierarquia social, estendendo-se do topo do primeiro estado até as choupanas das mulheres mais pobres; obviamente, o papel exercido pela mulher nobre é indispensável – ela é o exemplo de onde escorrem todas as virtudes a serem cultivadas pelas mulheres dos outros estados. O objetivo é em nada subversivo: cada mulher deve agir de acordo com seu estado e manter intacta a hierarquia instituída, pois são as desigualdades sociais que mantêm estáveis a ordem e a paz, tanto no Reino quanto na família. Pisan, então, diferentemente da tradição aristotélico-tomista ou mesmo do incipiente humanismo do debate acerca da natureza decaída da mulher com seus diversos pontos de vista, em especial, atrelado às categorias de virgem, matrona, velha etc., vale-se da classificação conforme à hierarquia (nobre, burguesa, campe-sina etc.).

Nesse sentido, retomando todo esse acumulado do debate acerca das práticas mais decorosas à mulher, estrategicamente dependente do ponto de partida quer de sua natureza demoníaca e infame, quer de sua posição complementar a do homem, é que se encontra o *Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*, de Christine de Pisan, a referida versão

portuguesa mandada trasladar por D. Isabel de Borgonha (PIZAN, 2002).

Possuindo em seu horizonte a *Cidade das Damas*, da mesma Christine, a “insinança” objetiva justamente determinar e estabelecer os “laços, redes, enjinhos”, que ligam as senhoras de todos os estados, formando a unidade do “colegio feminino”. A precedência é dada segundo a hierarquia temporal, espelho daquela espiritual, em que aquelas de “estado real” (imperatrizes, rainhas, princesas e outras grandes senhoras) tomam o acento superior, mesmo porque são de “maior honra” e “espelho e enxemplo de bôos costumes” tanto para seus súditos quanto “a todos os que a eles ham esguardo”. Daqui, segue a exortação estratégica às virtudes pias, aqueles doces temperos da alma a serem distribuídos primeiramente no banquete espiritual às princesas, cuja função é garantir a salvação eterna e orientar o “bem viver”, e não as “mundanaaes riquezas” do brilho duvidoso e efêmero do “ouro e pedras priciosas”.

Assim, a primeira dessas virtudes, e mais alta de todas elas, é exatamente “o amor e temor de Deos”, pois dela nascem e descendem todas as outras virtudes. O amor compreende a infinita bondade na distribuição dos benefícios, porém, em contraparte, o temor refere-se à justiça punitiva, que não deixa crime sem punição. É ela também que mantém as senhoras de grande estado no reto caminho das virtudes sem os desvios das ocupações da “magnificencia” e das “tentaçõões e treevas do pecado”. Aqui, os viços e deleites mundanos a que tem à disposição a princesa concorrem frequentemente para que ela se volte para a falsidade dos bens terrenos e para a “prosuntosa soberva” (os ricos paramentos, o séquito de serviçais, abundância de vinhos e viandas, boas roupas e joias; a maior linhagem, casamento com senhor de grande estirpe, o rápido castigo à ofensa recebida) que a tornam “mais leda” pela satisfação dos prazeres do corpo, pelo “dese[nfa]damento” e pelos “bôos e prazivees cuidados” (PIZAN, 2002).

Tudo isso nada mais faz do que tornar a princesa “neicia”, “sandidia” e “mal avisada” imersa em vício e pecado; melhor mesmo, nesse sentido da ativação da pastoral da fortaleza do espírito e normatividade do plano ético, lembrar as palavras do *memento mori* (“sabes que tu és hu(u)a miseravel pessoa... pedaço e terra cuberto de melhor pano que os outros”) para desengano daquela referida presunção. Assim, conquanto à princesa seja dada a precedência sobre os outros estados das mulheres, a ela também é forçoso mostrar-se mais exemplar, pois de nada valem as riquezas, honrarias e grande parentesco; o excesso de zelo e atenção quanto a esses aspectos da magnificência apenas cegam a razão e fazem

embotar o juízo, tombando na falsa soberba e de onde emanam todos os outros pecados (PIZAN, 2002). É preciso esclarecer que Christine em nenhum momento de sua argumentação dá a entender que a princesa deva menosprezar ou mesmo renunciar completamente as riquezas, mas tão-somente que deva usá-las com decoro.

Aliás, o decoro dessa normatividade quanto aos vícios e seus excessos compreende o próprio domínio de si e o apaziguamento das paixões. Isso é claro quanto ao voluntarismo da princesa que não aceita ser admoestada de forma alguma, preferindo ser temida e ter sob seu domínio e dispor todas as opiniões e vontades. Para Christine, a ira e o desejo de vingança criam o desamor, portanto é contrário ao bom conselho, afastando de seu convívio as pessoas virtuosas, e só favorecem a adulação. Não que não se deva punir os maus, antes, porém, deve-se ter em vista guardar a clemência.

Assim, no horizonte deve estar sempre aquela justiça punitiva de Deus, que veda a busca indigna de entesouramento em prejuízo de muitos, a inveja de outros de maior estado, condição e autoridade, emprego do tempo em ócio, e a luxúria de iguarias e novidades à mesa. Ainda nesse horizonte, em igual potência, deve estar também a justa medida ética de base amplamente aristotélica que guarda e estabiliza os diferentes estados de mulheres e as une num todo coeso. Em particular, a punição dos pecados, mais especificamente do vício da soberba, faz com que se corrijam os excessos e faça retornar ao grêmio das boas práticas, pois decorosas e em conformidade com a posição hierárquica a qual pertence a mulher, e adequadas à obtenção da graça divina e à via salvífica a que se destinam (PIZAN, 2002).

A advertência acerca das novidades (das iguarias, das vestimentas), da humildade (não se deixar embotar pela soberba) e da clemência (não se deixar tomar pela ira) ficam mais claras no capítulo IX, a que “devisa como a sajes e booa princesa se trabalhará de poer paz antre o princepe e seus vassalos”, justamente o capítulo que abre o conjunto de tópicos e obrigações a serem desempenhadas pela princesa quanto ao auxílio ao príncipe no ofício governativo; corresponde também ao primeiro aspecto do ofício da “vida autiva” – a despeito de Christine claramente afirmar que “a vida contemplativa é melhor”, pois dedica-se a “leixar todolos mesteres deste mundo por soamente pensar em Deos, onde há maior perfeiçom”, entretanto, mais adiante ela dirá, desaconselha a “começar cousa que nom possa perseverar” –, cujo exemplo máximo é o de Marta, complementar àquele exercido por sua irmã, Maria Madalena, nas ocupa-

ções do “serviço da casa”.

Para a tradição humanista, a questão da vida contemplativa se resolvia a partir de um problema de inclinação e vocação pessoal. Conforme s. Bonaventura, no *In Evangelium Lucae* (71-5), a despeito de considerar a vida contemplativa mais segura e estável, a vida ativa pode ser ocasionalmente preferível, dependendo do lugar e circunstância. Em termos de qualidade (*melioritas*), sem dúvida alguma, a vida contemplativa não possui adversários, porém do ponto de vista da escolha do fiel, da “eleição” (*eligibilitas*), a ação algumas vezes deve ser esposada por dever de posição social.

Dante Alighieri, ao examinar mesmo Evangelho de Lucas (Luc 10.38-42), afirma que a vida contemplativa e a ativa formam dois sistemas de práticas morais que podem conduzir à felicidade. Apesar de a vida contemplativa ser moralmente melhor, “ambas podem existir e tornar-se fruto e objetivo de nobreza”. Aqui, a contribuição do humanismo florentino foi decisiva, pois reivindicou a necessária participação dos cidadãos nos negócios do Estado, no âmbito do “humanismo cívico” que Hans Baron (1966) tão bem desvelou.

Isto, em Christine se descreve pelas *figurae* de “Maria Mandalena, em que é fegurada a vida contemplativa... e Marta, sua irmã, per a qual se entende a vida autiva” (PIZAN, 2002). É conhecido o passo em que o Evangelho de Lucas (10, 38-42) narra o episódio: Jesus vem jantar em casa de Marta e Maria. A primeira apressa-se a servi-lo delineando sua característica ativa. Ela aponta para Maria e diz que ela não a ajuda. Jesus, ao responder, acalma-a, e se refere à Maria, esclarecendo: “Marta, estás ansiosa e afadigada com muitas coisas, mas uma só é necessária; e Maria escolheu a boa parte, a qual não lhe será tirada”. Nesse sentido, o “serviço da casa” corresponde à vida ativa, incluindo o casamento e as obras de caridade, enquanto a vida contemplativa envolveria guardar a castidade, a separação do mundo e das preocupações mundanas, e as preces e louvor a Deus.

O delineamento do tema do governo da casa está presente de modo ostensivo na ortodoxia cristã, seja pela proeminência da “família” no interior da doutrina, seja porque este tipo em particular de governo funda os modelos de sociabilidade da comunidade cristã. A matriz mais recorrente é aquela neotestamentária sobretudo das epístolas dos apóstolos (Ef 5:22-6:9; 1 Tim 2:8-15, 6:1-2). No entanto, a passagem mais citada é aquela de Col 3:18-4:1, em que se afirma que a mulher deve ser submissa ao homem, e o homem deve amar sua mulher; as crianças devem obede-

cer aos pais em tudo; os escravos devem obedecer em tudo a seus mestres; e todos devem saber que existe um maior mestre no Céu. O que é evidente aqui é a máxima preocupação com a preservação da ordem e da hierarquia nas relações sociais (BARTON, 2001).

A questão fundamental que essas regras acerca do governo da casa responde é justamente aquela da aplicação prática da verdade revelada nas Escrituras, portanto cristológicas e teológicas tomadas como imperativos morais, podendo ser traduzida em regras de bem viver com vistas a paz e a harmonia, conforme a teleologia cristã. A medida exata das relações entre marido e mulher é dada pelo princípio de que o homem deve amar a mulher (e não menosprezá-la), pois esse amor deve ser de mesma natureza do sacrifício de Cristo na cruz pela Igreja (Ef. 5:25-7); às mulheres cabe obedecer ao homem para ganhá-lo para Cristo (1 Pedro 3:1-2). As regras de subserviência e autoridade devem basear-se então nos ensinamentos de Cristo, cujo exemplo conseguiria fornecer soluções satisfatórias para o bom governo da casa.

Pensando assim, o modelo monástico medieval e a figura decaída da mulher, descendente direta de Eva, são relativizados no sentido de estabelecer e delinear funções mais adequadas ao ofício das mulheres no âmbito de suas práticas conforme seus vários estados, uma vez que a concepção da mulher, cuja vida deve ter como paradigma o claustro, vai cedendo paulatinamente ao interesse da literatura ético-política pelo papel que a mulher deve exercer estrategicamente no governo da casa. A misoginia medieval, de raiz clerical e suas regras que vedam o casamento, funda-se nos argumentos da ortodoxia cristã de base biológica, jurídica e teológica, que fazem da mulher um ser irracional, carnal, e por natureza inferior ao homem.

É forçoso dizer que não se trata aqui de dois modelos opostos e em confronto, mas da mesma concepção a respeito da natureza da mulher, portanto partindo de idêntico conjunto de *topoi*, com enorme diferença de ênfase. Se, para a tradição patrística e seus seguidores, sobretudo a partir dos rastros fundamentais do *Ad Laetam*, de s. Jerônimo, valia advertir acerca dos perigos do gênero feminino; em Christine de Pisan, trata-se de particularizar quais as virtudes e ofícios que cabem à mulher. Aqui, sem dúvida alguma, concorre – além da exegese neotestamentária – a enorme influência da *Política*, de Aristóteles, e sua concepção da “arte de bem viver”, entendida como uma instância autônoma.

Dessa forma, fica clara a opção de Christine por determinar as particularidades de cada mulher, conforme seu estado, pela vida ativa e

não pela contemplativa, mesmo porque o domínio do governo da casa (do “oikos”, como diz Aristóteles) é do âmbito da ação e não da contemplação. Da mesma maneira, o discurso de Christine de Pisan acaba por legitimar o papel fundamental a ser exercido pela princesa no âmbito dos assuntos temporais e como intermediária fundamental entre o príncipe soberano e os clamores de seus súditos. Esse papel intermediário é particularmente relevante quando os estados do Reino se considerarem agravados, sentirem-se indignados ou se desejarem pedir alguma graça ou privilégio ao príncipe. A ela, cabe interceder e trabalhar em favor de apaziguar os ânimos, evitando toda a “sanha ou rebeliom”, ao mesmo tempo que deve instar os súditos a se manter sempre “leaaes e obedientes a seu Senhor” (para ele longamente reinar e para que “seja amado de seu povo”), salvaguardando assim a paz entre todos (PIZAN, 2002).

Eis, aqui, então, o mais levantado de todos os ofícios da princesa – seu “dereito ofício – ser “procurador de paz”, mesmo porque em que pesem as diferenças de natureza, porque “os homeens som per natureza de maior coração e menos piadosos e o grande desejo que teem de se vingar nom lhes dá lugar de oolhar bem os perigos que podem acontecer”; entretanto, para adoçar tudo isso, “a natureza das mulheres é mais temerosa e mais doce e, por isso, deve desejar mais a paz e trazer ao homem a ela”. Ou, mais especificamente: “de quantos e grandes beens antre mortaaes foram causa, em este mundo, Rainhas e princesas, poendo pazes antre mortaaes imiigos, e antre principes e barõões, e antre povoes revelados e seus Senhores”. A ela, por seu saber e bondade, é que recorrem todos os súditos, pois, enfim, “ela é causa de manteer a terra em paz” (PIZAN, 2002).

Contudo, isto não se pode realizar sem a concorrência estratégica da virtude mais piedosa da caridade, razão de ser da vida ativa, que se traduz exemplarmente na própria escolha e formação da corte da princesa (“bõõs servidores” e “bõõs conselheiros”), em especial, no auxílio e execução das obras de misericórdia. Para o aumento de sua dignidade, há que saber escolher os membros que farão parte de seu círculo mais próximo, a partir daquilo que vê em espelho de suas próprias virtudes. A literatura acerca dos conselheiros do rei era amplamente difundida desde pelo menos a Idade Média e aqui contribui em termos semelhantes, ou seja, com as mesmas tópicas e com forte acento pragmático, para a constituição da corte da rainha.

Sutilmente Christine nada afirma a respeito da legitimidade de um governo feminino, quer porque a lei sálica francesa questionava a capa-

cidade governativa das mulheres, quer porque as Ordenações (refiro-me ao contexto da tradução portuguesa) não admitiam nem a herança nem ascensão feminina à dignidade real. Mesmo assim, se pudesse haver alguma questão de gênero, tratar-se-ia mais precisamente de definir uma nova forma de masculinidade e não de feminismo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTON, Stephen C. The epistles and Christian Ethics. In: GILL, Robin (ed.). *Christian Ethic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

BORN, Lester Kruger. The perfect prince. *Speculum*, v. 3, n. 2, 1928.

BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do príncipe*. Lisboa: Cosmos, 1996.

CEPEDA, Isabel Vilares. Uma versão quinhentista da “Imitação e Cristo”. *Boletim de Filologia*, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1973, t. 22, fasc. 3/4.

DELUMEAU, Jean. *La Peur en Occident. XIV-XVIII<sup>e</sup> siècles*. Paris: Fayard, 1978.

DIAS, Baltasar. *Autos, romances e trovas*. Lisboa: INCM, 1985.

KING, Margaret. *Mujeres renacentistas: La búsqueda de un espacio*. Madrid: Alianza, 1993.

NASCIMENTO, Aires. As livrarias dos príncipes de Avis. *Biblos*, v. 69 (1993).

PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle*. Lisboa/Paris: CCP/CNPCDP, 1995.

PIZAN, Christine de. *O livro das tres vertudes a insinanga das damas*. Lisboa: Caminho, 2002.

RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro geral*. Lisboa: INCM, 1998. 5 v.

WILLIARD, Charity Cannon. The manuscript tradition of the Livre des Trois Vertus and Christine de Pisan’s audience. *Journal of the History of the Ideas*, n. 27, 1966.

## PARA LER TEXTOS LATINOS<sup>17</sup>

João Bortolanza (UFU)  
[jbortolanza@uol.com.br](mailto:jbortolanza@uol.com.br)

### RESUMO

No projeto de pesquisa “*Tusculanae Disputationes*” do Grupo LATIVM propõe-se um novo procedimento para ler textos latinos. Partindo do núcleo central da oração, destacam-se os verbos do modo finito, para estabelecer uma ordem sintática das palavras e assim poder ler significativamente o texto latino. O aparente caos das constantes inversões passa a revelar-se dentro do seu mecanismo morfossintático, em que as formas flexivas verbais e nominais fixam as funções sintáticas de cada palavra. Partindo de textos clássicos, como as obras filosóficas de Cícero, têm-se extensas frases, em que as orações se entrecruzam: destacam-se então as cláusulas de ligação, que marcarão o encadeamento das orações. O terceiro elemento, mais complexo, é representado pelas formas nominais, que são as formas reduzidas de um verbo e de uma cláusula. A porta de entrada para o texto latino consistirá em perceber qual o *ordo consuetudinarius* que caracteriza o estilo da língua latina. Apresenta-se a aplicação deste método dos três elementos-chave para a leitura inteligente de excertos das “*Tusculanae Disputationes*”. O objetivo é o processo de ensino-aprendizagem do latim para iniciantes, procurando ir direto aos textos e, com a ajuda de tabelas, aprofundar os conhecimentos teóricos gramaticais indispensáveis para a abordagem dos textos latinos. Considera-se primordial partir de clássicos modelares para depois poder ler autores do período pós-clássico, medieval, renascentista ou moderno, tanto em textos literários como científicos. Parte-se da concepção de que estudar a língua latina tem por finalidade apoiar-se do imenso acervo vazado nessa língua de cultura do Ocidente, nas mais variadas áreas.

**Palavras-chave:** Elementos-chave. Leitura proficiente. Textos latinos

### 1. Introdução

A proposta deste trabalho é de cunho didático para o ensino de Latim nas Universidades. No projeto de pesquisa “*Tusculanae Disputationes*” do Grupo LATIVM: Latim e Estudos Diacrônicos, propõe-se um novo procedimento para ler textos latinos. Partindo do núcleo central da oração, destacam-se os verbos do modo finito, para poder estabelecer uma ordem sintática das palavras e assim ler expressiva e significativamente o texto latino, com as pausas e entonação devidas. O aparente caos das constantes inversões passa a revelar-se dentro do seu mecanismo morfossintático, em que as formas flexivas verbais e nominais fixam as funções sintáticas de cada palavra.

---

<sup>17</sup> Texto apresentado no XVIII CNEC, no Rio de Janeiro em outubro de 2011.

Partindo de textos clássicos, como as obras filosóficas de Cícero, com extensas frases, em que as orações se entrecem, destacam-se, a seguir, as cláusulas de ligação, que marcarão o encadeamento das orações, com seu núcleo central que é o verbo. O terceiro elemento, mais complexo e fundamental, é representado pelas formas nominais, que são as formas reduzidas de um verbo e de uma cláusula.

A porta de entrada para o texto latino consistirá em perceber qual o *ordo consuetudinarius* que caracteriza o estilo da língua latina. O hipérbato é a regra, havendo quase infinitas possibilidades de distribuição dos termos na oração. Três são as figuras principais neste quesito: a anástrofe, mais simples, o hipérbato tão comum e a ambígua sínquise. À primeira vista, o que denominei “aparente caos” é de uma sequência de sínquises, em que parece não haver uma ordem. A atenção às flexões das desinências finais, a começar pelo verbo, é a porta de entrada para a frase latina. Apresentando frases mais simples, auxiliados por tabelas das declinações, com especial destaque para os nominativos e os acusativos, começa-se a perceber certa “ordem” no caos. A regra é sim a inversão, mas, antes de tudo, há uma *consuetudo* ou *ordo consuetudinarius*: normalmente o objeto direto precede seu verbo; o predicativo do sujeito antecede o seu verbo de ligação; o genitivo precede o termo determinado ou apresenta-se em anástrofe quando, seja o determinante, seja o determinado vêm adjetivados; nos complementos com preposição é de ordem a anástrofe; o verbo normalmente aparece no fim da oração *et cetera plura*, que a prática vai ditar aos que se propõem haurir do *Sermo Litterarius*.

## **2. Verbo e ordem dos termos da oração simples**

Uma leitura inteligente – no seu etimológico sentido de “ler, colher dentro” – que busque expressivamente mostrar essas inversões, irá aos poucos abrindo o aparente hermetismo da frase e do texto latino. Vejamos através de *Sententiae*<sup>18</sup> algumas dessas “regras” de sequências – evidentemente sempre destacando em caixa alta o VERBO, que, com sua flexão número-pessoal, facilitará a ligação com seu Sujeito:

- a) O objeto direto precede seu verbo
  1. *Beneficium accipere libertatem EST* vendere.

---

<sup>18</sup> É usual o estudo do latim através das *Sententiae* de Publílio Siro e de outros autores, que podem ser encontradas no site [http://www.hkocher.info/minha\\_pagina/dicionario/a00.htm](http://www.hkocher.info/minha_pagina/dicionario/a00.htm)

2. *Rivalitatem non AMAT victoria.*
  3. *Malivolus animus abditos dentes HABET.*
  4. *Necessitas egentem mendacem FACIT*<sup>19</sup>.
- b) O determinante de um objeto direto, como, aliás, de outros termos da oração, costuma deslocar-se, em “jogos hiperbáticos”, sempre buscando a ciceroniana *concinntitas*:
5. *Gravis animus dubiam non HABET sententiam.*
  6. *Magnum secum ADFERT crimen indignatio.*
  7. *Variam DANT semper otia mentem.* (Lucano)
  8. *Senem juvenus pigra mendicum CREAT.*
  9. *Tranquillas etiam naufrāgus HORRET aquas* – Ov.
  10. *Fortem FACIT vicina libertas senem.* Sên.
  11. *Ignis aurum PROBAT, miseria fortes viros* – Sên. (duplo objeto)
  12. *Parva saepe scintilla magnum EXCITAVIT incendium*<sup>20</sup> – Q. Cúrcio
- c) O predicativo do sujeito também precede seu verbo de ligação:
13. *Vivēre militare EST* – Sên.
  14. *Vita vigilia EST* – Plínio
  15. *Res salsa EST bene olere et esurire* – Marcial
  16. *Venit Epicurus [...] Audiamus. "Si summus dolor EST", inquit, "necesse EST brevem ESSE".*<sup>21</sup> Cíc. *Tusc. Disp.*, II, 44<sup>22</sup>
- d) A anástrofe do genitivo é de regra:
17. *Avarus ipse miseriae causa EST suae.*

---

<sup>19</sup> Aceitar favor é vender a liberdade; a vitória não admite contestação; o espírito maldoso tem dentes escondidos; a necessidade torna o mendigo mentiroso.

<sup>20</sup> O espírito sério não tem opinião duvidosa; a indignação leva consigo um grande crime; o ócio sempre produz uma mente leviana; Juventude preguiçosa gera um velho mendigo; o naufrago tem horror até das águas calmas; a libertação próxima torna o velho forte; o fogo prova o ouro e a miséria, os homens fortes; muitas vezes uma exígua faísca provoca um grande incêndio.

<sup>21</sup> Viver é lutar; a vida é vigilância; é ridículo exalar perfume e passar fome; chega Epicuro... Ouçamos. "Se a dor é suprema, diz, é necessário que seja breve".

<sup>22</sup> Para o texto latino, ver <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/tusc.shtml>

18. *Inimici ad animum nullae CONVENIUNT* preces.
  19. Gravíssima EST *probi hominis* iracundia.
  20. *Bonarum rerum* consuetudo pessima EST.
  21. *Boni* EST *vir* etiam in morte nullum fallere.
  22. Tota *philosophorum* vita commentatio *mortis* EST – Cíc.
  23. Res EST *solliciti* plena *timoris* amor<sup>23</sup> – Ov.
- e) A observar-se a característica colocação do pronome relativo no “período composto” consequente:
24. Male secum AGIT aeger, medicum **qui** heredem FACIT (P. Siro 1 a 38)
  25. Pro medicina EST dolor, dolorem **qui** NECAT.
  26. Bona mors EST homini vitae **quae** EXTINGUIT mala.
  27. Fortuna nimium **quem** FOVET, stultum FACIT.
  28. Illo nocens se DAMNAT, **quo** PECCAT die.
  29. **Quod** aetas vitium POSUIT, aetas AUFERET.
  30. Dum canis os RODIT, socium **quem** DILIGIT ODIT<sup>24</sup> (af.mediev.)

### 3. O destaque dos três elementos-chave nas *Tusculanae Disputationes*

Tomando como *corpus* as *Tusculanae Disputationes* de Cícero, pretende-se mostrar como o destaque dos três elementos-chave é um procedimento de grande utilidade na abordagem de textos clássicos latinos, como, no caso, a prosa ciceroniana. Para maior visualização, os VERBOS, por representarem o núcleo de cada oração, escrevem-se em caixa alta: realçam-se em negrito as *cláusulas de ligação*, que estabelecem os nexos entre os verbos de modo finito; e sublinham-se as *formas nominais*, sumamente importantes por serem formas reduzidas que compre-

---

<sup>23</sup> O próprio avarento é causa de sua miséria; prece alguma chega ao ânimo do inimigo; a ira do homem probo é seríssima; o costume das coisas boas é péssimo; é próprio do homem bom não enganar ninguém nem na morte; toda a vida dos filósofos é uma lembrança da morte; o amor é uma coisa cheia de temor solícito.

<sup>24</sup> Faz um mal a si mesmo o doente que torna o médico herdeiro seu; a dor que mata a dor é como um remédio; é boa a morte de um homem que extingue os males da vida; a fortuna torna estulto a quem muito lisonjeia; o criminoso se condena no dia em que erra; o vício que o tempo trouxe, o tempo levará; enquanto o cão rói o osso, odeia o companheiro que ama.

dem ambas as anteriores.

- (01) *Itaque dierum quinque scholas, ut Graeci appellant, in totidem libros contuli. Fiebat autem ita ut, cum is qui audire vellet dixisset, quid sibi videretur, tum ego contra dicerem. (Tusc. Disp., I, IV, 8)*

Aplicando-se o método, pode-se visualizar a estrutura frasal dos dois períodos que compõem esse primeiro excerto:

*Itaque dierum quinque scholas, ut Graeci APPELLANT, in totidem libros CONTULI.*

*FIEBAT autem ita ut, cum is qui audire VELLET DIXISSET, quid sibi VIDERETUR, tum ego contra DICEREM.*

No primeiro período, dois verbos e duas cláusulas: *itaque*, conclusiva a coordenar com a frase anterior; e *ut*, que estabelece a ligação entre os dois verbos, explicando o objeto direto de *contuli* “Por isso redigi as *scholas* de cinco dias, conforme os gregos as denominam, no mesmo número de livros”. Observe-se a sequência genitivo + objeto direto, intercalada, + complemento + verbo, com destaque da cláusula inicial e do verbo final: ITAQUE // dierum quinque scholas, / ut Graeci appellant,/ in totidem libros CONTULI.

Já o 2º período, embora curto, contém 6 orações, ligadas por 5 cláusulas, em que *autem* novamente apenas coordena com o período anterior. O verbo principal *Fiebat* tem como Sujeito a completiva *ut tum ego contra dicerem*, “Mas se fazia de tal modo que eu contra-afirmava”. A cláusula temporal *cum is dixisset* exige uma completiva *quid sibi videretur* e, além disso, tem uma explicativa para o sujeito *is*, a relativa introduzida pelo *qui* e uma infinitiva após o modal *vellet audire* “quando alguém, que quisesse ouvir, tivesse exposto o que lhe parecia”. Uma visualização para leitura: *FIEBAT AUTEM ITA UT // cum is / qui audire vellet/ dixisset / quid sibi videretur, // TUM EGO CONTRA DICEREM.*

- (02) *Sero igitur a nostris poetae vel cogniti vel recepti. Quamquam est in Originibus solitos esse in epulis canere convivas ad tibicinem de clarorum hominum virtutibus; honorem tamen huic generi non fuisse declarat oratio Catonis, in qua obiecit ut probrum M. Nobiliori, quod is in provinciam poetas duxisset; duxerat autem consul ille in Aetoliam, ut scimus, Ennium. (Tusc. Disp., I, II, 3)*

*Sero igitur a nostris poetae vel COGNITI vel RECEPTI.*

*Quamquam EST in Originibus solitos esse in epulis canere convivas ad tibicinem de clarorum hominum virtutibus; honorem tamen huic generi non fuisse DECLARAT oratio Catonis, in qua OBIECIT ut probrum*

*M. Nobiliori, quod is in provinciam poetas DUXISSET; DUXERAT autem consul ille in Aetoliam, ut SCIMUS, Ennium.*

Esse segundo trecho seletto apresenta uma complexidade maior: primeiramente um período com duas aparentes formas nominais, uma vez que se trata de dois pretéritos perfeitos passivos com elipse da cópula [sunt], coordenados pelo polissíndeto alternativo *vel*. A conclusiva *igitur* refere-se ao dito anteriormente. “Portanto, tardiamente os poetas foram conhecidos ou aceitos pelos nossos”.

Já o 2º período se constitui de 9 orações, sendo duas as coordenadas principais: *honorem tamen non fuisse huic generi DECLARAT ORATIO CATONIS / DUXERAT AUTEM CONSUL ILLE IN AETOLIAM ENNIUM*. Duas infinitivas completam a concessiva introduzida por *quamquam est in Originibus/ convivas solitos esse canere...* (“Embora se ache nas origens que os convivas costumavam cantar com flauta as virtudes dos homens famosos, contudo o livro de Catão assevera que não se atribuía honra a esse gênero”) e ainda uma outra, *honorem huic generi non fuisse*, integra a primeira principal. O sujeito *oratio* da principal vem explicado pela relativa, por sua vez ampliada por uma conformativa e uma causal: *in qua OBIECIT/ ut probrum / quod duxisset* (“em que censurou / como [se fosse] um opróbrio / porque tinha levado”). A segunda oração principal, coordenada por *autem*, possui outra conformativa intercalada *ut scimus* (“como sabemos”): “levava de fato aquele cônsul para a Etólia o poeta Ênio”.

- (03) Sed ut Aristoteles, vir summo ingenio, scientia, copia, cum motus esset Isocratis rhetoris gloria, dicere docere etiam coepit adulescentes et prudentiam cum eloquentia iungere, sic nobis placet nec pristinum dicendi studium deponere et in hac maiore et uberiore arte versari. Hanc enim perfectam philosophiam semper iudicavi, quae de maximis quaestionibus copiose posset ornateque dicere; in quam exercitationem ita nos studiosae [operam] dedimus, ut iam etiam scholas Graecorum more habere auderemus. (*Tusc. Disp.*, I, IV, 7)

**Sed ut** Aristoteles, vir summo ingenio, scientia, copia, **cum** MOTUS ESSET Isocratis rhetoris gloria, *dicere docere* etiam COEPIT adulescentes et prudentiam cum eloquentia *iungere*, sic nobis PLACET **nec** pristinum *dicendi* studium *deponere* **et** in hac maiore et uberiore arte *versari*. Hanc **enim** perfectam philosophiam semper IUDICAVI, **quae** de maximis quaestionibus copiose POSSET ornateque *dicere*; in quam exercitationem ita nos studiosae [operam] DEDIMUS, **ut** iam etiam scholas Graecorum more *habere* AUDEREMUS.

Esses dois longos períodos possuem 7 verbos no modo finito, 8 cláusulas de ligação – considerando-se a adversativa inicial a coordenar

com o período anterior, e desconsiderando-se a falsa cláusula relativa *in quam*, por seu uso demonstrativo. Relevem-se as 8 formas nominais, sendo todas elas infinitivo presente, incluindo o genitivo de gerúndio *dicendi*. O 1º período tem como principal *SIC NOBIS PLACET*, completado por duas infinitivas coordenadas *nec deponere/ et versari* (não abandonar/ e aplicar-nos): *nec pristinum dicendi studium deponere et in hac maiore et uberiore arte versari* (“não abandonar o antigo estudo da retórica (do dizer), antes aplicar-nos nesta maior e mais fecunda arte”). Antecede tudo isso a conformativa encetada por *ut*, trazendo como modelar a figura de Aristóteles, homem completo na sua erudição, ao mesmo tempo de sumo engenho, conhecimento e eloquência (*vir summo ingenio, scientia, copia*): a temporal-causal, “como tivesse sido movido” pela fama do grande orador Isócrates, o leva a começar (*COEPIT*) a ensinar também aos jovens a falar e a casar erudição com eloquência, espelhando o que a principal salienta ser de nosso agrado.

Pelo 2º período, passamos a conhecer a fundo a proposta das *Discussões Tusculanas* de Cícero: é uma *Disputatio philosophica* de cunho fortemente erudito, espelhada na academia de Sócrates, Platão e Aristóteles, mas na pena de um retórico modelar: *Hanc enim perfectam philosophiam semper iudicavi, quae de maximis quaestionibus COPIOSE possit ORNATEQUE dicere* (“pois sempre julguei como a filosofia mais acabada a que pudesse expressar-se de modo eloquente e elegante”). Acrescenta com orgulho o seu empenho em fomentar essas exercitações ou disputas retórico-filosóficas, a ponto de mostrar a audácia romana de *scholas Graecorum more habere* (“ao ponto que ousamos ter escolas à moda dos Gregos”).

- (04) Cum defensionum laboribus senatorisque muneribus aut omnino aut magna ex parte essem aliquando liberatus, rettuli me, Brute, te hortante maxime ad ea studia, quae retenta animo, remissa temporibus, longo intervallo intermissa revocavi, et cum omnium artium, quae ad rectam vendi viam pertinerent, ratio et disciplina studio sapientiae, quae philosophia dicitur, contineretur, hoc mihi Latinis litteris inlustrandum putavi, non quia philosophia Graecis et litteris et doctoribus percipi non posset, sed meum semper iudicium fuit omnia nostros aut invenisse per se sapientius quam Graecos aut accepta ab illis fecisse meliora, quae quidem digna statuissent, in quibus elaborarent.

Abriu os *Tusculanarum Disputationum Libri V*, é entender o desafio que é LER e ENTENDER textos latinos. Por outro lado, é um alerta para os docentes dessa arcana língua, de que não vão ser etapas mnemônicas cumulativas que vão preparar o discente à proficiência na principal língua de cultura do Ocidente, com seu vasto legado plurissecular. Por

que não experimentar-se com novas abordagens? Ir direto aos textos, para aí beber a rica morfossintaxe, ler na própria riqueza estilística do *copiose ornateque dicere*, posto que latim se aprende nos textos, onde sua essência morfossintática se realiza.

Aplique-se o método dos três elementos-chave, para tentar fazer uma leitura de uma simples frase de 21 orações magistralmente construídas, como é próprio da modelar prosa clássica de Cícero. Acresça-se o realce dos dois blocos causais-temporais coordenados e de suas respectivas orações principais, a última coordenando-se pela adversativa com uma terceira:

**Cum** defensionum laboribus senatorisque muneribus aut omnino aut magna ex parte ESSEM aliquando LIBERATUS, **RETTULI** me, Brute, te hortante maxime **ad ea studia**, **quae** retenta animo, remissa temporibus, longo intervallo intermissa REVOCAVI,

“Posto que me tivesse liberado dos trabalhos forenses e dos encargos senatoriais, inteiramente ou em grande parte, voltei-me, ó Bruto, porque me exortaste com grande insistência, àqueles estudos que relembrei, guardados pela mente, postergados incessantemente e interrompidos por longo período,

**et cum** omnium artium, **quae** ad rectam *vivendi* viam PERTINERENT, ratio et disciplina studio sapientiae, **quae** philosophia DICITUR, CONTINERETUR, hoc mihi Latinis litteris *inlustrandum* **PUTAVI**,

e como o ensino-aprendizagem de todas as artes que dizem respeito ao resto caminho da vida se resume no estudo da sabedoria, que se denomina filosofia, julguei que deveria torná-lo brilhante nas letras latinas,

non **quia** philosophia Graecis et litteris et doctoribus *percipi* non POSSET, **sed** meum semper iudicium FUIT omnia nostros **aut** *invenisse* per se sapientius **quam** Graecos **aut** *accepta* ab illis *fecisse* meliora, **quae** quidem digna STATUISSENT, **in quibus** ELABORARENT<sup>25</sup>.

não porque a filosofia não pudesse ser compreendida pelas Letras quanto pelos mestres gregos, mas minha convicção sempre foi que os nossos ou teriam descoberto tudo por si com mais sabedoria do que os gregos, ou teriam feito

---

<sup>25</sup> “Assim que me desobriguei, finalmente, dos trabalhos jurídicos e dos encargos no senado, totalmente ou em grande parte, voltei-me, Bruto, segundo teu conselho, especialmente àqueles estudos, conservados na mente, suspensos no tempo e interrompidos num longo intervalo, que reassumi, porque o interesse e o conhecimento de todas as artes, que se referem ao modo correto de viver, são mantidos pela dedicação à sabedoria, que se denomina filosofia, julguei minha obrigação aclarar isso em latim, não porque não pudesse compreender a filosofia tanto pela língua grega como por seus mestres, mas porque meu pensamento sempre foi de que os nossos ou teriam descoberto tudo por si mesmos com mais sabedoria do que os gregos ou melhorado o que deles receberam, ainda que na verdade tenham estabelecido coisas respeitáveis naquilo a que se dedicaram.” (Trad. de Bruno Fregni Bassetto, do Grupo LATIVM, no prelo).

melhor o que deles receberam, embora tenham certamente estabelecido coisas dignas para nelas aprimorar-se.

Com esse preâmbulo, pode-se concluir da importância de se ir direto aos textos. A cultura do Ocidente é greco-romano-cristã. Foram etapas sucessivas, coroadas pela Renascença Carolíngia germano-romana, mantendo intacto o greco-cristão. Há, sim, que se voltar para esses estudos que, no fundo, “se limitam à filosofia”, que abarca todas as artes, mas sem esquecer que será a língua latina a veicular pelo Ocidente, séculos afora, essa cultura que nos torna fundamentalmente “ocidentais”.

Há, sim, que experimentar novos métodos, “*facere meliora in quibus elaborare*”. Cumpre oferecer aos acadêmicos este instrumental língua latina, de forma a poderem ter proficiência para ir direto aos textos em latim nas diversas áreas que pretendem apreender. E oferecer-lhes um novo método de abordagem que lhes possibilite aprofundar-se na língua de Cícero, indo direto aos textos clássicos latinos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOCHER, Henerik (Comp.). *Dicionário de expressões e frases latinas*. Disponível em: <[http://www.hkocher.info/minha\\_pagina/dicionario/a00.htm](http://www.hkocher.info/minha_pagina/dicionario/a00.htm)>. Acesso em: 20-09-2011.

CICERONIS, M. Tulli *Tusculanarum disputationum libri V*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/tusc.shtml>>. Acesso em: 23-09-2011.

**SUBSÍDIOS PARA UMA EDIÇÃO  
DE UM MANUSCRITO INÉDITO  
DE FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS**

*Renata Ferreira Costa (USP/UL)*  
[renataferreiracosta@yahoo.com.br](mailto:renataferreiracosta@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo reunir subsídios para uma edição semidiplomática da *Dissertação sobre as Capitanias de Santo Amaro e São Vicente*, um manuscrito inédito do historiador frei Gaspar da Madre de Deus, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, cota COD. 11107. A edição de tal texto justifica-se pela importância de frei Gaspar no que tange aos estudos históricos relacionados a São Paulo colonial e também pelo valor documental desse texto, que constitui contributo para o estudo da obra édita do autor e para novas pesquisas históricas, historiográficas, linguísticas e filológicas.

**Palavras-chave:** Filologia. Edição semidiplomática. Frei Gaspar da Madre de Deus.

**1. Introdução**

Frei Gaspar da Madre de Deus é considerado um grande expoente dos estudos históricos sobre São Paulo colonial, principalmente no que tange à construção de uma tradição paulista, amparada na figura do bandeirante enquanto herói. Apesar de ter escrito muitos textos, o único publicado em vida e que se destaca em sua obra são as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, terminadas em 1786 e publicadas em 1797 pela Academia Real de Ciências de Lisboa.

Muito foi publicado da obra do historiador beneditino, principalmente pelo corpo editorial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e por iniciativa do historiador Afonso d'Escragnoille Taunay, que empreendeu uma investigação apurada da vida e da obra de frei Gaspar e preparou reedições comentadas de seus textos. No entanto, apesar disso, é provável que muitos de seus escritos tenham se perdido e que alguns deles ainda se encontrem ocultos em bibliotecas e arquivos brasileiros e estrangeiros, como foi o caso do manuscrito da *Dissertação sobre as Capitanias de Santo Amaro e São Vicente*, um inédito depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, cota COD. 11107.

A edição e difusão dessa obra inédita de frei Gaspar da Madre de Deus justifica-se não só pela importância de seu autor na historiografia

brasileira, mas também pelo valor documental do texto, o qual enriquecerá o repertório bibliográfico do autor, contribuirá para o estudo de sua obra édita e poderá ser uma importante fonte para a elucidação de fatos ainda obscuros de nossa história colonial. Além disso, a *Dissertação* também contribuirá para a ampliação dos *corpora* de textos brasileiros, com a finalidade de exploração como material de análise linguística.

Assim, o objetivo deste trabalho é reunir subsídios para uma edição semidiplomática do manuscrito da *Dissertação sobre as Capitânias de Santo Amaro e São Vicente*, de modo que esse texto inédito de frei Gaspar se dê a conhecer a um público amplo.

## **2. Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800)**

Nascido em 1715, em Santos, e proveniente das mais antigas gerações de povoadores paulistas e de bandeirantes ilustres, o historiador frei Gaspar da Madre de Deus teve uma carreira sólida e próspera na ordem dos beneditinos, onde ocupou diversos cargos, dentre os quais o de cronista-mor da ordem, entre 1774 e 1798.

Considerado, juntamente com Pedro Taques de Almeida Paes Leme, o precursor dos estudos históricos coloniais sobre São Paulo, frei Gaspar distingue-se por dar início, no Brasil, a uma tradição de pesquisa que vinha do final do século XVII, especialmente na França, que se caracteriza pela valorização “do documento escrito como prova da História” (ABUD, 1985, p. 74), através da pesquisa assídua em arquivos e cartórios, em busca de uma história “segura e verdadeira”. Sua obra consolida uma história colonial de São Paulo, centralizada no bandeirantismo, e seu estilo destaca-se pela interpretação rigorosa dos fatos, num processo lento de composição e num exercício de linguagem fluente e desenvolta que em muito se aproxima da prosa oitocentista, como observa Massaud Moisés (2001, p. 171-172).

O frei beneditino, falecido em 1800, trabalhou até avançada idade, mas teve apenas uma obra publicada em vida, as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, finalizadas em 1786 e publicadas em 1797 pela Academia Real de Ciências de Lisboa. Essa obra, segundo Rodrigues (1979, p. 145), configura-se como “a consagração da historiografia regional e da pesquisa histórica de caráter local por uma instituição oficial metropolitana”.

A maioria de suas obras foi publicada postumamente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e reeditadas, posteriormente, por iniciativa do historiador Afonso d'Escragnoille Taunay.

De sua obra édita destacam-se, além das *Memórias*, as *Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações*, escritas em 1784.

Consideram-se inéditos, além da *Dissertação sobre as Capitânias de Santo Amaro e São Vicente*, de 1780:

- *Oração fúnebre nas exéquias à memória do bispo de Areopoli D. João de Seixas, celebradas no mosteiro do Rio de Janeiro, em 1758;*
- *Oração fúnebre por ocasião de dar-se à sepultura o corpo do governador, capitão general, Gomes Freire de Andrada, no convento do Desterro, em 2 de janeiro de 1763;*
- *Oração fúnebre nas exéquias do governador, capitão general, Gomes Freire de Andrada, celebradas pelos monges beneditinos no seu convento do Rio de Janeiro;*
- *Oração panegírica do nascimento do Infante D. José, Príncipe da Beira, recitado no convento do Rio de Janeiro a 7 de março e 1762 nas festas solenes;*
- *Sermão nas festas do casamento da Senhora Princesa, mãe do Príncipe da Beira, pregado na Sé do Rio de Janeiro;*
- *Relação do Mosteiro de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro, compreendendo as casas, residências, número dos sacerdotes, coristas e donatos, e suas respectivas rendas, feita por ordem do governo português e ao mesmo governo dirigida em 15 de outubro de 1764*<sup>26</sup>;
- *Philosophia platonica seu Cursus Philosophicus rationalem, naturalem et transnaturalem, philosophiam, sive logicam, physi-*

---

<sup>26</sup> Os seis inéditos expostos acima são indicados como manuscritos de frei Gaspar da Madre de Deus, sem que haja sua localização, por Palmira Moraes Rocha de Almeida, na obra *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*, 2003, p. 266.

*cam et metaphysicam completens*<sup>27</sup>, lições de filosofia ministradas no Rio de Janeiro, em 1748.

### 3. O manuscrito

O Cod. 11107 da Biblioteca Nacional de Portugal, intitulado *Dissertação sobre as Capitânicas de Santo Amaro e São Vicente*, de frei Gaspar da Madre de Deus, pertence à seção de obras raras e se encontra devidamente encadernado e em ótimo estado de conservação. São 28 fólios escritos em frente e verso, com exceção do primeiro e último fólios, escritos somente no lado recto, em letra do século XVIII. O texto indica como datas tópica e cronológica o Mosteiro de São Bento em Santos, aos 30 de novembro de 1780, respectivamente, com assinatura de frei Gaspar.

Nesse texto, frei Gaspar disserta sobre os motivos pelos quais os herdeiros de Martim Afonso de Sousa perderam a posse de 100 léguas da capitania de São Vicente para a Coroa portuguesa, devido, principalmente, a sua proximidade com a capitania de Santo Amaro (atual Guarujá).

Foi o professor doutor Sílvio de Almeida Toledo Neto que, a nosso pedido de pesquisar em Lisboa textos de frei Gaspar, à época da composição de nossa dissertação de mestrado, nos trouxe uma cópia microfilmada desse manuscrito, referência F.R.1284. Tal texto ficou guardado, sem que fosse ao menos cuidadosamente lido, até o início do ano de 2010, quando empreendíamos uma investigação sobre a vida e a obra do historiador beneditino, para um dos capítulos de nossa tese de doutorado. Dessa pesquisa resultou o conhecimento de que esse texto é um inédito, uma vez que não consta de nenhuma bibliografia sobre o historiador.

### 4. O tipo de edição e sua relevância

A *Dissertação sobre as Capitânicas de Santo Amaro e São Vicente* constitui um documento, até agora desconhecido, que pode aprofundar o estudo e o conhecimento da obra édita de frei Gaspar da Madre de Deus, além de trazer elementos para novos estudos históricos relacionados a

---

<sup>27</sup> Foram publicados apenas o título, o proêmio e o índice por Carlos Lopes de Matos, na *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 20, n. 78, p. 222-225, abr./jun. 1970.

São Paulo colonial e ampliar os *corpora* de textos brasileiros para análises linguísticas, por isso é pertinente que se traga a público esse texto.

Ainda é cedo para dizer, mas um cotejo das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, terminadas em 1786, com a *Dissertação* (1780), que tratam de temas correlatos, pode revelar que este texto seja um ensaio para a composição da sua obra maior.

Objetivando atender a um público que engloba tanto um leitor não especialista em questões filológicas ou linguísticas, quanto um pesquisador interessado em estudar a língua documentada no texto, optou-se pela edição semidiplomática do manuscrito, também conhecida como diplomático-interpretativa ou paleográfica, a qual apresenta uma dose mínima de intervenções editoriais, uma delas o desenvolvimento das abreviaturas, com o propósito de disponibilizar um texto mais conservador, muito pouco afastado do que se acha no manuscrito e facilmente legível a um público amplo.

Além de semidiplomática, em formato justalinear, isto é, as linhas do manuscrito correspondem às linhas da edição, a edição será acompanhada pelo fac-símile do manuscrito, de modo que o leitor também possa acompanhar a lição original.

## **5. Normas de transcrição**

As normas de transcrição utilizadas são baseadas nas “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do Português Brasileiro”, propostas por César Nardelli Cambraia *et alii* (2001, p. 23-26), extraídas do livro *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, mantendo-se o mais fiel possível à lição original. Destaca-se nessas normas o compromisso com uma transcrição conservadora, que respeite ao máximo a lição do manuscrito, inserindo o mínimo possível de intervenções.

Abaixo seguem tais normas de transcrição, que contam com a adaptação e inserção de alguns critérios (cf. itens 2, sobre o desenvolvimento de “etc.”, 5 e 13):

## **6. A transcrição será conservadora**

1. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
  - Respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba;
  - No caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual;
  - A abreviatura de “etc.” será desenvolvida como “*et coetera*”.
2. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver.
3. A pontuação original será rigorosamente mantida.
4. A marcação de separação das partes de uma palavra no final de linha será preservada com as variações que aparecem no original: um traço horizontal (-) e dois traços horizontais (=).
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou na margem inferior entram na edição entre os sinais < > na localização indicada.
8. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos [[ ]].
9. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.
10. Intervenções do editor não devem ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidati-

vas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes [ ].

11. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [*ilegível*].
12. A divisão das linhas será preservada como aparece no original. Em todo o documento a mudança de fólio receberá a marcação com respectivo número na sequência de duas barras verticais: || 1v. || 2r. || 2v. || 3r. ||.
13. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua.

### **7. Edição semidiplomática da Dissertação sobre as Capitâneas de Santo Amaro e São Vicente, Cod. 11107 da Biblioteca Nacional de Portugal**

Apresenta-se abaixo a lição semidiplomática dos primeiros fólhos do manuscrito da *Dissertação sobre as Capitâneas de Santo Amaro e São Vicente* (fólhos 1r. a 2v.):

Dissertação  
Sobre as Capitâneas de Santo  
Amaro e São Vicente  
||2r.|| Dissertação sobre as Capitâneas  
de Santo Amaro e São Vicente

Tão limitada he a esfera do entendimento humano, e tanta afalencia dos nossos discursos, que muitas vezes acceleramos apropiadigrça, pelos caminhos, que julgamos mais adquados, para estabelecermos a nossa prosperidade. A Historia da Capitania de São Vicente offerece huã prova demonstrativa desta certeza, pois os meios, deque uzou o grande Martim Affonso de Souza, com intuito de perpetuar em sua Illustrissima descendencia, as 100 legoas aelle doadas naCosta doBrazil, foramotivo de as perderem seus Herdeiros. Assentou aquelle Heroe, combem fundado discurso, que avezinhança de Pedro Lopes, havia de promover a cultura, e conservar o dominio de sua Capitania; pois ajudando-se mutuamente os dous Irmaons, poderia qualquer delle melhor povoar, edefender oseu Terreno, mas a experiencia tem mostrado, que a proximidade das Capitâneas de São Vicente, e Santo Amaro, occasionou oespolio feito aos Lemitas daprimeira,

por quanto insurgindo varias duvidas em ordem ao Rio de São Vicente marco comũ, enoutro tempo omais consideravel, pro=duziraõ estas disputas, o effeito ordinario das discordias, e naõ sõ impediraõ o augmento de ambas as Capitãncias, mas tambem foraõ cauza de se apossar a Coroa das 100 legoas doadas a Martim Affonso, as quais hoje desfruta Sua Magestade, como mostrarei nesta Dissertaçaõ, referindo os caminhos por onde a Coroa entrou na posse da Capitãncia de São Vicente, edepois a signando o Rio onde as Cartas das Doações mandaõ erigir o Padraõ devizorio.

Primeira Parte

Mostraõ-se os caminhos por onde a Coroa se introduzio nas 100 legoas d' Martim, Affonso.

Martim Affonso de Souza Fidalgo II= lustrissimo por nascimento, e Heroe bem conhecido pelas vertudes, Militares, e Politicas, e Chistãs, com *que* eternizou asua memoria, efes gloriozo o Seu nome; descobrio, edemarcou to=||2v.|| [[-to]] da a Costa Brazilica, *que* seprlonga desde o Cabo de São Thomé, ao norte de Cabo frio, até ofamozo Rio da Prata. Sahio de Lisboa, em huã Esquadra, *que* armara a sua custa, eno primeiro dia de Janeiro de 1732<sup>28</sup>, conforme a opiniaõ, *que* eutenho por certa, descobrio o Rio, a *que* chamou de laneiro, onde desembarcou emhũ Porto *que* muito tempo, se disse de Martim Affonso, e demorando-se alli poucas horas, por motivo que se ignora, tornou a embarcar-se, econtinuou a derrota para o Sul.

Aos 6 do dito mez, em dia de Reys a= vistou allha grande, e entrou na Angra, *aque* apelidou dos Reys, por ser destes Santos o dia, em*que* a ella chegou. Aos 20 aportou na Ilha de São Sebastiaõ, e deulhe onome do Martire gloriozissimo, que a Igreja entaõ festejava. Aos 22 dia de São Vicente, descobrio huã barra deste continente, e como o Religiozo Capitaõ costumava asignalar os lugares mais notaveis com os nomes dos Santos, cujos eraõ os dias, em que a primeira vez chegava aelles apelidou Rio de São Vicente, á primeira barra, *que* vio, onde deufundo nodia deste Santo. A tal barra por onde se introduzio nesta terra chamavaõ os Indios Guaianazes Burrequioca, enós os Portuguezes Bertioiga por curruçaõ do vocabulo. Emdando fundo, logo mandou levantar hum Forte de madeira, prevenindo, como Capitaõ prudente, hu lugar seguro, onde se defendesse no cazo, *que* os Indios lhezissem alguã oppoziçaõ: aqui desembarcou, e recolheo a sua gente.

Quando El Rey Dom Ioaõ o terceiro, o= mandou des cobrir a Costa Meridional do Brazil, fes-lhe graça de terras; onde *para*, sifundadasse huã Capitãncia, edepois em Evora aos 20 de Janeiro de 1535, lhepassou hua Carta, naqual lhe=

---

<sup>28</sup> Aqui o autor se equivocou na data. Deveria ser 1532 e não 1732 como está posto.

concede 100. legoas de Costa. Estas principiaõ 13 legoas ao-norte de Cabo frio, e dahi vem correndo para o Sul, ate o Riode Curapacé, o qual Curapacé chamaõ hoje Luqueriquere, o Rio de Luqueriquere pagatributo ao mar defronte das Canavieiras (Canavieiras hé a ponta de Leste da Ilhad de São Sebastiaõ, onde esta a Armazem das Ba=leas), nellefas escala a Capitania de Martim Affonso, depois de se esten=der por espaço de 55 legoas: aqui mesmo entraõ 100 legoas de Martim Lopes, que ficaõ entrelaçadas na Capitania de São Vicente, as quaes des legoas principiaõ en Luqueriquere, e acabaõ no Rio de São Vi=cente, onde terra a entrar a Capitania de Martim Affonso com 45. Legoas, prosseguindo ate hũa das Barras de Pernaguá, onde se completaõ as 100 legoas do dito Martim Affonso diante da Cananea [2] legoas.

Quazi no meio dasua data fundou

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. *O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985, 242 f. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo.

ALMEIDA, Palmira Morais da Rocha de. *Dicionário de autores no Brasil colonial*. Lisboa: Colibri, 2003.

CAMBRAIA, César Nardelli *et alii*. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português brasileiro. In: *A carta de Pero Vaz de Caminha*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2001, p. 23-26.

MOISÉS, Massaud. Barroco (1601-1768). *História da Literatura Brasileira*. 1. Das origens ao Romantismo. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 67-220.

RODRIGUES, José Honório. A historiografia paulista. *História da História do Brasil*. Parte 1: Historiografia colonial. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 129-157.

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE *O VULGARISADOR*:  
JORNAL DOS CONHECIMENTOS ÚTEIS**

Gustavo Alves Bezerra (UERJ)  
gustavozillmann@uol.com.br

**RESUMO**

A linguística é uma ciência recente, datando sua primeira aparição formal e sistemática do *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure, obra publicada em 1916, três anos depois de sua morte. Contudo, antes de ser considerada uma ciência com método e objeto próprios apresentava procedimentos de análise e terminologias oriundos de outras ciências, como a biologia e a física, por exemplo. Exatamente essa imagem de ciência atrelada a outras ciências que é possível depreender de “*O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis*” (revista científica publicada entre os anos de 1877 e 1880). A partir de uma leitura discursiva desse material, pretende-se averiguar como o conhecimento sobre a ciência da linguagem circulava na sociedade brasileira oitocentista, isto é, como era socialmente divulgado. Para tal, busca-se analisar uma seção especialmente dedicada aos estudos linguísticos: “*Philologia Moderna*”, tendo como objetivo verificar a imagem construída para essa ciência em um periódico de divulgação científica do século XIX.

**Palavras-chave:** Análise do discurso. Divulgação científica. Linguística

**1. Introdução**

Nos cursos introdutórios de linguística, assume-se que esta é uma ciência que estuda a linguagem. E, por conseguinte, o cientista que se dedica aos estudos a respeito da língua, da fala e da linguagem é designado como linguista. Hodiernamente, esta assunção é tida como natural, mas nem sempre foi assim. Há dois séculos, quando se falava em linguística, a noção que se tinha era de um campo de estudos que tratava especificamente de gramática comparativa, englobando, sobretudo, a fonética e a morfologia – áreas de estudo que, de uma maneira ou de outro diziam respeito à comparação e à evolução das *línguas indo-europeias*. Em consequência de suas características diacrônicas e comparativistas, alguns teóricos não consideraram os estudos implementados no período (séculos XVIII e XIX) como sendo uma ciência autônoma.

No Brasil oitocentista, as propostas de estudo sobre linguagem, em especial, sobre língua seguiam os rumos, ainda que muito timidamente, ditados pelas sociedades linguísticas europeias, principalmente, a de Paris. É possível encontrar trabalhos de filologia e produção de gramáticas de língua portuguesa. As primeiras menções que se tem sobre divul-

gação de linguística e das ciências da linguagem no Brasil durante o Segundo Império podem ser encontradas em *O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis*, revista publicada de 1877 a 1880 por Augusto Emílio Zaluar. A função da mesma era divulgar, como o nome sugere, conhecimentos científicos úteis à população, a fim de que a mesma se tornasse não apenas mais ilustrada, como também se interessasse mais pelas ciências, vista como o bastião do progresso nacional.

Considerando o exposto, o objetivo deste artigo, parte de uma pesquisa de iniciação científica ainda em andamento, é ler *O Vulgarizador* à luz da análise do discurso de linha francesa a fim de se responder a pergunta: quais são as imagens de ciência da linguagem construída discursivamente no *O Vulgarizador*?

## **2. Quadro teórico de referência**

A análise do discurso constitui-se a partir da interseção de três áreas do conhecimento, a saber: linguística, psicanálise e filosofia (marxismo). Embora áreas não confluentes, cada uma delas foi questionada acerca de um aspecto da linguagem que não conseguiam responder.

A linguística reclama como seu objeto a língua. Para a análise do discurso, diferentemente do que definido por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral* (obra considerada por muitos como o gesto fundacional da linguística contemporânea), este objeto é apenas parcialmente autônomo. Isto é, embora ela tenha sua ordem própria, ela não é transparente, não há uma relação unívoca pensamento-língua-mundo. A língua é opaca, baça. E é justamente esta opacidade que interessa à análise do discurso.

De acordo com o marxismo, o homem é capaz de fazer história, porém não percebe que os fatos também reclamem sentidos, ou seja, que a história tem seu real afetado pelo simbólico. Ao homem a história não lhe é transparente, embora seja capaz de fazê-la. Dito isto, a análise do discurso procurará trabalhar com a “forma material, que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: a forma linguístico-histórica” (ORLANDI, 2012, p. 19).

Outra contribuição importante para a análise do discurso vem justamente do campo da psicanálise. Desta, toma por empréstimo a noção de sujeito – entendido como é clivado, descentrado e afetado pelo real da língua e da história. Este também funciona pelo inconsciente e pela ideo-

logia.

Assim que, como pode ser visto acima, cada umas das três áreas citadas contribuiu de alguma forma para a formação do quadro teórico da análise do discurso. Contudo, é válido reforçar que, embora ela tome de préstimo conceitos das mesmas, não está subjugada a elas:

[A análise do discurso] Interroga a linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo[,] perguntando pelo simbólico[,] e se demarca da psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como naturalmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2012, p. 20)

O objeto da análise do discurso é o discurso, definido como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2012, p. 21). O que isto quer dizer? É muito comum ouvir-se alguém dizer “não foi isso que eu disse/quis dizer” ou ainda “você me entendeu errado”. Poder-se-ia dizer mesmo que estas produções são exemplares para se explicar o conceito de discurso. É bem sabido, em âmbito do senso comum, que não se tem acesso à mente do locutor, logo, isto implica dizer que o que ele quis dizer ou não quis dizer só é sabido por ele mesmo e por mais ninguém. O interlocutor só tem acesso ao que foi dito, não ao que foi pensado. Acontece que este dito é atravessado por outros dizeres, enunciados antes, alhures. A fim de proceder às análises da materialidade linguística sob o referencial teórico e metodológico da análise do discurso, faz-se necessário considerar as condições de produção do discurso, a ideologia, a historicidade, o silêncio, o jogo de imagens, visto que esses conceitos corroborarão para a compreensão da produção do efeito de sentido entre interlocutores.

Um enunciado não pode ser entendido *per se*, ou seja, ele apenas não é suficiente para produzir efeito de sentido (que seja perdoada a excessiva repetição, mas será salientado mais uma vez que a língua não é transparente). Precisa-se de um *contexto*. A isto se dá o nome de condições de produção do discurso, ou seja, em quais circunstâncias um enunciado foi produzido. Para citar alguns elementos constituintes das condições de produção: o contexto histórico, o contexto geográfico, o contexto social, o contexto institucional, o contexto político, os sujeitos envolvidos, o referente discursivo.

Um enunciado como “Vendem-se escravos” não é capaz de produzir efeitos de sentido sozinho, ou melhor, por si só. Se se trata de um enunciado de um jornal do Brasil imperial (da mesma época de *O Vulgarizador*), tem-se um efeito de sentido. Se se trata de uma manchete de um

jornal sensacionalista atual, tem-se outro – provavelmente sobre imigrantes clandestinos, trabalho escravo em carvoarias. E mesmo neste último caso, alterando-se o contexto geográfico (ao invés de no Brasil, fosse na África), se tem outros efeitos de sentido.

O discurso não pode ser considerado um conjunto de frases portadoras de várias significações. Ele é um processo que se desenvolve em determinadas conjunturas sócio-históricas, é o lugar em que a ideologia se materializa e estabelece relação com a língua, produtora de sentidos por e para sujeitos. Como já foi comentado, os efeitos de sentidos só são produzidos na relação entre os sujeitos. Para análise do discurso, o sujeito se relaciona com a língua e é afetado pela ideologia – entendida como o mecanismo de construção de sentidos naturalizados, transparentes para serem interpretados como evidências. Segundo Maria Cristina Leandro de Ferreira, a ideologia é um

elemento determinante do [sentido] que está presente no interior do [discurso] e que, ao mesmo tempo, se reflete na exterioridade, a ideologia não é algo exterior ao discurso, mas sim constitutiva da prática discursiva. Entendida como efeito da relação entre sujeito e linguagem, a ideologia não é consciente, mas está presente em toda manifestação do sujeito, permitindo sua identificação com a [formação discursiva] que o domina. Tanto a crença do sujeito de que possui o domínio de seu discurso, quanto a ilusão de que o sentido existe como tal, são efeitos ideológicos. (FERREIRA, 2005, p. 17)

A definição de discurso traz juntamente consigo a definição de sujeito. Locutor e sujeito não são o mesmo para a análise, uma vez que falante faz referência ao mundo físico e a lugares (situações) empíricos.

A análise do discurso não trabalha tais situações, antes com posições discursivas. Uma posição discursiva nada mais é do que a imagem que se tem do locutor/interlocutor. “E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória” (o saber discursivo, o já-dito) (ORLANDI, 2012, p. 40), do referente, do contexto imediato e do sócio-histórico, da língua. Em relação ao material de análise, pode-se falar da posição do cientista da linguagem e da posição do leitor do periódico, por exemplo.

O sujeito não apenas tem uma imagem da posição discursiva do interlocutor, como também tem uma imagem da sua própria posição discursiva, assim como uma imagem da imagem que o interlocutor tem das suas posições discursivas.

Como já foi indicado, o sentido não é algo que exista *per se*, antes é um *constructo* sócio-histórico-ideológico, i.e., o(s) sentido(s) que uma

palavra/as palavras pode(m) assumir dependem das condições de produção do discurso. Daí pode se dizer que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2012).

Cada sujeito identifica-se em uma (ou mais) matriz de e está situado em um contexto sócio-histórico. Estes elementos delimitam aquilo que ele pode ou não pode dizer. Ora, um homem do século XXI que acredita na igualdade dos homens pode dizer que acredita que todos os homens são iguais em capacidades, mas não pode dizer que acredita que seja possível escravizar outros homens, tendo como base que alguns sejam superiores a outros, ou ainda que alguns não possuam condições intelectuais equiparáveis a outros. Trata-se de uma noção teórica muito cara a análise do discurso: o conceito de formação discursiva – definida como “aquilo que numa dada formação discursiva [...] determina o que pode ou não pode ser dito” (*Idem, ibidem*).

Outra noção que merece destaque é a de historicidade. Antes de tudo, em análise do discurso não se deve confundir história com historicidade. Embora pareçam duas palavras diferentes que veiculam o mesmo sentido, são conceitos completamente diferentes. História é um produto do sujeito, ou seja, o sujeito cria história e esta tem uma materialidade, a qual não lhe é visível. Isto equivale a dizer que os fatos da história são simbólicos e, como todo símbolo, reclamam sentidos. Já a historicidade tem a ver com o modo pelo qual a história se insere na linguagem. A historicidade seria, então, a mediadora entre linguagem e história. De acordo com Maria Cristina Leandro de Ferreira (2005), historicidade é o:

Modo pelo qual a [história] se inscreve no discurso, sendo a historicidade entendida como a relação constitutiva entre [linguagem] e história. Para o analista do discurso, não interessa o rastreamento de dados histórico em um texto, mas a compreensão de como os [sentidos] são produzidos. A esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade. (FERREIRA, 2005, p. 17)

Após apresentação do quadro teórico de referência, uma pergunta se impõe: como é possível compreender como os sentidos de linguística são produzidos em *O Vulgarizador*?

### **3. *O Vulgarizador***

*O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis* foi uma revista de cunho científico, cujo principal objetivo era divulgar o conhecimento e inovações científicas para a população leitora brasileira. A ciência era

vista à época como um facilitador/mediador do progresso nacional. Sua publicação coincide com o auge do processo de industrialização brasileiro, e com o Segundo Reinado. O próprio Imperador D. Pedro II era um fervoroso sectário da ciência e suas aplicações industriais.

Quanto a seu idealizador, Augusto Emilio Zaluar, ele era um português que cursou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Pouco tempo depois de se formar, emigrou para o Brasil, onde se constituiu como literato e jornalista de prestígio, tendo se relacionado com autores de prestígio como Alexandre Herculano, Machado de Assis e José de Alencar. (VERGARA)

A obra do referido autor se destaca pela implementação de novas tecnologias, como imagens transplantadas de chapas de zinco e cobre, o que permitia ao leitor uma maior compreensão do assunto (*Idem, ibidem*).

É importante salientar que esta é uma revista de divulgação científica no Brasil do século XIX, ou seja, no Segundo Reinado. O país ainda era escravocrata e essencialmente agrícola. Apenas homens brancos detentores de posses e títulos liam e escreviam à época. *O Vulgarizador* era acessível apenas a uma pequena parte da população.

O periódico oferece a oportunidade de se compreender como o conceito de ciência da linguagem foi desenvolvido ao longo do século XIX, o qual foi marcado por um aumento significativo das pesquisas científicas, do rigor do método científico e do interesse pela ciência em geral. Ao analisar suas condições de produção, é possível que o analista do discurso depreenda como a ciência da linguagem se desenvolveu em um país escravocrata e basicamente agrícola como o Brasil.

As análises a serem realizadas dirão respeito à seção intitulada “*Philologia moderna*”, escrita pelo filólogo, gramático e educador Boaventura Plácido Lameira de Andrade. É nessa seção que se busca compreender a imagem de linguística que é construída na revista.

Deve-se registrar que *Philologia moderna* é a seção d’*O Vulgarizador* que trata da língua, origem das línguas, em suma, tudo relativo à língua interessava a esta seção. Diferentemente da linguística saussuriana, a linguística enunciada na seção *Philologia moderna* tem como objeto de estudo a evolução das línguas, entendidas como seres vivos. Nesse momento, a linguística lhe carecia uma terminologia adequada. Uma forma de lhe conferir mais prestígio e credibilidade era tomar de présti-

mo uma terminologia já existente e comprovadamente funcional, ou seja, a das ciências biológicas e naturais: *raiz* da palavra, *língua morta*, *dissecação* etc., como podemos observar nos trechos recortados:

T1: *as raízes são typos phoneticos irreductíveis* (p. 149)

T2: *O exemplo d'esta minuciosa dissecação nos conduz á duas inferências [...]* (p. 148)

A imagem de ciência que se constrói é uma que tem que passar pelo crivo de outras ciências já validadas social e historicamente, antes de poder ser legitimada como uma ciência independente. É uma ciência que necessita ser capaz de remontar às origens de seu objeto difuso e ser capaz de destrinchá-lo como se fosse um organismo vivo em estágio evolutivo.

#### 4. Conclusão

*O Vulgarizador* é um material relativamente extenso, então estas conclusões são preliminares. O *corpus* evidencia uma ciência da linguagem ainda em estado de autoafirmação. Esta ciência tenta pegar emprestada a credibilidade de outras ciências mais clássicas e aplicar sobre si mesma seus métodos de pesquisa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Maria Cristina Leandro de. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

VERGARA, Moema. *O Vulgarizador*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/1861690>>. Acesso em: 15-02-2013

**ANTHESIS:  
A FLORAÇÃO DAS LETRAS E DA EDUCAÇÃO  
NO CAMPUS FLORESTA**

*José Pereira da Silva (UERJ/UFAC)*



**ANTHESIS: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Ocidental. Centro de Educação e Letras da Universidade Federal do Acre. Cruzeiro do Sul – AC, vol. 1, nº 01 e nº 02, 2012. [ISSN: 2317-0824]**

**<http://www.periodicoeletronicos.com.br/index.php/anthesis>**

A criação de uma revista foi o primeiro compromisso como atividade de extensão estabelecida na época do contrato de Professor Visitante de Língua Portuguesa e Linguística, no primeiro semestre de 2012, para atuar no *Campus* Floresta, com o desafio de elaborar a sua estrutura técnica, acadêmica e burocrática até o final do ano. O que se conseguiu, graças ao empenho de diversos colegas do *Campus* e da administração central da Universidade.

João Carlos de Carvalho e Célia Maria P. de Almeida assumiram a sua diretoria; a editoria: como editor-chefe – José Pereira da Silva, e como coeditora – Luísa Galvão Lessa Karlberg, que também preside o conselho editorial, junto com Deolinda Maria S. de Carvalho.

Para se estabelecer um padrão para o periódico, foi solicitado que os membros da diretoria e do conselho editorial que tivessem artigo inédito pronto ou com possibilidade de ser concluído em curto prazo, os submetessem para se criar um número zero (que acabou se transformando no número 01) por exigência da burocracia do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) para a concessão do ISSN (*International Standard Serial Number*).

No primeiro número, lançado no final de julho como número zero, foram publicados onze artigos e uma resenha, conforme se apresentam a seguir. Posteriormente, foi transformado no número 01, por exigência da burocracia.

No primeiro artigo, Maria Aldecy Rodrigues de Lima apreende as representações sociais do ser professor em comunidades ribeirinhas do Vale do Juruá, registrando as peculiaridades do trabalho docente com as comunidades ribeirinhas, com a qual se estabelece uma relação afetiva peculiar no realismo amazônico desse contexto sociocultural.

No segundo artigo, Milton Chamarelli Filho registra a fotografia (herdeira da pintura) como algo que transformou a concepção de temporalidade, fazendo emergir o “tempo” engendrado em um contexto histórico, assim como os intervalos daquilo que se pode chamar “realidade”.

O terceiro texto é o relato do projeto de pesquisa em andamento, em que se pretende restaurar e organizar a documentação do período pouco conhecido da história, em que Valério Caldas de Magalhães governou o Acre, quando se desenvolvia o projeto de transformação do então território em estado, apresentado e defendido no congresso nacional pelo deputado Guiomard Santos.

Yvonélio Nery Ferreira se vale da história do Brasil e da história da literatura brasileira, aliando ao conceito de parresia a busca por igualdade da palavra para compreender como Gregório de Matos assume traços de um discurso verdadeiro em suas obras para denunciar a desigualdade social e a supressão da democracia e demonstrando como o conceito de parresia (fala franca, coragem de dizer a verdade) pode ser observado.

No ensaio de Maria Dolores de Oliveira Pinto e Francisca Adma de Oliveira Martins, focaliza-se o professor quanto a sua formação e aos saberes necessários para a produção da escola diferenciada, apresentando e analisando os programas desenvolvidos no Acre para formar professores em serviço, inclusive com formandos de etnia puyanawa.

Luísa Galvão Lessa Karlberg, no sexto artigo, aborda a linguagem do Acre em relação às lendas, superstições e costumes, com o objetivo de fornecer uma visão do imaginário dessa população, servindo-se dos inquéritos pertencentes ao acervo do *Atlas Etimológico do Acre* com o objetivo de contribuir com os estudos do folclore, da linguagem e dos costumes brasileiros.

Em língua inglesa, Gentil Luiz de Faria escreve sobre “loucura e ilusão de felicidade em Quincas Borba”, analisando o romance machadiano, com recursos da literatura comparada, buscando ali as ressonâncias de leituras de Erasmo (*Elogio à loucura*), Cervantes (*Dom Quixote*), Vol-

taire (*Cândido*) e Darwin. Com isto, o autor demonstra o impacto da presença da cultura europeia no pensamento do escritor brasileiro e sua adaptação aos costumes do Rio de Janeiro.

O Prof. João Carlos de Carvalho, no oitavo artigo, discute os parâmetros da crítica e da teoria literárias contemporâneas, considerando a crítica com seu caráter de julgamento e a teoria com o seu aspecto metodológico e científico, para recuperar os mecanismos que movimentaram muitas gerações de apaixonados pela arte de escrever. O nono texto, Deolinda analisa desenhos elaborados em uma oficina de linguagens realizada como subsídio metodológico de um estudo sobre a cultura e o imaginário da formação docente na zona rural do sudoeste amazônico para esclarecer o que é ser docente naquele contexto.

No décimo artigo, Maristela Rosso Walker e Nelci Zanette Rovaris mostram os vários pontos de vista constituídos pelos educadores sobre a pedagogia como ciência da educação e como ela se apresenta na legislação em vigor, destacando-se como resultados da pesquisa a certeza de a pedagogia ser a ciência da educação e a necessidade de uma mudança epistemológica da pedagogia, tanto na prática quanto na legislação que a orienta.

Por fim, o Prof. Pedro Albeirice da Rocha apresenta algumas notas sobre a coleção de contos *The Jungle Books* e sobre o romance *Kim*, de Rudyard Kipling, traduzidos por Monteiro Lobato, apresentando brevemente as narrativas, com a inclusão de opiniões de diversos pesquisadores.

Na resenha, José Pereira da Silva estuda e apresenta positivamente a tese da Profa. Luísa Galvão Lessa que versa sobre o vocabulário do látex e sobre a agricultura de subsistência no vale do Acre, defendida em 1996, a partir da qual têm sido desenvolvidos importantes trabalhos sobre o léxico e sobre a dialetologia acriana.

O número dois saiu no final de dezembro, com quatorze artigos e uma resenha, depois de conseguido o ISSN, que só foi concedido nas vésperas do Natal, assim como a transformação do número 00 (zero) em 01.

No primeiro artigo, Pedro Antonio Gomes de Melo investiga a dinâmica da mudança toponímica nos municípios da microrregião de Palmeira dos Índios (Alagoas), identifica os tipos e causas dessas mudanças e descreve onomástico-toponimicamente as motivações, etimologias e

formações lexicais presentes na sua constituição.

No segundo, Luísa Galvão Lessa Karlberg avalia a dêixis como elemento coesor da intertextualidade, com base na dêixis demonstrativa no Acre, elegendo professores universitários como informantes e observando a tendência do falante em empregar *esse, essa, isso* para se referir ao que já foi dito. Também observou que o falante não considera a proximidade ou não do referente, nem a relação entre o que foi dito e o que se vai dizer.

Joseana Stringini da Rosa e Anselmo Peres Alós analisam a novela de cavalaria *O Romance de Amadis*, destacando os personagens que formam o par romântico: Amadis e Oriana para mostrar que a obra apresenta traços específicos da poesia lírico-amorosa do trovadorismo e demonstrar isto através de características peculiares das cantigas trovadorescas, como as regras do amor cortês, a coita amorosa, a vassalagem e os serviços amorosos.

Darlan Machado Dorneles, partindo do princípio de que a literatura é uma arte de suma importância, apresenta e promove discussões sobre as principais cenas do conto “O Crime do Tapuio”, de José Veríssimo, para mostrar como aparecem nesta narrativa as contradições entre os conceitos de civilização *versus* barbárie, as identidades e as representações das paisagens da Amazônia brasileira.

No quarto artigo, José Pereira da Silva apresenta a crítica textual como atividade acadêmica de importância ímpar entre aquelas de quem quer preservar a cultura, descrevendo- a sinteticamente e dando notícia da Coleção Crítica Textual, que tem a maciça contribuição de filólogos baianos, dos quais apresenta uma síntese bibliográfica em anexo, relacionando apenas os pesquisadores mais produtivos nesta especialidade.

Francisco Topa, no quinto artigo, estuda dois sonetos do brasileiro Domingos Caldas Barbosa (1740-1800), dados a conhecer por José Ramos Tinhorão num livro de 2004, apontando e corrigindo as falhas de leitura patenteadas nessa primeira publicação e propondo uma edição crítica dos dois poemas, acompanhada da sua interpretação.

No artigo de número 6, Rosana Ferreira Alves descreve as ocorrências do verbo *ter*, verificando alguns aspectos sintáticos e semânticos que caracterizam essas ocorrências, contribuindo para a compreensão das possíveis manifestações dessa forma verbal na fase clássica do português, utilizando os dados da *História da Província Santa Cruz*, de Pero

Magalhães Gândavo (século XVI), onde foram identificadas as ocorrências do referido verbo.

Lírian Daniela Martini e Daniele Fernandes Santana relatam, no sétimo artigo, uma pesquisa que trabalhou a leitura com alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental de uma escola pública de Paragominas (PA) de forma prazerosa, leve, interessante e motivadora. Baseada no interacionismo, Lírian propõe uma leitura de enigmas como ferramenta para uma atividade diferenciada, desenvolvendo diversas habilidades de maneira descontraída e envolvente, e conseguindo mais sucesso na interpretação e na solução de problemas.

No oitavo artigo, Crisvânia Maria Coelho Leite Santos apresenta uma breve história da evolução dos estudos linguísticos a partir da Grécia clássica, passando pela Renascença até o século XVI II, lembrando que antes deles, e em outros lugares, já se preocupava com as atividades linguísticas.

Vânia Maria Lescano Guerra e Maria Aparecida da Silva Sandandel, no artigo número nove, estudam a construção identitária de servidores capacitados pelo programa Profucionário, a partir de recortes discursivos on-line, analisando as relações de saber/poder e o processo de subjetivização da escrita virtual, concluindo que tal discurso impõe a angústia pela (in)completude ao sujeito diferenciado pelo advento da capacitação.

Jesiel Soares Silva apresenta, no artigo número dez, um breve diálogo epistemológico entre a teoria do conhecimento de Aristóteles e a crítica filosófica de Kant com o postulados saussurianos acerca da linguagem. Através da exposição teórica desses filósofos, Jesiel situa o pensamento de Saussure a partir do teor binário que ele concede ao estudo da linguagem humana, traçando uma possível conexão da metafísica de Aristóteles e de Kant com as bases da linguística moderna contidas no *Curso de Linguística Geral*.

O professor Miguél Eugenio Almeida, no décimo primeiro artigo, verifica a partir de um conto de Coelho Neto, que o espaço e o tempo são intensivamente determinados pelas preposições, advérbios de lugar e de tempo, demonstrativos e por locuções adverbiais e prepositivas similares e que, por isto, são marcados linguisticamente no texto narrativo.

No décimo segundo artigo, dada a imprecisão da palavra “linguagem”, Ricardo Tupiniquim Ramos reflete sobre várias de suas acepções,

seu sentido de interesse na linguística, sua origem, propriedades, bases biológicas e processo de aquisição.

No penúltimo artigo, Larissa Martins Leal pontua algumas questões sobre o gênero “novela de cavalaria” e aponta algumas características de *A demanda do Santo Graal*, relacionando seus ciclos e influências, e a inclinação a formular exemplos de cavaleiro como representações comportamentais idealizadas, mostrando as faces dessa obra e destacando dois personagens: Galaz e a Mulher da Capela.

Por fim, no último artigo, Márcio Roberto Vieira Cavalcante discute o diálogo da história com a literatura, como um caminho que se percorre nas trilhas do imaginário, lendo a história como literatura e vendo na literatura a história que se escreve. Márcio evidencia, por meio de narrativas literárias, os lugares de vida irregular, de boemia e de prostituição, e apresenta a cidade como lugar onde o homem realiza seus projetos.

Na resenha, é apresentado o livro *Arte da Guerra para Professores: Estratégias vencedoras para o exercício do magistério*, de William Douglas e Nataniel Gomes.

Dado o grande número de artigos e a natureza da publicação, não pudemos fazer uma análise mais detalhada de cada um porque isto ultrapassaria demasiadamente o espaço reservado para este gênero de publicação. É por isto que nos detivemos em apresentar uma rápida síntese dos artigos e resenhas publicadas, sugerindo que os acessem na revista à página <http://www.periodicoseletronicos.com.br/index.php/antthesis>, e façam a sua divulgação entre os colegas de Letras e de Educação.

## A FILOLOGIA E A EDIÇÃO DE TEXTOS

*José Pereira da Silva* (UERJ/UFAC)

[pereira@filologia.org.br](mailto:pereira@filologia.org.br)



**BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; MATOS, Eduardo Silva Dantas de; ALMEIDA, Isabela Santos de. *Edição de texto e a crítica filológica*. [Salvador – BA]: Quarteto, 2012. 228 p.**

**[quarteto.livros@compos.com.br](mailto:quarteto.livros@compos.com.br)**

Nem seria necessário apresentar Rosa Borges aos filólogos que atuam na crítica textual e edição de textos, visto ser ela uma das especialistas brasileiras que mais atuam nesta especialidade. Ela é professora associada da UFBA, atuando na graduação e na pós-graduação, com dezenas de trabalhos de crítica textual publicados em livros, anais de congressos e revistas especializadas.

Arivaldo Sacramento de Souza é professor de paleografia e ecdótica na UFBA; Eduardo Silva Dantas de Matos, doutorando na UFBA, desenvolve trabalhos nas áreas de crítica genética e da crítica textual; e a doutoranda Isabela Santos de Almeida é professora no IFBaiano e desenvolve pesquisa da edição em meio digital.

Neste livro, há um capítulo em coautoria e um capítulo de cada autor, na seguinte ordem: “Filologia e edição de texto”, de Rosa Borges e Arivaldo Sacramento de Souza; “Edição crítica em perspectiva genética”, de Rosa Borges; “Edição genética”, de Eduardo Silva Dantas de Matos; “Edição interpretativa em meio digital”, de Isabela Santos de Almeida; e “Edição sinóptica”, de Arivaldo Sacramento de Souza.

Trata-se de um livro que precisa ser lido pelos especialistas e pesquisadores que atuam nesta especialidade, porque sintetiza o que há de mais recente sobre os tópicos desenvolvidos, seguindo bem de perto o que a respeito tem escrito Chartier (2002).

No primeiro capítulo, a prática filológica é apresentada como crítica textual, “considerando-se a necessidade de uma revisão das práticas ainda comprometidas com ideais platônicos e passagem a uma perspectiva de leitura dos possíveis, dos múltiplos, das rasuras” (p. 12), mais ou menos como já ensinava Roland Barthes (1970), em *S/Z*.

Sintetiza-se o capítulo nos seguintes termos:

Feita a problematização teórica, discorre-se sobre os modelos editoriais que podem caracterizar a prática filológica, a saber: crítica, crítica em perspectiva genética (crítico-genética), interpretativa, paleográfica ou diplomática, semidiplomática, fac-similar, genética, histórico-crítica, sinóptica (sinóptico-crítica), eletrônica. Defende-se, pois, que o filólogo, por meio de sua prática editorial, legitime sua posição de crítico, trazendo para outro tempo o texto e sua memória, atualizando-o. (p. 12)

No segundo capítulo, Rosa Borges trata da edição crítica em perspectiva genética, ilustrando as reflexões com o poema *à Mercê das cis-mas*, tirado de sua tese de doutorado (CARVALHO, 2002), propondo um exercício de crítica filológica “norteado pela análise das variantes autorais, conforme método linguístico aplicado à crítica textual por Luís Fagundes Duarte (1993), com os ajustes necessários à situação textual aqui tomada”. (p. 13)

No terceiro capítulo, Eduardo ensina como fazer uma edição genética, que, apesar de não ser estritamente filológica, serve como instrumento de trabalho a quem se interessa por produtos e processos na ecdótica, apresentando como exemplo “o processo de construção da primeira cena do texto teatral *Cândido ou O Otimismo*”, que é uma adaptação do romance homônimo de Voltaire.

No quarto capítulo, Isabela apresenta uma proposta de edição interpretativa em meio digital, tomando como exemplo o *Auto da barca do rio das lágrimas de Irati*, de Jurema Penna, e usando os *hiperlinks* como formas produtivas de intervenção do editor, principalmente quando se trata de citação no texto.

Por fim, no quinto capítulo, Arivaldo propõe “a leitura de parte da história da peça de teatro *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*, a partir do quadro sinóptico de dois testemunhos desta, um de 1971, outro de 1975, ambos submetidos ao Serviço de Censura” (p. 14).

Como se vê na síntese dos capítulos, apresentada acima, o livro *Edição de texto e crítica filológica* apresenta o resultado de pesquisas realizadas pelos autores, com a pretensão de revisar pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos da filologia, aplicados à edição de textos, nas modalidades ou tipos analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Luiz Fagundes. *A fábrica dos textos: ensaios de crítica textual acerca de Eça de Queiroz*. Lisboa: Cosmos, 1993.

BARTHES, Roland. *S/Z*. Trad.: Maria de Santa Cruz e Ana Mafalda Leite. Lisboa: Edições 70, 1970.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. *Poemas do Mar de Arthur de Salles: edição crítico-genética e estudo*. 2002. xxxvi + 809 + 56 il. 2v. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad.: Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Edunesp, 2002.

**AMOSTRAS DO SUPLEMENTO  
AO REPERTÓRIO BRASILEIRO  
DE LÍNGUA E LITERATURA LATINA (1997-2006):  
SANTO AGOSTINHO (I)**

*Eduardo Tuffani* (UFF e ABRAFIL)  
[etuffani@vm.com.br](mailto:etuffani@vm.com.br)

Com a publicação do *Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830-1996)* (TUFFANI, 2006), os latinistas nacionais passaram a dispor de um instrumento de trabalho que lhes servisse de auxílio nas suas pesquisas. Na “Introdução” dessa obra, eu me dispus a continuar o levantamento de 1997 em diante (*id.*, *ibid.*, p. 33). Como a capacidade do trabalho humano é limitada, decidi fazer o levantamento, a seleção e a classificação do material na área até 2007, optando por coletar só trabalhos impressos. Quando eu estava executando a pesquisa que resultou no *Repertório*, solicitaram-me a publicação de uma amostra do trabalho. Para tanto, a classe escolhida foi a de Petrônio, publicada em “Instrumentos de Pesquisa” da revista *Classica* da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (*id.*, 1998/1999, p. 365-372). Santo Agostinho foi e é o autor latino mais estudado em nosso País. A fim de divulgar uma primeira amostra do *Suplemento ao repertório*, a escolha recaiu no Bispo de Hipona, *Aurelius Augustinus*. Uma vez que os critérios adotados para a elaboração do *Suplemento* sofreram pouquíssimas alterações, foram reproduzidos da “Introdução” do *Repertório* os cinco parágrafos que se seguem (*id.*, 2006, p. 15-19), tendo sido anotados quando houve mudanças de critérios.

O levantamento foi realizado nos principais centros de estudos da área. A experiência demonstrou que tal atividade devia ser executada preferencialmente nos locais que, nas últimas décadas, destacaram-se nos estudos clássicos. Apesar da abrangência do *Repertório*, não se lhe atribui a condição de bibliografia exaustiva, uma vez que só um trabalho de equipe em nível nacional poderia tal obra realizar. Os títulos arrolados referem-se às obras e aos autores datados exclusivamente até o Renascimento Carolíngio, limite escolhido com base no percurso da educação na Alta Idade Média. A bibliografia que se apresenta é seletiva como expinho adiante ao tratar dos critérios adotados para a sua elaboração. É sinalética visto que optei por não descrever as referências, porém faço uso de colchetes, incluídos após as entradas, quando o título requer mais dados

para a sua classificação. Para o arranjo não me servi da Classificação Decimal Universal porque o *Repertório* diz respeito unicamente às classes de Língua Latina e Literatura Latina. Os estudos linguísticos sobre autores latinos ficam sem remissão aos itens de língua em decorrência do seu propósito sobretudo estilístico. A autoria convencional é mantida não por tradição, mas por facilidade de consulta, não tendo entrada em obras, por exemplo, a *Retórica a Herênio*, por ser anônima.<sup>29</sup> Acrescente-se que o elenco é sobre Latim e só engloba títulos respeitantes a Filosofia, História e Direito Romano se também têm entrada em obras, autores e gêneros literários, aparecendo em lexicografia, no entanto, títulos de Direito em razão de sua natureza. [...]<sup>30</sup>

Os livros e os folhetos têm entrada pela última edição, o que só vale para os estudos, não se apresentando as transcrições das edições anteriores. As referências das teses de concurso e das universitárias orientam-se pelas dos livros, valendo lembrar que são os únicos trabalhos inéditos aproveitados para o *Repertório*.<sup>31</sup> Quando um livro é citado mais de uma vez, é porque as suas versões possuem entradas diferentes (*Ensino de latim a principiantes adultos* e *Uma estranha língua?* de Alceu Dias Lima) (LIMA, 1993; 1995). A norma da última edição não se observa para os livros dos autores latinos, a não ser que sejam estudos sobre obras e autores antigos. Assim sendo, da mesma obra são registradas as edições que apresentam conteúdos distintos: *As georgicas* de Virgílio, tradução de Antonio Feliciano de Castilho (VIRGILIO, 1930), com estudo e comentário de Othoniel Motta (VIRGILIO, 1938). Os estudos traduzidos são incluídos quando se trata de reelaborações de trabalhos estrangeiros, como a *Sintaxe latina* de Giuseppe Lipparini, tradução e adaptação do Pe. Alípio R. Santiago de Oliveira (LIPPARINI, 1961). As traduções dos autores latinos publicadas originalmente em Portugal também se aproveitam, uma vez que, com frequência, as suas edições brasileiras são acompanhadas de outros estudos e traduções (*As orações* de Cícero, tradução do Padre António Joaquim, prefácio de Altino Arantes) (CÍCE-

---

<sup>29</sup> Procedimento adotado com o fim de não dispersar títulos, valendo para *Corpus Tibullianum* e *Otávia*, já que suas problemáticas são do conhecimento dos latinistas.

<sup>30</sup> O trecho eliminado se referia ao inventário dos acervos trabalhados. No *Suplemento* não se fez isso pois os livros e as teses, na maioria das coleções pesquisadas, podem ser localizados por meio da Internet.

<sup>31</sup> Com relação às teses inéditas, acrescentaram-se, após os graus obtidos, as áreas em que esses trabalhos foram defendidos.

RO, 1970). Ainda quanto às obras dos autores latinos, esclareço que se deu prioridade aos textos integrais, não valendo isso, no entanto, para discursos, poemas, peças, cartas, etc. As exceções feitas dizem respeito a partes de obras estudadas de forma relevante (*Amor e Psique* de Lúcio Apuleio, tradução, prefácio e notas de Paulo Rónai e Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira) (APULEIO, 1956). Os livros bíblicos são levados em conta na totalidade e têm entrada em *Vulgata*. Em se tratando de revistas, são considerados também os trechos de obras nelas aparecidos, visto que em geral não se limitam a um fim didático.

Ao planejar este *Repertório*, foi meu intento pôr à disposição dos latinistas brasileiros um instrumento de trabalho que servisse de auxílio no andamento de suas pesquisas. Foi por isso que não se privilegiaram os trabalhos de cunho eminentemente didático, como introduções, gramáticas elementares, textos parciais, antologias, etc., obras que têm a sua importância nos estudos introdutórios. Mas como o profissional, pelo exercício de sua atividade, não prescinde de tais livros, serão encontrados neste rol alguns compêndios atuais aproveitados em virtude de sua aceitação, entre outros os de Napoleão Mendes de Almeida, Zélia de Almeida Cardoso, Júlio Comba, Paulo Rónai, Tassilo Orpheu Spalding e Ronaldo Caldeira Xavier. As edições escolares de obras latinas que apresentam textos integrais também são incorporadas. Com relação às antologias, deu-se preferência às que contêm estudos, ainda que breves. Os artigos de diários não integram o *Repertório* em razão de sua difícil localização. Quanto às revistas, não são transcritas as separatas, optando-se pelas referências dos artigos. As resenhas e os resumos são via de regra conservados, a menos que sejam de extrema brevidade.

As transcrições ou referências bibliográficas foram elaboradas de acordo com a *Normalização da documentação no Brasil*, as *Normas ABNT sobre documentação* e as NBRs 6023, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1964; 1978; ago. 1989; ago. 2002), ainda que nem sempre seguidas, o que os leitores facilmente compreenderão, verificando a opção por formas mais tradicionais. As iniciais maiúsculas dos títulos foram mantidas em certos casos, como nos gentílicos do Inglês e do Latim, em termos da fé, do Estado e da educação e em formas de tratamento. Com relação à ortografia latina, é registrada a manutenção da tradicional, o que o leitor habituado a outros critérios estranhará.<sup>32</sup> As obras resenhadas tiveram as suas referências uniformizadas no corpo das

---

<sup>32</sup> O u consoante é representado pelo v, o i consoante, por i ou j, observando sua grafia original.

resenhas, evitando transcrições díspares para um mesmo título. Contrariando as normas da ABNT, foram corrigidos certos passos quando evidentes enganos, como no nome da coleção *Lingüística e Filosofia* por *Lingüística e Filologia*. O número de páginas dos livros fica aproximado, uma vez que se optou por registrar a última página numerada, solução adotada em vista dos critérios com que os livros são paginados, estando indicada por meio de *n. p.* também a paginação irregular.<sup>33</sup> Como nem sempre ano coincide com volume, mas por vezes se toma um pelo outro, estão anotadas entre colchetes essas ocorrências.<sup>34</sup>

Por julgar que, em referência, não convém ser breve, decidi não fazer abreviaturas dos periódicos compulsados, o que não valeu só para alguns casos, tendo encontrado revistas que, ao longo do tempo, apresentavam vários títulos, subtítulos, locais e editores. Alguns volumes dessas publicações, entretanto, mereceram um tratamento diverso, estando arrolados juntamente com as obras coletivas, visto que encerram grande número de títulos por vezes com tema central. Um levantamento de entradas por periódicos foi considerado oportuno, para os estudiosos, com fim de aquisição de material, terem conhecimento das publicações mais promissoras. Diante da profusão de revistas, concentrei a atenção nas de cultura, oficiais e católicas, por estarem mais diretamente envolvidas com a educação e a formação clássica. Os periódicos de cultura das instituições de ensino superior também foram trabalhados, descartados os meramente informativos. As revistas especializadas em Letras, Filosofia e História tiveram prioridade no levantamento, sendo desnecessário afirmar o mesmo com relação às de estudos clássicos. As publicações dos antigos estabelecimentos de ensino secundário não foram levantadas, porque a sua conservação se deu de forma reduzida e fragmentada, as exceções dizem respeito a centros tradicionais possuidores de acervos preservados. O levantamento sistemático também se estendeu às revistas dos principais institutos históricos, academias, bibliotecas, museus e arquivos. Por uma questão de atividade intelectual na área, bem como de viabilidade de pesquisa, a considerar a preservação do material mais antigo, as publicações seriadas em causa pertencem em geral ao século XX. Isto se explica

---

<sup>33</sup> Foram contadas as páginas e as folhas sem numeração (*p. s. n.* e *f. s. n.*) e adotadas as minúsculas para os algarismos romanos. Exemplos de "Agostinho - Amostra" para esta nota: xiv, 143 f. (FIGUINHA, 2006); 117 f., 2 f. s. n. (LUCAS, 1997).

<sup>34</sup> Conforme a NBR 6023, registrou-se ano por volume (ago. 2002, p. 5), de acordo com o que se tem feito, embora nem sempre os registros sejam procedentes.

pela nova orientação surgida nos estudos latinos a partir dos anos 30, pressentida nas décadas imediatamente anteriores, impulsionando a divulgação e a publicação em maior escala.

Esta “Amostra” é a primeira divulgação do trabalho que vem sendo feito desde 1997 para o *Suplemento*. Espera-se que a opção por Agostinho tenha sido oportuna porque contempla não só latinistas, mas também os estudiosos de Filosofia e Teologia. Há a intenção de lançar uma segunda amostra a respeito de Sêneca, visto que é um dos autores latinos mais estudados e traduzidos no Brasil nos últimos tempos e que, estranhamente, nem todos os programas lhe reservam espaço para o estudo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APULEIO, Lúcio. *Amor e Psique*. Tradução, prefácio e notas de Paulo Rónai e Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Normalização da documentação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1964. Acesso em: 18/12/2012.

\_\_\_\_\_. *Normas ABNT sobre documentação*. Ed. atual. pela Comissão de Estudos de Documentação do CB-14. Rio de Janeiro, 1978, v. 1. Acesso em: 19/12/2012.

\_\_\_\_\_. NBR 6023. Rio de Janeiro, ago. 1989. Acesso em: 20/12/2012.

\_\_\_\_\_. NBR 6023. Rio de Janeiro, ago. 2002. Acesso em: 17/12/2012.

BUCK, C. D. *A grammar of Oscan and Umbrian*. 2. ed. Boston: 1928.

LINDSAY, W. M. *Syntax of Plautus*. Oxford: 1907

CÍCERO. *Orações*. Tradução do Padre Antônio Joaquim. Prefácio de Altiño Arantes. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1970.

LIMA, Alceu Dias. *Ensino de latim a principiantes adultos*. 1993, 285 f. Tese de Livre-Docência. Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

\_\_\_\_\_. *Uma estranha língua?* Questões de linguagem e de método. São Paulo: Unesp, 1995.

LIPPARINI, Giuseppe. *Sintaxe latina*. Tradução e adaptação do Pe. Alípio R. Santiago de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1961.

TUFFANI, Eduardo. Amostra do repertório brasileiro parcial de língua e literatura latina (1830-1996). *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, São Paulo, Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, v. 11/12, n. 11/12, p. 365-372, 1998/1999.

\_\_\_\_\_. *Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830-1996)*. Cotia: Íbis, 2006.

VIRGILIO. *As georgicas*. Traduzidas a português por Antonio Feliciano de Castilho. São Paulo: Heros, 1930.

\_\_\_\_\_. *As georgicas*. Traduzidas a português por Antonio Feliciano de Castilho, commentadas por Othoniel Motta e precedidas de um estudo acerca de Virgílio. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

### AGOSTINHO - AMOSTRA

AGOSTINHO, Santo. *Comentário literal ao Gênesis. Sobre o Gênesis, contra os maniqueus. Comentário literal ao Gênesis, inacabado*. Coordenação e introdução: Maria Paula Rodrigues. Tradução: Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005, 659 p. (Patrística, 21.)

AGOSTINHO, Santo. *Confissões. De magistro: Do mestre*. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004, 432 p., 8 p. s. n. (A Obra-Prima de Cada Autor, Ouro, 4.)

AGOSTINHO, Santo. *Dos bens do matrimônio*. Tradução: Vicente Rabanal. *A santa virgindade. Dos bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana*. Tradução: Nair de Assis Oliveira. Introdução e notas complementares: Roque Frangiotti & Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2000, 284 p., 5 p. s. n. (Patrística, 16.)

AGOSTINHO, Santo. *A graça: O espírito e a letra, A natureza e a graça, A graça de Cristo e o pecado original*. Tradução do original latino, confrontada com a versão castelhana da Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), de Frei Agostinho Belmonte. Introduções e notas: Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 1999, v. 1. (Patrística, 12.)

AGOSTINHO, Santo. *A graça: A graça e a liberdade, A correção e a graça, A predestinação dos santos, O dom da perseverança*. Tradução do original latino, confrontada com a versão castelhana da Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), de Frei Agostinho Belmonte. Introduções e notas: Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 1999, v. 2. (Patrística, 13.)

AGOSTINHO, Santo. *Solilóquios*. Tradução, introdução e notas: Adaury Fiorotti. *A vida feliz*. Tradução: Nair de Assis Oliveira. Introdução, notas e bibliografia: Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 1998, 157 p., 6 p. s. n. (Patrística, 11.)

AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião*. Tradução do original latino De vera religione, confrontado com versões em espanhol e francês: Nair de Assis Oliveira. *O cuidado devido aos mortos*. Tradução do original latino De cura pro mortuis gerenda, cotejada com a edição francesa: Nair de Assis Oliveira. Notas: Nair de Assis Oliveira & Roque Frangiotti. São Paulo, Paulus: 2002, 196 p., 7 p. s. n. (Patrística, 19.)

AGOSTINHO, Santo. *Comentários aos salmos*: Enarrationes in psalmos. Tradução: Monjas Beneditinas. Introdução: Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 1997-1998, 3 v. (Patrística, 9, 1-3.)

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução: Maria Luiza Jardim Amarante. Revisão cotejada com o texto latino: Antônio da Silveira Mendonça. Introdução: Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 1997, 450 p., 8 p. s. n. (Patrística, 10.)

AGOSTINHO, Santo. *A doutrina cristã*: manual de exegese e formação cristã. Tradução do original latino, cotejada com versões em francês e espanhol e introdução: Nair de Assis Oliveira. Adaptação de notas e índices e organização: Nair de Assis Oliveira & Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2002, 284 p. (Patrística, 17.)

AUGUSTINIUS. Epistula CXV. Tradução de Julio Cesar Magalhães de Oliveira. *Revista de Tradução Modelo 19*, Araraquara, Universidade Estadual Paulista, ano 6, n. 11/12, p. 62-65, primavera 2001.

AGOSTINHO, Santo. *O mestre*. Tradução: Antônio Soares Pinheiro. 3. ed. São Paulo: Landy, 2006, 119 p. (Novos Caminhos, 15.)

AGOSTINHO, Santo. *A natureza do bem*. Tradução: Carlos Ancêde Nougé. Apresentação: Sidney Silveira. Rio de Janeiro, Sétimo Selo, 2005, 10 p. s. n., xxiv, 81 p. Resenha de SCINTILLA: Revista de Filosofia e Mística Medieval. Curitiba, Faculdade de Filosofia São Boaventura, v. 2, n. 2, p. 359-360, jul./dez. 2005.

AGOSTINHO, Santo. *Sobre a potencialidade da alma*: De quantitate animae. Tradução de Aloysio Jansen de Faria. Revisão da tradução: Graciano González. Petrópolis: Vozes, 1997, 187 p.

ABBUD, Cristiane Negreiros. *Memória e esquecimento no livro X das*

*Confissões de Agostinho*. 2001, 171 f. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. O Estado no pensamento religioso contido nas obras de Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Martinho Lutero e João Calvino. *Universa*, Brasília, Universidade Católica de Brasília, v. 7, n. 4, p. 647-671, dez. 1999.

AMATO, Rita de Cássia Fucci. Santo Agostinho: “De musica”. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, v. 15, n. 30, p. 131-163, jul./dez. 2001.

ARAÚJO, Sirvalino Ferreira de. O conceito de civitas e de reino em Santo Agostinho. *Universa*, Brasília, Universidade Católica de Brasília, v. 7, n. 2, p. 295-307, jun. 1999.

BARBACENA, Fabrício Santos. As Idades do Mundo no De genesi contra Manichaeos, de Agostinho: um estudo sobre os primórdios da teologia agostiniana da história. *Revista de História da UPIS*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 63-77, out. 2006.

BARROS, Hudson dos Santos. *A narrativa de si e o conceito de livre-arbítrio nas Confissões de Santo Agostinho*. 2005, 176 f. Dissertação de Mestrado em Ciência da Literatura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARVALHO, Mário A. Santiago de. Homem e natureza em Henrique de Gand: uma mudança de rumo na antropologia augustinista. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 679-693, set. 1999.

CASTELLO DUBRA, Julio A. La prueba agustiniana de la existencia de Dios. *Ágora Filosófica: Revista Semestral do Departamento de Filosofia*, Recife, Unicap, v. 1, n. 2, p. 33-55, jul./dez. 2001.

CASTRO, Rodrigo Jungmann de. Aspects of Wittgenstein’s critique of Augustine. *Kalagathos: Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará*, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 151-170, inverno 2006.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Agostinho e Pelágio: concordâncias e divergências acerca do problema do mal. *Studium: Revista de Filosofia*, Recife, Instituto Salesiano de Filosofia, ano 5, n. 9, p. 70-91, jun. 2002.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. O amor, fundamento da moral interior

em Santo Agostinho. *Teocomunicação*: Revista Trimestral de Teologia, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 28, n. 121, p. 357-367, set. 1998.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Conhecimento, ciência e verdade em Santo Agostinho. *Veritas*: Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 483-496, set. 1998.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Conhecimento, ciência e verdade em Santo Agostinho. In: BONI, Luis Alberto De (Org.). *A ciência e a organização dos saberes na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 39-55. (Filosofia, 112.)

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Crítica à retórica como instrumento de dominação na doutrina ético-político-social de Santo Agostinho. *Revista Symposium: Ciências, Humanidades e Letras*, Recife, Universidade Católica de Pernambuco, v. 10, n. 1, p. 78-95, jan./jun. 2006.

COSTA, Marcos. Estrutura lógico-argumentativa do problema do mal em Santo Agostinho. *Dissertatio*, Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, v. 13/14, p. 153-168, inverno/verão 2001.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Evolução da doutrina ético-moral agostiniana em relação à sexualidade. *Veritas*: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 375-390, set. 2003.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Extra ecclesiam nulla salus: teocracia x teocentrismo na “Cidade de Deus” de Santo Agostinho. *Dissertatio*: Revista de Filosofia, Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, v. 22, p. 39-61, verão 2005.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. A força coercitiva: um instrumento a serviço da pax temporalis na civitas, segundo Santo Agostinho. *Veritas*: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, v. 51, n. 3, p. 5-14, set. 2006.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Liberdade x necessidade: um debate entre Cícero e Santo Agostinho sobre o conflito entre o livre-arbítrio humano e a presciência divina. *Ágora Filosófica*: Revista Semestral do Departamento de Filosofia, Recife, Unicap, v. 1, n. 2, p. 56-65, jul./dez. 2001.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Ordem, harmonia e perfeição do Universo na filosofia da natureza de Santo Agostinho. *Ágora Filosófica*: Revista Semestral do Departamento de Filosofia, Recife, Unicap, v. 3, n.

1/2, p. 83-101, jan./dez. 2003.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. *O problema do mal na polêmica anti-maniqueísta de Santo Agostinho*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: Unicap, 2002, 429 p. (Filosofia, 139.)

COSTA, Marcos Roberto Nunes. A relação entre a Igreja (Católica) e Império na doutrina ético-política e filosófico-religiosa de Santo Agostinho. *Ágora Filosófica*: Revista Semestral do Departamento de Filosofia, Recife, Unicap, v. 4, n. 1, p. 75-96, jan./jun. 2004.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999, 209 p. (Filosofia, 91.)

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Santo Agostinho e o problema da liberdade individual na filosofia antiga. *Teocomunicação*: Revista Trimestral de Teologia, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 29, n. 125, p. 433-452, set. 1999.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Santo Agostinho e o surgimento do individualismo na cultura ocidental. *Cadernos CTCH*, Recife, Universidade Católica de Pernambuco, Centro de Teologia e Ciências Humanas, v. 5, p. 71-91, 1997.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. O valor específico do Estado na doutrina ético-política de Santo Agostinho. *Síntese*: Nova Fase: Revista Trimestral da Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, Centro de Estudos Superiores-SJ, v. 25, n. 81, p. 189-202, abr./jun. 1998.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. A visão de vida religioso/sacerdotal de Santo Agostinho: um referencial para o fazer Igreja nos dias de hoje. *Teocomunicação*: Revista Trimestral de Teologia, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 33, n. 139, p. 63-90, mar. 2003.

CUNHA, Mariana Paolozzi Sérvulo da. Agostinho e a polêmica medieval do teor das relações entre a memória, a inteligência e a vontade. *Síntese*: Revista de Filosofia: Revista Quadrimestral da Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, Centro de Estudos Superiores-SJ, v. 30, n. 98, p. 351-366, set./dez. 2003.

CUNHA, Mariana P. Sérvulo da. Comentários sobre a liberdade e o livre-arbítrio da vontade em Agostinho: uma reflexão sobre o *De libero*

arbitrio. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 493-503, set. 1997.

CUNHA, Mariana Paolozzi Sérvulo da. *O movimento da alma: a invenção por Agostinho do conceito de vontade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 111 p. (Filosofia, 123.)

DESCHAMPS, André Luiz Lacerda. Santo Agostinho e T. S. Eliot: da fragmentação à reconciliação. *Cadernos de CNLF: VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia: de 25 a 29 de agosto de 2003*, Rio de Janeiro, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, UERJ, v. 7, n. 12, p. 244-250, 2003.

DIAS NETO, Ricardo. “Psalterium meum, gaudium meum” a alegria do justo na presença de Deus: doutrina de Santo Agostinho de Hipona na Enarrationes in psalmos. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, Universidade de Sorocaba, v. 27, n. 1, p. 144-166, jun. 2001.

DIONÍSIO, Rita de Cássia Silva. Falar antes de saber falar: Agostinho e lalange. *Vínculo: Revista de Letras da Unimontes, Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros*, v. 5, n. 1, p. 57-68, dez. 2004.

FIGUINHA, Matheus Coutinho. *Ortodoxia e poder na África romana: Santo Agostinho, ascetas e donatistas entre finais do século IV e inícios do século V*. 2006, xiv, 143 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FORNARI, Aníbal. San Agustín: la alternativa del deseo y el origen de la violencia. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 361-373, set. 2003.

FUHRER, Therese. Augustine on rhetoric and dialectic in theory and practise. *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, Belo Horizonte, Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, v. 19, n. 1, p. 99-114, jan./jun. 2006.

GÓES, Paulo de. *O problema do suicídio em Santo Agostinho à luz do De civ. Dei, I*. 2004, 227 f. Tese de Doutorado em Filosofia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GÓES, Paulo de. Religião e violência: o caso dos circumcilliones no tempo de S. Agostinho. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, Universidade de Sorocaba, v. 29, n. 2, p. 163-189, dez. 2003.

GÓES, Paulo de. O suicídio no pensamento de S. Agostinho: lógica e ca-

suística à luz do De civ. Dei, I. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, Universidade de Sorocaba, v. 24, n. 1, p. 163-195, jun. 1998.

GOMES, Rogério. A concepção de Agostinho acerca do amor humano, antes de sua conversão. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, Sociedade Goiana de Cultura, Universidade Católica de Goiás, v. 14, n. 11, p. 1979-2003, nov. 2004.

GONÇALVES, Daniel de Carvalho. *O De doctrina Christiana de Santo Agostinho*. Tradução e estudo lingüístico-retórico. 2001, 311 f. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GRACIOSO, Joel. *A relação entre o problema de Deus e a questão do mal no livro VII das Confissões de Agostinho de Hipona*. 2003, 7 f. s. n., 95 f. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

GREGGERSEN, Gabriele. Concepção de história em A cidade de Deus de Santo Agostinho. *Itinerários: Revista de Literatura*, Araraquara, Universidade Estadual Paulista, v. 23, p. 69-83, 2005.

HATEM, Daniela Soares. A justiça em Santo Agostinho. *Horizonte Teológico: Revista Semestral do Instituto Santo Tomás de Aquino*, Belo Horizonte, ano 3, n. 6, p. 69-89, jul./dez. 2004.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto Saraiva. Memória e confissão como exercício prático do conhecimento da verdade de Deus no pensamento de Agostinho. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 343-349, set. 2003.

KNEIPP, Adriano Augusto. A prática discursiva de Agostinho de Hipona e o corpo como “símbolo institucionalizado”. *Gaia*, Rio de Janeiro, UFRJ, ano 1, n. 2, p. 66-80. 2000.

KOCH, Isabelle. O tema do “deus sem ciúme”: da aphtonia grega à non invidentia agostiniana. *Discurso: Revista do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 32, p. 49-70, 2001.

LANCEL, Serge. *Saint Augustin*. Paris: Fayard, 1999, 792 p. Resenha de VAZ, Henrique C. de Lima. *Síntese: Revista de Filosofia: Revista Quadrimestral da Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Superiores-SJ, v. 27, n. 88, p. 273-275, maio/ago. 2000.

LEMOS, Márcia Santos. *O olhar de Agostinho de Hipona sobre o Império Romano Ocidental: uma abordagem semiótica da Cidade de Deus*. 2004, 156 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

LIMA, Elisabeth Gonzaga de. Memória e interioridade nas Confissões de Santo Agostinho. *Ideação: Revista Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana*, v. 16, p. 75-86, jan./dez. 2006.

LIMA, Regineide Menezes de. O homem ante o bem e o mal na teologia/filosofia da história de Agostinho. *Studium: Revista de Filosofia, Recife, Instituto Salesiano de Filosofia*, ano 5, n. 9, p. 113-124, jun. 2002.

LUCAS, Miguel. *Entrevista com Santo Agostinho: a caminho do novo milênio*. São Paulo: Loyola, 1997, 117 p., 2 p. s. n.

LUPI, João. Ética política na “Cidade de Deus” de Santo Agostinho. *Ágora Filosófica: Revista Semestral do Departamento de Filosofia, Recife, Unicap*, v. 4, n. 2, p. 153-163, jul./dez. 2004.

MACEDO, Walmirio. Semântica: reflexões sobre o signo lingüístico em Aurelius Augustinus, Saussure, Dámaso Alonso e outros. *Revista da Academia Brasileira de Filologia: Nova Fase, Rio de Janeiro*, v. 4, p. 155-159, 2006/2007.

MAGNAVACCA, Silvia. Contemplación de lo natural y acción humana en la magia: San Agustín y Pico della Mirandola. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre*, v. 44, n. 3, p. 831-842, set. 1999.

MAIA NETO, José R. Descartes e a teologia: entre o molinismo e o agostinismo. *Analytica, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 2, n. 2, p. 187-201, 1997.

MAMMÌ, Lorenzo. Canticum novum: música sem palavras e palavras sem som no pensamento de Santo Agostinho. *Estudos Avançados, São Paulo, Universidade de São Paulo*, v. 14, n. 38, p. 347-366, jan./abr. 2000.

MAMMÌ, Lorenzo. *Santo Agostinho, o tempo e a música*. S. d., 2 v. Tese de Doutorado em Filosofia. Universidade de São Paulo.

MAMMI, Lorenzo. Stillae temporis: interpretação de uma passagem das Confissões, XI, 2. In: MORENO PALACIOS, P. (Org.). *Tempo e razão*,

p. 55-61.

MARTÍNEZ BARRERA, Jorge. Nota sobre el agustinismo político. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre*, v. 47, n. 3, p. 377-385, set. 2002.

MARTINS, Antônio Henrique Campolina. A exigência social da “Cidade de Deus” na condição histórica dos padres latinos do século IV. *Rhema: Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio, Juiz de Fora*, v. 8, n. 28, p. 159-165, 2. quadr. 2002.

MICKLE, Enrique Muñoz. Aristóteles y Agustín: el tiempo como medida y el tiempo como espera. *Hypnos, São Paulo, Educ, Paulus, Triom*, ano 11, n. 17, p. 70-81, 2. sem. 2006.

MONINI, Italiano. A estética de Santo Agostinho. *Fragmentos de Cultura, Goiânia, Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, Sociedade Goiana de Cultura*, v. 9, n. 2, p. 387-390, mar./abr. 1999.

MORENO PALACIOS, Pelayo. *A argumentação filosófica que Agostinho usa no De libero arbitrio*: para entender como o homem pode chegar a conhecer que Deus é. 2001, ii, 106 p. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORENO PALACIOS, Pelayo. *O estamento da verdade no Contra academicos de Agostinho*. 2006, 171 f. Tese de Doutorado em Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORENO PALACIOS, Pelayo (Org.). *Tempo e razão*: 1.600 anos das Confissões de Agostinho. São Paulo: Loyola, 2002, 73 p. (Leituras Filosóficas.)

NACCARATO, Miguel. Dois modelos epistemológicos: platonismo agostiniano e aristotelismo tomista. *Síntese: Revista de Filosofia; Revista Quadrimestral da Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, Centro de Estudos Superiores-SJ*, v. 28, n. 90, p. 97-114, jan./abr. 2001.

NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. Tomás de Aquino entre Agostinho e Aristóteles. In: MORENO PALACIOS, P. (Org.). *Tempo e razão*, p. 63-73.

NOVAES, Moacyr. Eternidade em Agostinho, interioridade sem sujeito. *Analytica: Revista de Filosofia, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 9, n. 1, p. 93-121, jun. 2005.

NOVAES, Moacyr. Interioridade e inspeção do espírito na filosofia agostiniana: melius quod interius (Confissões X vi 9). *Analytica: Revista de Filosofia*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 97-112, 2003.

NOVAES, Moacyr. Linguagem e verdade nas Confissões. In: MORENO PALACIOS, P. (Org). *Tempo e razão*, p. 29-54.

NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. *O livre arbítrio da vontade humana e a presciência divina, segundo Agostinho de Hipona*. S. d., iv, 137 f. Tese de Doutorado em Filosofia. Universidade de São Paulo.

NOVAES, Moacyr. Nota sobre o problema da universalidade em Agostinho, do ponto de vista da relação entre fé e razão. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, Unicamp, v. 7, n. 2, p. 31-54, jul./dez. 1997.

OLIVEIRA, Júlio César Magalhães de. Uma fonte no deserto. [Análise do sermão 87 de Agostinho.] *Boletim do CPA*, Campinas, Unicamp, Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica, ano 2, v. 4, p. 299-310, jul./dez. 1997.

OLIVEIRA, Terezinha; VITORETTI, Regiani Aparecida. Considerações sobre a educação em Sêneca e Agostinho. In: MELO, José Joaquim Pereira; PIRATELI, Marcos Roberto (Orgs). *Ensaaios sobre o cristianismo na Antigüidade: história, filosofia e educação*. Maringá: UEM, 2006, p. 67-93.

ORTEGA, Adriana da Silva. Reflexões sobre a historiografia das mulheres e a representação agostiniana da virgindade. *Gaia*, Rio de Janeiro, UFRJ, ano 1, n. 1, p. 13-38, 2000.

PENNA, José Osvaldo de Meira. Implicatissimum aenigma: o tempo e Santo Agostinho. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 52, n. 207, p. 317-342, jul./set. 2002.

PIAIA, Gregorio. Agostinho e Isidoro: da 'doxografia especulativa' à codificação enciclopédica. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 425-436, set. 2004.

PIAIA, Gregorio. Storia dei filosofi e teologia della storia in Agostino e nell'Età Medievale. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 505-514, set. 1997.

PICH, Roberto Hofmeister. Agostinho e a “descoberta” da vontade: primeiro estudo. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 50, n. 2, p. 175-206, jun. 2005; v. 50, n. 3, p. 139-157, set. 2005.

PICH, Roberto Hofmeister. Agostinho e a “descoberta” da vontade: segundo estudo. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 51, n. 4 p. 143-166, dez. 2006.

PIRATELI, Marcos Roberto. De Aurélio Agostinho a Santo Agostinho de Hipona. *Acta Scientiarum*, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, v. 25, n. 2, p. 327-335, jul./dez. 2003.

PUNTE, Fernando Rey. Confissões: a verdade e as mentiras: notas para um confronto entre Agostinho e Rousseau. In: MARQUES, José Oscar de Almeida (Org.). *Verdades e mentiras: 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau*. Ijuí: Unijuí, 2005, p. 61-71. (Filosofia, 15.)

RAMOS, Angelo Zanoni. *Ciência e sabedoria em Agostinho: um estudo do De trinitate*. 2003, 312 f. Tese de Doutorado em Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

RAMOS, Angelo Aparecido Zanoni. *O conceito de justiça na Cidade de Deus de Santo Agostinho*. 1998, 2 f. s. n., 187 f. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

RAMOS, Manfredo Tomás. Ética e direito em Agostinho: um ensaio sobre “a lei temporal”. *Síntese: Nova Fase: Revista Trimestral da Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, Centro de Estudos Superiores-SJ*, v. 25, n. 80, p. 107-132, jan./mar. 1998.

RAMOS, Francisco Manfredo Tomás. *A idéia de Estado na doutrina ético-política de Santo Agostinho: um estudo do epistolário comparado com o “De civitate Dei”*. São Paulo: PUG, Loyola, 1984, 370 p. (Fé e Realidade, 14.) Resenha de GREGGERSEN, Gabriele. *Fides Reformata: Revista do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper*, São Paulo, Instituto Presbiteriano Mackenzie, v. 8, n. 1, p. 145-150, 2003.

REGO, Marlesson Castello Branco do. Santo Agostinho e a controvérsia pelagiana. *Kairós: Revista Acadêmica da Prainha, Fortaleza, Faculdade Católica da Prainha*, ano 3, n. 2, p. 408-415, jul./dez. 2006.

REZENDE, Vani Terezinha de. A imagem humana da Trindade: um estudo sobre o livro XIII, 11, 12, das Confissões de Santo Agostinho. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, v.

15, n. 29, p. 259-276, jan./jun. 2001.

RODRIGUES, Marlon Leal. Síntese do tempo e o tempo em Santo Agostinho. *Multitemas*, Campo Grande, Universidade Católica Dom Bosco, v. 22, p. 87-103, set. 2001.

ROSSI, Miguel Angel. *A categoria de Estado no pensamento agostiniano e sua encruzilhada a partir de uma dimensão moral, imoral ou extra-moral*. 2003, 150 f. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo.

RUFINO, José Renivaldo. Eudemonismo dicotômico em “A cidade de Deus”, de Santo Agostinho. *Revista Symposium: Ciências, Humanidades e Letras*, Recife, Universidade Católica de Pernambuco, v. 3, p. 5-11, dez. 1999.

RUFINO, José Renivaldo. Passado, presente e futuro: o tempo da consciência e a consciência do tempo em Santo Agostinho. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 351-360, set. 2003.

RUFINO, José Renivaldo. A teoria do tempo de Santo Agostinho numa perspectiva epistemológica. *Studium: Revista de Filosofia*, Recife, Instituto Salesiano de Filosofia, ano 5, n. 10, p. 93-119, dez. 2002.

SANGALLI, Idalgo José. *O fim último do homem: da eudaimonia aristotélica à beatitudo agostiniana*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, 211 p. (Filosofia, 80.)

SANTOS, Bento Silva. A metafísica da memória no livro X das Confissões de Agostinho. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 365-375, set. 2002.

SÉRVULO, Mariana. A ética em Agostinho a partir de duas similitudes trinitárias: a filosofia (física, lógica e ética) e a trindade do conhecimento em si (memória, intellegentia, voluntas). In: BONI, Luis Alberto De (Org.). *Idade Média: ética e política*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 57-61. (Filosofia, 38.) Resenha de CASTRO, José Ozanam de. *Revista da Universidade Católica de Petrópolis*, Petrópolis, v. 5, n. 15, p. 104, jan./abr. 1997.

SILVA, Adelmo José da. A integração entre razão e fé em Agostinho. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 337-342, set. 2003.

SILVA, José Pires da. Santo Agostinho: teólogo ou filósofo? *Principia*: Revista do Departamento de Letras Clássicas e Orientais, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 58-64, 1999.

SILVA, Marconi Oliveira da. A política em Santo Agostinho: considerações sobre a “Cidade de Deus”. *Perspectiva Filosófica*: Revista Semestral do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 5, n. 10, p. 129-145, jan. 1997/dez. 1998.

SILVA, Manuel Moreira da. O problema da fundação de uma terceira navegação em Agostinho e a suprassunção da segunda navegação platônica. *Síntese*: Revista de Filosofia: Revista Quadrimestral da Faculdade de Filosofia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, v. 32, n. 102, p. 39-59, jan./abr. 2005.

SIMÕES, Mauro Cardoso. Ética e antropologia em Agostinho. *Phronesis*: Revista de Ética, Campinas, PUC-Campinas, v. 2, n. 1, p. 75-86, jan./jun. 2000.

SIQUEIRA, Silvia Márcia Alves. A efervescência discursiva sobre as mulheres nos movimentos marginais do cristianismo e as respostas da patrística. [Em Tertuliano, Jerônimo e Agostinho.] In: FUNARI, Pedro Paulo A.; FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José da (Orgs.). *Amor, desejo e poder na Antigüidade*: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Unicamp, 2003, p. 375-390.

SOUSA, Wanderley Alves de. Considerações sobre a noção de “tempo histórico” em Agostinho. *Cadernos PET*: Filosofia, Curitiba, UFPR, v. 7, p. 77-86, 2005.

SOUZA, José Zacarias de. *Agostinho*: buscador inquieto da verdade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 114 p. (Filosofia, 124.)

SOUZA, Maria Cristina dos Santos de. O homem e o tempo em Santo Agostinho. *Cadernos de Letras*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 18, n. 20, p. 63-73, 2003.

SOUZA NETTO, Francisco Benjamin de. Agostinho: a ética. In: BONI, L. A. De (Org.). *Idade Média*, p. 41-56. Resenha de CASTRO, José Ozanam de. *Revista da Universidade Católica de Petrópolis*, Petrópolis, v. 5, n. 15, p. 102-103, jan./abr. 1997.

SOUZA NETTO, Francisco Benjamin de. Ciência e nesciência de Deus segundo Santo Agostinho. *Signum*: Revista da Abrem, São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Medievais, v. 6, p. 105-125, 2004.

SOUZA NETTO, Francisco Benjamin de. Tempo e memória no pensamento de Agostinho. In: MORENO PALACIOS, P. (Org.). *Tempo e razão*, p. 9-28.

STRELOW, Luisivan Vellar. Justificação nos escritos antipelagianos de Agostinho. *Theophilos: Revista de Teologia e Filosofia*, Canoas, Universidade Luterana do Brasil, v. 3, n. 1/2, p. 75-87, jan./dez. 2003.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. Filosofia e religione nel De vera religione di Sant'Agostino. *Veritas: Revista Trimestral de Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, v. 47, n. 4, p. 605-617, dez. 2002.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. *Imago trinitatis*: Deus, sabedoria e felicidade; estudo teológico sobre o De trinitate de Santo Agostinho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, 263 p. (Teologia, 25.)

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. Pater omnipotens, proprie Deus: a paternidade divina em Santo Agostinho. *Teocomunicação: Revista Trimestral de Teologia*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 33, n. 140, p. 285-323, jun. 2003.

TESHAINER, Marcus Cesar Ricci. A linguagem em O mestre, de Santo Agostinho, e a crítica de Wittgenstein sobre a imagem agostiniana de linguagem. *Revista da APG: Revista Acadêmica Multitemática*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Associação dos Pós-Graduandos, ano 11, n. 30, p. 207-213, mar. 2004.

TREVISAN, Fred Carlos. A questão do tempo em Agostinho. *Olhar*, São Carlos, Ufscar, ano 6, n. 10/11, p. 87-96, jan./jun. 2004.

VASCONCELLOS, Manoel. A interioridade como via de acesso a Deus no pensamento de Santo Agostinho. *Dissertatio*, Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, v. 10, p. 45-59, verão 1999.

## INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
  - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
  - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
  - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
  - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
  - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
  - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
  - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
  - 3.8. As citações devem ser seguidas da indicação resumida da fonte, entre parênteses, como em (BECHARA, 2009, p. 387).
  - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de 100 a 250 palavras, com indicação de três palavras-chave, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
  - 3.10. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto.
  - 3.11. Em casos de dúvida, siga-se a NBR 6022 da ABNT.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail (ou cd-rom, **com cópia impressa**) até o fim do primeiro mês do quadrimestre da publicação (ou seja, até o fim de janeiro, maio e setembro, respectivamente).

À

**REVISTA PHILOLOGUS**

**A/C de José Pereira da Silva**

**Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397/603**

**Vila Isabel**

**20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ**

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico [pereira@filologia.org.br](mailto:pereira@filologia.org.br), pelo telefone (21) 2569-0276, ou através do portal <http://www.filologia.org.br/revista>